

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul - RS Fevereiro de 1992

Edição Especial

SINDICATO ENTRA NA JUSTIÇA PARA COBRAR OS 28,5 %

VEJA O QUE DIZ A LEI 8.222

Art. 3º - É assegurado reajuste bimestral à parcela salarial de até três salários-mínimos, a título de antecipação, em percentual a ser fixado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no primeiro dia útil de cada bimestre, em ato publicado no Diário Oficial da União, não podendo ser inferior a 50% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE no bimestre anterior.

PERDAS QUE PERSISTEM DESDE A POSSE DE COLLOR

Privados	
Escriturário	
Bradesco/Itaú	57,97%
Demais bancos	40,43%
Banrisul	
Letra P	26,18%
Letra GA	67,46%
Meridional	
Escriturário	40,43%
Banco do Brasil	
E1	120,19%
E2	322,84%
Caixa Econômica Federal	
Ref. 18	75,71%
Ref. 95	326,39%

O governo está tentando um verdadeiro estelionato com os salários dos trabalhadores. Ao invés de aplicar automaticamente a Lei Salarial, o ministro da Economia determinou uma portaria ilegal para não pagar aos bancários e a outras categorias a antecipação do bimestre (janeiro e fevereiro), fixada em 28,5% para quem recebe até três salários-mínimos. *O Sindicato de Caxias e os de todo o país estão ingressando na Justiça contra os bancos, para garantir o pagamento do reajuste.*

A Lei Salarial (8.222) prevê a todos os trabalhadores a antecipação do período, mas o ministro só admite pagar o índice às categorias com data-base em novembro, março e julho. Os bancários, que fazem parte do Grupo I - com data-base em setembro - sairiam perdendo quase 1/3 de seus salários.

VEJA AGORA A SAFADEZA

Portaria do Ministério da Economia

Resolve:

Art. 1º - É fixado em 28,50% (vinte e oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) o percentual de antecipação de que trata o art. 3º § 1º da Lei 8.222, de 05 de setembro de 1991, sobre a parcela não superior à soma de três salários-mínimos vigentes em janeiro de 1992, dos trabalhadores integrantes do Grupo III, cujas datas-bases ocorram nos meses de novembro, março e julho.

Bradesco mostra sua face

Repressão e lucro é o que interessa

Cinco meses se passaram, desde a última greve, e vários colegas do Bradesco continuam sendo sumariamente demitidos. Em Caxias, o banco já colocou à disposição mais de 100 funcionários. No país, somam 23 mil os novos desempregados do Bradesco, somente no ano passado.

Histórico das Demissões

- 05/12/91 - a imprensa noticia a dispensa de 564 bancários, em Caxias, até novembro. Destes, 100 do Bradesco. O gerente local, Celso

Azevedo, diz que "não há demissões em específico, elas ocorrem sempre que existem casos que as justifiquem" (Folha de Hoje). O gerente põe a culpa na retração do mercado financeiro, mas ele não engana a categoria.

- 06/02/92 - o jornal Pioneiro divulga nota sobre os cortes radicais na rede privada, gerando demissões de 30 a 40% da mão-de-obra.

- 06/02/92 - sai o número de demitidos na agência Centro: 26 colegas que fizeram greve recebe-

ram dispensa. O gerente diz que funcionários só foram parar na rua porque não agradam mais.

- 11/02/92 - Gazeta Mercantil divulga o lucro líquido do Bradesco no exercício de 91, fechado em 31 de dezembro. Cr\$ 173,9 bilhões. Na Folha de São Paulo, matéria afirma que o banco obteve Cr\$ 2,3 trilhões de recursos captados em cadernetas de poupança. Resultados são considerados "bons" pelo diretor-presidente, Lázaro Brandão. O patrimônio desmente a crise no banco.

Campanha

Os colegas do Bradesco espalharam 44 outdoors, em São Paulo, manifestando-se contra as demissões, com o slogan "Quem tem Bradesco, tem mais vida". A direção do banco sequer quis comentar a campanha, segundo informação da Folha de São Paulo.

Em Caxias, o Sindicato destinou verbas para publicar notas pagas nos jornais e rádios, denunciando a situação. É para todos ficarem sabendo que o maior banco do país é o rei das demissões e do arrocho.

BB e CEF distorcem planos de cargos e salários

O valor do salário-mínimo, segundo o Dieese, é o mais baixo de toda a sua história; o do Banco do Brasil, também. O BB teve reajuste inferior àquele concedido aos demais bancos, em setembro. As antecipações e correções só foram incorporadas aos salários de até três mínimos. Tudo isso para não falar das perdas durante o governo Collor e ainda não repostas. Resultado: um salário quase inferior aos já arrochados índices do Banespa e CEF. Até a Petrobrás teve que pagar o reajuste integral para todas as faixas salariais.

O governo, entretan-

to, não está contente em ter economizado cerca de 500 milhões de dólares no segundo semestre do ano passado, somente com o corte de salários do BB. Com a assinatura do acordo com o FMI, o governo se comprometeu junto aos banqueiros internacionais a reduzir drasticamente o orçamento das estatais. O BB é um dos alvos de Collor.

Negociação

A direção do BB continua se negando a negociar com a Executiva Nacional dos Bancários, enquanto acerta nova data para sentar à mesa com a Contec. Lafaete Coutinho transferiu a reunião com a

Executiva de 7 para 21 deste mês, mas com a Contec admite negociar antes.

Preve-se grande mobilização para o período e os sindicatos estão ingressando na Justiça para o governo pagar os reajustes. Não é possível que a Contec sente à mesa de negociação e saia defendendo o acordo proposto pela direção do banco - sempre a partir do rebaixamento dos salários. Enquanto a Contec negocia, assembleias em massa rejeitam as propostas e reafirmam a legitimidade da Executiva dos Bancários para representar a categoria.

A direção da CEF mantém a política de arrocho salarial do governo e, simplesmente, não pagou o que devia. Anuncia-se uma inflação de 27% este mês e a CEF manda pagar menos da metade do reajuste quadrimestral a que têm direito os funcionários que ganham acima de três salários-mínimos. Distorcendo o plano de cargos e salários, uma conquista da categoria, nivela por baixo o último reajuste concedido e faz colegas de níveis diferentes receberem o mesmo índice. De setembro a dezembro, deveríamos receber 118%, descontando a antecipação.

Enquanto isso ...

Para os bancários, não há verba. O dinheiro, porém, corre solto quando se trata de beneficiar setores do governo. A política de favorecimento só vale para o lado de lá. E só o que queremos é o respeito aos nossos direitos. No início do mês, jornais denunciaram um acordo entre a direção da Caixa Federal e o ministro da Ação Social, destinando Cr\$ 6,7 bilhões à terra natal do ministro, em Pernambuco. O convênio não é claro e omite onde, exatamente, o dinheiro será aplicado. Até o presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, participou da cerimônia de assinatura do acordo.

Vitória da democracia na Federação

Aconteceu nos dias 1 e 2 deste mês, em Viamão, o I Congresso da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do RS, com a presença de 216 delegados representando 24 sindicatos. De Caxias do Sul, participaram 16 delegados, *eleitos em assembleia geral*.

O Congresso ficou marcado por profundos debates em torno da atual conjuntura nacional, o Mercosul, sistema financeiro, projeto para a Federação e eleição da nova direção da entidade.

A realização do I Congresso deve-se à reformulação estatutária, acontecida após um ano de debates e aprovada em outubro pas-

sado. No entanto, como toda a democratização fere interesses, cinco sindicatos - que não representam 10% dos bancários do estado - entraram com uma ação liminar tentando cancelar o processo. Assim, apesar da realização do I Congresso, continua na Justiça o aguardo da decisão do mérito.

O antigo estatuto previa a eleição da diretoria da Federação através dos presidentes de sindicatos, sem nenhuma discussão na base dos bancários. Na eleição da nova direção, foi vencedora a chapa composta pelas teses 2 e 4 com 190 votos contra 26 da tese 1. A posse ocorrerá em 16 de março e a



diretoria será composta proporcionalmente ao número de votos obtidos pelas chapas.

Leia mais sobre o Con-

gresso no jornal da Federação, que estará circulando nos próximos dias, contendo informações específicas do evento.

Eleição marcada por maior participação da categoria

BANRISUL

Modernizar para garantir conquistas

Além de cortar várias das conquistas dos banrisulenses, como abono assiduidade, auxílio-creche e o prêmio desempenho, o governo Collares tenta, de uma só vez, aniquilar o funcionalismo, anunciando a **unificação do Banrisul, Caixa Estadual e Badesul**, como parte da reforma financeira do estado. Quem pode pagar o pato, de novo, são os bancários.

Alceu Collares fala apenas em "remanejamento de pessoal" e, depois de tantos anos de funcionamento dos bancos, diz agora que há superposição de agências, pessoal e funções entre as instituições. Ele deixa nas entrelinhas as prováveis demissões, como política de enxugamento do setor público. Tudo para garantir o pagamento da dívida do estado e o cumprimento das exigências do FMI.

O Banrisul já não pagou o prêmio desempenho no semestre passado. A luta é para obrigar o banco ao pagamento. Na capital, o Banrisul mandou demitir cinco colegas, alegando falta de profissionalismo. Na verdade, as dispensas ocorreram porque os funcionários haviam ingressado na Justiça com ações individuais contra o banco.

Manifestação

Em Porto Alegre, a categoria vai realizar um ato público em frente à agência Centro, na quinta-feira, dia 20, ao meio-dia. Outras formas de luta também estão sendo encaminhadas em reuniões dos delegados sindicais. Os dirigentes ainda estão mantendo contato com o sindicato da Caixa Estadual para encaminhar uma discussão conjunta sobre a unificação dos bancos.

AGUARDE!!!

Até o final do mês, você terá em mãos a proposta de reformulação estatutária. Está em fase de produção o informativo contendo a íntegra do projeto elaborado pela direção do Sindicato. Anexo o quadro comparativo do estatuto anterior com a proposta que entrará em discussão e o calendário de debates.

Acompanhe as datas e agende sua participação nas assembleias, colaborando para a aprovação de um estatuto que satisfaça aos interesses da categoria.

Mudar é democratizar

EXPEDIENTE

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553 - Fones: 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223 - 2166 - CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500 exemplares - Fotolito e Impressão: Folha de Hoje.

Edição:

Suzana Diefenbach (MTB 6.610)

Textos:

Thamy Spencer

Diagramação:

Volmir Ferreira.

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - RS

Março de 1992

Balanço colorido tem saldo negativo

Conjuntura Econômica

A política econômica continua seguindo um caminho estritamente ortodoxo: juros elevados, recessão, arrocho salarial e ausência de controles sobre preços. Depois de afastado temporariamente o risco de hiperinflação, essa política ganhou um fôlego suplementar com a assinatura do acordo provisório (stand by) com o FMI. Contudo, o aprofundamento da recessão, além de seus elevados custos sociais - em particular o aumento do desemprego - não garante a redução consistente do atual patamar inflacionário (25% em janeiro e 21% em fevereiro). No setor externo, a assinatura do acordo permite ao governo brasileiro tentar uma renegociação global da dívida externa, envolvendo bancos privados, outras instituições multilaterais, o Clube de Paris e instituições japonesas. Com o FMI e o tesouro norte-americano o governo, no momento, encontra mais disposição, porém há dificuldades e resistências impostas por alguns credores (como Alemanha, Japão e Canadá), que consideram insuficientes as reformas até agora realizadas pelo governo Collor.

Do ponto de vista interno, o aval do Fundo significa a manutenção dos principais ingredientes da política econômica em curso: ausência de controles de preços, juros reais elevados, corte de gastos públicos, arrocho salarial, aceleração dos programas de privatização, abertura para o exterior etc. Isso indica o aprofundamento da recessão, atingindo de forma drástica o setor industrial, com sucateamento, enxugamento, falências, concordatas e demissões em massa.

Em síntese, no cenário externo, o governo encontra um quadro favorável, porém no interno, as perspectivas são sombrias. O governo trabalha com um cenário de queda da inflação ao longo desse ano, por conta do aumento da recessão e do prosseguimento das chamadas "reformas estruturais" - privatização e reforma fiscal.

Esse cenário, no entanto, não vem se confirmando. A inflação, o grande "front" do governo Collor, persiste em patamares elevados, inviabilizando ajustes por ele desejados.



Conjuntura Política

Desde a campanha eleitoral de 1989, Collor apostou na perspectiva de governar acima dos partidos políticos e do Congresso, em confronto com as forças políticas organizadas. Na priorização ao combate à inflação, na criação de condições para que a "reforma liberal" do Estado e a abertura da economia fossem iniciadas, Collor optou pelo caminho do autoritarismo, valendo-se de Medidas Provisórias e da recusa sistemática à composição orgânica com os setores políticos conservadores e fisiológicos, seus aliados potenciais. Essa política fracassou inteiramente. As resistências políticas dos setores progressistas e democráticos no Congresso Nacional e na sociedade, a pressão dos setores conservadores e fisiológicos (Organizações Globo, setores políticos ligados a Antônio Carlos Magalhães), a corrupção nos escalões mais altos e a desastrosa política econômica recessiva, obrigaram o governo a procurar uma base parlamentar mais estável.

Assim, no início de 92, o governo fez mudanças ministeriais e, por consequência, se recompôs politicamente no Congresso Nacional, embora ainda lhe falte 16 votos para ter a maioria parlamentar. O

nivelador da recomposição foi o fisiologismo, o "é dando que se recebe". Embora o governo tenha ganhado maior nitidez ideológica com a reforma ministerial, o impasse político-administrativo por que passa pode aumentar. A recomposição conservadora amplia o leque de beneficiários das verbas federais em um ano de eleições. Assim, as já minguadas contas públicas podem secar, o acordo com o FMI ir para o espaço - um dos pontos principais do acordo é o ajuste/equilíbrio nas contas públicas -, a combalida política econômica do Marcílio ir para o "brejo", a inflação explodir e o governo Collor naufragar de uma vez por todas. Outra hipótese, é confirmarem-se as expectativas de Collor, ou seja, "arrebentar a boca do balão em 93", terminar o mandato com crescimento, estabilidade econômica e popularidade e, quem sabe, candidatar-se a primeiro-ministro. Pelo que se viu e se vê, essa última hipótese é a menos provável.

(Fonte: Desepe, Análise de Conjuntura, nº 31, Março/92. Resenha por Wilson A. Steinmetz)

A inflação vai se acumulando mês a mês, enquanto os salários sucumbem, sem uma proteção eficaz. Os Privados conseguiram reajuste de 31% para a faixa acima de 3 Salários Mínimos. Os Federais, entretanto, ficaram só com as migalhas da política salarial oficial (29,5% de reajuste em março, para a parcela inferior a 3 SM).

BANCOS PRIVADOS - março/92

PORTARIA	ESCRITURÁRIO	ANUÊNIO	AJUDA ALIMENTAÇÃO	GRAT. DE CAIXA	COMPENSADOR	AUX. FUNERAL	AUX. DESL. NOT.	AUX. CRECHE
257.032,29	359.842,36	7.453,84	2.850,00 (6 h) 4.275,00 (8 h)	89.962,73	19.093,09	257.000,00	15.315,47	71.170,00

Editorial

A alternativa que precisamos construir

O governo Collor eleger-se prometendo um Brasil Novo; sem inflação e corrupção, sem especuladores e com os marajás na cadeia, com um Estado enxuto voltado para as questões sociais; um Brasil em que os descamisados, saídos do inferno da miséria, adentrariam no paraíso das facilidades. Para vencer, "os fins justificam os meios" tornou-se imperativo ético-político de conduta. Quem não lembra dos truques sujos usados nas eleições de 89, principalmente, no segundo turno.

Com o tempo, o "nada melhor que um dia após o outro" da filosofia popular subverteu-se para o "nada pior do que um dia após o outro". A gestão autoritária caracterizou a maior parte desses primeiros dois anos de mandato. Uso de Medidas Provisórias, ataque ao sindicalismo combativo, a recusa à negociação e o desrespeito às instituições democráticas foram a tônica. O tiro collorido reservado à inflação saiu pela culatra, a recessão chegou para ficar, a corrupção transformou-se no hobby predileto da vida palaciana e os descamisados andam absolutamente descrentes quanto à possibilidade de vida fora do inferno da miséria. E mais: concluíram que o inferno é infinitamente pior do que imaginavam. Desgastado em virtude das denúncias de

irregularidades e da ineficiente política econômica, enrolado nos impasses político-administrativos, sem o suficiente apoio político parlamentar e pressionado por setores conservadores influentes e fisiológicos, Collor resolveu recompor-se politicamente. Mudou ministros e buscou maioria estável no Congresso Nacional, na base do "é dando que se recebe".

Ao tornar seu governo um mar de lama e ao recompor-se fisiologicamente, Collor "Sarneyzou-se"? Sim, mas não totalmente. Porque, ao contrário de seu antecessor, ainda não perdeu a capacidade de tomar iniciativas políticas, de fazer reformulações estratégicas. É para isso que devem atentar o movimento sindical e as demais forças sociais e políticas, de cunho democrático-progredista. Collor ainda não é um cachorro morto que pode ser chutado facilmente. É ilusório pensar que ele cairá moribundo apenas por força de seus erros e mazelas. Ainda faltam três anos e o governo Collor requer um enfrentamento sério, conseqüente e global. Exige e apresentação de um projeto alternativo concreto que consiga reunir todos aqueles que querem um país desenvolvido, justo e democrático. É uma tarefa de difícil execução, mas não impossível.



Obras de canalização para o campo de futebol sete

Sede campestre terá melhorias

O Sindicato está investindo na ampliação de áreas de lazer para a categoria. As obras na Sede Campestre estão concentradas, atualmente, no campo de Futebol Sete.

A continuidade das obras, concluída a parte de canalização, depende de apoio da prefeitura.

Representantes da entidade já solicitaram a cedência de máquinas da prefeitura para fazer o aterro necessário. Embora esta questão ainda esteja pendente, a previsão é de se concluir as obras no espaço destinado ao esporte até o final deste ano.

O cronograma do projeto de infra-estrutura

prevê, ainda em 92, diversas outras melhorias. Entre elas, a canalização de água e a construção de banheiros.

Os bancários, no entanto, já podem desfrutar deste patrimônio - uma área total de 5,5 hectares - com seus familiares. No local, já tem churrasqueiras à disposição e espaço verde.

Desfrute do que você está ajudando a construir. O interessado pode se dirigir diretamente à Sede Campestre (na estrada velha de Desvio Rizzo). Caso deseje maiores informações sobre este espaço de lazer, faça contato com o Sindicato.

Página Dois

Reunião do BB

A definição dos pontos de pauta previstos para a reunião com os colegas do BB, chamada para terça-feira passada, 25, ficou prejudicada devido ao quorum reduzidíssimo. Apesar disso, com a presença da diretoria, debateu-se sobre a devolução do Imposto Sindical. A posição é de se devolver os valores descontados compulsoriamente a todos os colegas do banco, no percentual repassado à nossa entidade.

Desconto Assistencial

Na reunião do BB também se discutiu o Desconto Assistencial, que deveria ter sido feito antes do final do ano, conforme valor aprovado ainda em 91. Finalmente, o banco vai efetuar o desconto em favor das entidades sindicais na folha de abril. Já a sistemática de devolução do dinheiro arrecadado para liberação do dirigente sindical foi adiada. Convocaremos nova assembléia na próxima semana, esperando-se um quorum mais significativo para melhor avaliação.

Congresso do DNB

O Sindicato estará representado por três delegados escolhidos em assembléia no 3º Congresso do Departamento Nacional dos Bancários da CUT, nos dias 27, 28 e 29 deste mês, em São Paulo. As teses apresentadas no Congresso e as deliberações serão aprofundadas em publicação específica no próximo mês.

Mobilização no Banerj

Cansados de esperar o Banerj cumprir o Acordo Coletivo 91/92 e vendo a postura intransigente do banco, o funcionalismo marcou um calendário de mobilização, aprovado em assembléia no Rio de Janeiro. Dirigentes sindicais estarão organizando reuniões em cada agência, convocando a assembléia que acontece no dia 2 de abril. Para o próximo dia 7 está marcada uma reunião da Comissão Sindical ampliada com ativistas do movimento. No dia 10, acontecerá o enterro simbólico do presidente do banco, Antônio Carlos Brandão. Haverá nova assembléia dia 13, para discussão da greve, e, dia 14, paralisação de advertência por 24 horas.

Estatuto e Planejamento

Até maio, a direção está priorizando o encaminhamento do debate sobre a proposta de reformulação do Estatuto do nosso Sindicato e dos seminários de Planejamento e de Comunicação. Informe-se e participe das atividades previstas. É necessário que a categoria se expresse, pois estamos tentando construir um Sindicato que atenda às exigências dos bancários. Traga ao Sindicato suas sugestões.

Integração pelo Esporte

O Atlético Bancário Caxiense está trabalhando na organização do calendário de atividades esportivas para este ano. O primeiro campeonato - Volei masculino e feminino - está previsto para maio.

Expediente

Voz do Bancário - Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petropolis, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553

- Fones: 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223-2166

- CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500

exemplares - Fotolito e Impressão: Folha de Hoje.

Edição: Suzana Diefenbach (MTb 6.610)

Repórter: Thamy Spencer

Diagramação: Volmir Ferreira.

O GOVERNO COLLOR EM 10 DESABAFOS

"Eu não vi vantagem nenhuma do que ele fez até agora. São coisas absurdas. O desemprego, a recessão e o salário, que está lá em baixo. Os preços estão subindo todo o dia. O que menos corre, vó. Tudo aumenta sempre que o preço do combustível sobe". (Celoira Muneretto, 28, comerciária)

"Acho péssimo o governo Collor. Esta situação de miséria que estamos vivendo no Brasil não dá. Só aumentam os salários dos deputados. E o do trabalhador, que é o mais importante, está cada vez mais bravo. O custo de vida aumenta dia a dia". (Timóteo Vieira Soares, 35, carpinteiro)

"Pior que o Collor, só vindo outro. É uma imundície. Tá sendo tudo péssimo. Acho que não existe ninguém que tenha dado sorte com o presidente. Collor nunca quer ficar para trás. Está todo mundo na esperança de ver a situação melhorar, mas eu não sei não. São uns sem-vergonha". (Lindomar Rodrigues, 25, camelô)

"Collor teve toda oportunidade de mudar e caiu na vala comum, não fez nada. Os resultados estão aí. Voltou tudo ao que era antes. Ele não modificou nada do que o Sarney fez, embora tenha sido eleito pelo povo, que está pagando a festa. No governo Collor é que vieram à tona todos os problemas de corrupção. Collor tem que dar uma resposta". (Gilberto Tadeu Corá, 44, policial civil)

"Está tudo ruim, muito difícil, mas para o governo está bem. Os preços aumentam todos os dias e o governo ainda acha muito o salário de Cr\$ 90 mil. Se o salário fosse aumentado para Cr\$ 200 mil, aposto como o quilo da batata aumentaria para uns Cr\$ 1.500,00. Eu consigo tirar de Cr\$ 1 mil a Cr\$ 3 mil por dia". (Joaquim Fortuna de Melo, 35, vendedor de raspadinha)

"O que mais decepciona no governo Collor é o descaso com a sociedade de modo geral, com a saúde pública, com a educação. O aumento da marginalização social, da violência, são reflexos da política de desemprego e arrocho salarial. Um povo trabalhador como é o brasileiro merece ser tratado com mais respeito pela classe governante. (Iara T. de Azevedo, 27, bancária)

"Ele (Collor) não está fazendo nada para a gente. Ainda esta semana o leite aumentou mais uma vez. Eu ainda consigo comprar, mas e os que estão desempregados? As coisas aumentam todo o dia. Eu não posso nem ver mais o homem na televisão e muito menos pensar neste governo". (Suzete Bressanelli, 36, servente)

"Estou achando péssimo o governo Collor. Como microempresário, estou sobrevivendo, mas não se consegue ir para a frente, contratar mais gente ou fazer investimento. A saúde também está ruim, pois o INSS não funciona. Pagar atendimento médico particular é uma loucura". (Hermógenes Motta, 49, microempresário)

"Tem tanta coisa que a gente gostaria que mudasse. A primeira coisa seria o salário. O índice de criminalidade está lá em cima e a culpa é do baixo salário, se não nada disso aconteceria. Também tem a situação das crianças abandonadas. O governo tem que trabalhar em torno disso". (Loreni Goldbeck, 16, garçoneite)

"Para viverem bem, os americanos estão sempre sugando o país. Quem paga é o povo. Quando houver um governo que preste, o Brasil pode se tornar o 1º mundo. Collor disse que ia administrar o país sozinho, mas agora ele não assume. Lá estão todos os amigos do presidente". (Marcos Miguel Dall'Agnol, 34, taxista)

Categoria decidirá sobre Imposto Sindical

Os sindicatos continuam sendo submetidos a atos paternalistas do governo. O desconto compulsório do imposto sindical - valor correspondente a um dia de serviço dos trabalhadores e descontado sempre em março - é um resquício dos governos autoritários. A sustentação dos sindicatos a partir deste desconto, ainda serve para manter muitas entidades no completo imobilismo, retraindo a organização dos trabalhadores.

O compromisso assumido por esta gestão junto à categoria foi de devolver aos bancários o valor que fosse repassado, ou seja, os 60% que cabem por força de lei à entidade. Adotamos este procedimento ano passado, mas a devolução acabou acontecendo com valores simbólicos porque o valor descontado em março chegou ao Sindicato apenas em setembro e sem correção. Durante este período, os bancos ficaram girando com o dinheiro da categoria.

Neste ano, pretendemos agilizar este processo, exigindo, se necessário judicialmente, o repasse imediato dos 60% para a entidade. Assim, poderemos devolver a parte que nos caberia do desconto com uma defasagem bem

menos significativa.

Com o objetivo de definir o encaminhamento que será dado este ano, tornando mais efetivo o ato de devolução e atendendo aos interesses dos bancários, estamos preparando uma assembleia geral para debater o assunto. Fique alerta para a convocação da assembleia nas próximas semanas.

Mais que uma questão econômica, devolver o imposto sindical representa a reafirmação de nossa postura política, orientada pela CUT. É o momento de repudiarmos um governo que ainda se utiliza desses métodos na tentativa de manter o movimento sindical atrelado.

A saúde financeira de nossa entidade não será mantida com este tipo vergonhoso de arrecadação. Acreditamos que a melhor forma de sustentação dos sindicatos decorre da sindicalização, mantendo-os independentes dos governos e dos patrões. Portanto, é essa a orientação que estamos seguindo ao definir a estratégia de atuação para este ano.

Você deve participar das discussões e se informar sobre a destinação do dinheiro retirado compulsoriamente de sua conta. Venha ao Sindicato apresentar suas sugestões.

Opinião

Magri, Medeiros e o streap-tease do sindicalismo de resultados

Nos anos 80, presenciou-se, paralelamente à CUT e ao peleguismo tradicional, a ascensão e consolidação do **sindicalismo de resultados**. Líderes e mentores: Antônio R. Magri e Luís Antônio Medeiros. Teses defendidas: (a) Sindicalismo a-ideológico e a-político. "Ideologia não enche barriga de trabalhador", dizia Magri. O importante são os resultados de ordem econômica e social; (b) Sindicalismo: um agente colaborador no desenvolvimento do capitalismo (modelo econômico superior aos outros), pois quanto mais desenvolvido este for, mais poder de barganha e melhores condições de vida terão os trabalhadores. Coerente com essa tese, Medeiros, à época da Constituinte, avaliando que o capitalismo brasileiro precisava urgentemente desenvolver-se, posicionava-se contra a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego; (c) Defesa da economia de mercado; (d) Defesa de um sindicalismo "moderno", "civilizado", "competente", que faz da negociação seu principal instrumento de ação. Tratava-se, portanto, de um sindicalismo teoricamente consistente, porque assentado em premissas claras e com objetivos bem definidos. Isso nos anos 80.

E hoje? A quantas anda o sindicalismo de resultados? Muitas vestes caíram... Quase todas. Nas eleições de 1989, caiu a primeira, marcando o início do **streap-tease**. O a-político e a-ideológico sindicalismo (o que nunca fora, pois a defesa da economia de mercado implica uma concepção ideológica e política) engajou-se publicamente na campanha de um dos presidentiáveis. O que é legítimo. Ilegítimo é mentir acerca da identidade político-ideológica. Em 1990, Magri era elevado ao posto de ministro.

A segunda veste - A cada ano que passa, a crise do capitalismo brasileiro se agudiza mais. Como convencer os trabalhadores (que vêm a vida piorar dia-a-dia) a acalmarem-se e esperarem pacientemente o capitalismo brasileiro desenvolver-se para melhorar de vida? Medeiros acredita que esse convencimento ainda é possível. Em artigo publicado recentemente no jornal O Globo, propõe: "Ainda que nós, trabalhadores, sempre tenhamos cedido, historicamente, nos momentos de crise (nem sempre por vontade própria), ainda é possível ceder (...) desde que os empresários abram mão do egoísmo, do lucro fácil e do paternalismo oficial, aquele do qual muitas vezes mamaram". Medeiros entende que os trabalhadores devem ceder ainda mais, desde que os empresários abram mão daquilo que nunca deveriam ter tido. Ceder o quê? O salário fácil, o emprego abundante, a farta proteção do Estado, a fabulosa seguridade social. "Rarará", exclamaria o Macaco Simão.

A terceira veste - Sindicalismo "civilizado e moderno". Até a queda de Magri, a grande imprensa escamoteou o seu gangsterismo como dirigente sindical. Porém, agora, tornou-se público o evento onde ele tomou de assalto o poder de "Joaquinzão" na CGT, e o fato de Magri ter sido o mentor dos violentos incidentes em Caxias do Sul, nas eleições presidenciais de 89.

A quarta veste - Sindicalismo negociador. É notório o jogo de cartas marcadas entre Medeiros e a Fiesp. No dia x, Medeiros aceita reivindicações com a Fiesp e as mantém em sigilo. No dia y, lidera uma greve. No dia z, Medeiros volta à Fiesp, "negocia" e "obtem" a conquista das reivindicações. É claro, tudo como combinado com a Fiesp no dia x.

A última veste - Para a desgraça de seus epígonos, é a principal. Aquela que cobre a parte mais importante do corpo desse sindicalismo: o adjetivo "**de resultados**". Que o sindicalismo de resultados tem dado resultados, não há a menor dúvida. Aos trabalhadores, nem tanto. Mas, indiscutivelmente, muitos e grandes para Medeiros e Magri. Este ganhou um ministério e fez crescer enormemente o patrimônio pessoal. Medeiros fundou a Força Sindical, ganhou projeção nacional através da Rede Globo, do jornal Estadão e outros órgãos de imprensa reconhecidamente conservadores. Ele desfruta de trato especial na corte collorista e freqüenta festas promovidas por figuras como a do deputado Cleto Falcão (aquele que interrogado como podia gastar mensalmente o que não percebia como deputado respondeu: "É a ajuda dos amigos").

Enfim, o sindicalismo de resultados está nú. Porém, não morto. A elite não permitiria. Ele é e lhe será muito útil.

Wilson Steinmetz
Diretor do SEEB/Caxias

A alternativa que precisamos construir

O governo Collor eleger-se prometendo um Brasil Novo; sem inflação e corrupção, sem especuladores e com os marajás na cadeia, com um Estado enxuto voltado para as questões sociais; um Brasil em que os descamisados, saídos do inferno da miséria, adentrariam no paraíso das facilidades. Para vencer, "os fins justificam os meios" tornou-se imperativo ético-político de conduta. Quem não lembra dos truques sujos usados nas eleições de 89, principalmente, no segundo turno.

Com o tempo, o "nada melhor que um dia após o outro" da filosofia popular subverteu-se para o "nada pior do que um dia após o outro". A gestão autoritária caracterizou a maior parte desses primeiros dois anos de mandato. Uso de Medidas Provisórias, ataque ao sindicalismo combativo, a recusa à negociação e o desrespeito às instituições democráticas foram a tônica. O tiro collorido reservado à inflação saiu pela culatra, a recessão chegou para ficar, a corrupção transformou-se no hobby predileto da vida palaciana e os descamisados andam absolutamente descrentes quanto à possibilidade de vida fora do inferno da miséria. E mais: concluíram que o inferno é infinitamente pior do que imaginavam. Desgastado em virtude das denúncias de

irregularidades e da ineficiente política econômica, enrolado nos impasses político-administrativos, sem o suficiente apoio político parlamentar e pressionado por setores conservadores influentes e fisiológicos, Collor resolveu recompor-se politicamente. Mudou ministros e buscou maioria estável no Congresso Nacional, na base do "é dando que se recebe".

Ao tornar seu governo um mar de lama e ao recompor-se fisiologicamente, Collor "Sarneyzou-se"? Sim, mas não totalmente. Porque, ao contrário de seu antecessor, ainda não perdeu a capacidade de tomar iniciativas políticas, de fazer reformulações estratégicas. E é para isso que devem atentar o movimento sindical e as demais forças sociais e políticas, de cunho democrático-progredista. Collor ainda não é um cachorro morto que pode ser chutado facilmente. É ilusório pensar que ele cairá moribundo apenas por força de seus erros e mazelas. Ainda faltam três anos e o governo Collor requer um enfrentamento sério, conseqüente e global. Exige e apresentação de um projeto alternativo concreto que consiga reunir todos aqueles que querem um país desenvolvido, justo e democrático. É uma tarefa de difícil execução, mas não impossível.



Obras de canalização para o campo de futebol sete

Sede campestre terá melhorias

O Sindicato está investindo na ampliação de áreas de lazer para a categoria. As obras na Sede Campestre estão concentradas, atualmente, no campo de Futebol Sete.

A continuidade das obras, concluída a parte de canalização, depende de apoio da prefeitura.

Representantes da entidade já solicitaram a cedência de máquinas da prefeitura para fazer o aterro necessário. Embora esta questão ainda esteja pendente, a previsão é de se concluir as obras no espaço destinado ao esporte até o final deste ano.

O cronograma do projeto de infra-estrutura

prevê, ainda em 92, diversas outras melhorias. Entre elas, a canalização de água e a construção de banheiros.

Os bancários, no entanto, já podem desfrutar deste patrimônio - uma área total de 5,5 hectares - com seus familiares. No local, já tem churrasqueiras à disposição e espaço verde.

Desfrute do que você está ajudando a construir. O interessado pode se dirigir diretamente à Sede Campestre (na estrada velha de Desvio Rizzo). Caso deseje maiores informações sobre este espaço de lazer, faça contato com o Sindicato.

Reunião do BB

A definição dos pontos de pauta previstos para a reunião com os colegas do BB, chamada para terça-feira passada, 25, ficou prejudicada devido ao quorum reduzidíssimo. Apesar disso, com a presença da diretoria, debateu-se sobre a devolução do Imposto Sindical. A posição é de se devolver os valores descontados compulsoriamente a todos os colegas do banco, no percentual repassado à nossa entidade.

Desconto Assistencial

Na reunião do BB também se discutiu o Desconto Assistencial, que deveria ter sido feito antes do final do ano, conforme valor aprovado ainda em 91. Finalmente, o banco vai efetuar o desconto em favor das entidades sindicais na folha de abril. Já a sistemática de devolução do dinheiro arrecadado para liberação do dirigente sindical foi adiada. Convocaremos nova assembléia na próxima semana, esperando-se um quorum mais significativo para melhor avaliação.

Congresso do DNB

O Sindicato estará representado por três delegados escolhidos em assembléia no 3º Congresso do Departamento Nacional dos Bancários da CUT, nos dias 27, 28 e 29 deste mês, em São Paulo. As teses apresentadas no Congresso e as deliberações serão aprofundadas em publicação específica no próximo mês.

Mobilização no Banerj

Cansados de esperar o Banerj cumprir o Acordo Coletivo 91/92 e vendo a postura intransigente do banco, o funcionalismo marcou um calendário de mobilização, aprovado em assembléia no Rio de Janeiro. Dirigentes sindicais estarão organizando reuniões em cada agência, convocando a assembléia que acontece no dia 2 de abril. Para o próximo dia 7 está marcada uma reunião da Comissão Sindical ampliada com ativistas do movimento. No dia 10, acontecerá o enterro simbólico do presidente do banco, Antônio Carlos Brandão. Haverá nova assembléia dia 13, para discussão da greve, e, dia 14, paralisação de advertência por 24 horas.

Estatuto e Planejamento

Até maio, a direção está priorizando o encaminhamento do debate sobre a proposta de reformulação do Estatuto do nosso Sindicato e dos seminários de Planejamento e de Comunicação. Informe-se e participe das atividades previstas. É necessário que a categoria se expresse, pois estamos tentando construir um Sindicato que atenda às exigências dos bancários. Traga ao Sindicato suas sugestões.

Integração pelo Esporte

O Atlético Bancário Caxiense está trabalhando na organização do calendário de atividades esportivas para este ano. O primeiro campeonato - Volei masculino e feminino - está previsto para maio.

Expediente

Voz do Bancário - Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petropolis, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553 - Fones: 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223-2166 - CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500 exemplares - Fotolito e Impressão: Folha de Hoje.

Edição: Suzana Diefenbach (MTb 6.610)

Repórter: Thamy Spencer

Diagramação: Volmir Ferreira.

Banrisul: Superbanco???

Collares tenta vender idéia de fortalecimento do banco. O bom-senso indica, porém, que esta é a arrancada para a quebra dos estatais, abrindo espaço para grupos privados. Afinal, moderniza-se um banco fechando agências, aumentando filas e demitindo funcionários?

"O banco forte dos gaúchos. Uma megainstituição com potencial de capitalização de Cr\$ 5,1 trilhões". Assim o governador Alceu Collares caracterizou o Banrisul, após anunciar a incorporação ao nosso banco do Badesul e da Distribuidora de Valores e Títulos Imobiliários (Divergs) e a centralização administrativa.

Fosse isso verdade e estaríamos aplaudindo a reforma do sistema financeiro gaúcho promovida por Collares. No entanto, ao invés de um superbanco, a realidade que se apresenta pouco distante envolve redução de pessoal, fechamento de agências e processo gradual de extinção da Caixa Estadual. O primeiro passo já foi dado com o anúncio da gestão única, conduzida por nosso conhecido Flávio Obino.

Portanto, não percebemos indícios de transformação do Banrisul em uma superinstituição. Alia-se a isso o atendimento deficiente ao público. O Banrisul se torna cada dia mais uma instituição antipática à comunidade. A centralização do recebimento de taxas públicas faz com que aumente o volume de trabalho e, devido à carência de pessoal, a comunidade geralmente se defronta com imensas filas. A tendência é de estas filas ficarem cada vez mais longas e lentas, devido ao fechamento de unidades do Banrisul e dispensa de funcionários, medidas anunciadas por Collares na imprensa. A lógica indica o enfraquecimento.

Foto: Mauro Ceccon



Filas:
uma cena
que deverá
se tornar
constante
com a reforma
do sistema
financeiro estadual

Mobilização

Essa possibilidade é que deverá desencadear nossa mobilização, reivindicando acesso ao projeto global, pois temos direito de participar da discussão. Não se pretende adotar posição contrária à unificação de serviços, enquanto medida que vise racionalizar custos, como a utilização do mesmo malote e do cadastro etc.

Não devemos esquecer que essas mudanças revelam a cumplicidade do governo no processo de encolhimento do Sistema Financeiro Estadual. O objetivo é claro: enfraquecer os bancos estatais,

reduzindo sua área de atuação e desgastando-os frente à opinião pública. Assim, abre-se espaço para grupos privados, os quais não colaboram para o crescimento da economia gaúcha.

As medidas adotadas pelo governador vem ao encontro do projeto do Fundo Monetário Internacional e atende às imposições do Banco Central.

Alertas a esse perigo, os banrisulenses realizaram assembléia nesta quarta-feira, 25. Na pauta, a organização dos funcionários visando coibir atitudes autoritárias do governador gaúcho, que resultem na desestruturação de nosso sistema financeiro.



Mendonça negocia, mas arrocho continua

A direção da CEF novamente deixou a discussão referente a reajuste salarial de lado, na reunião realizada dia 18 deste mês com a Executiva Nacional dos funcionários. O encontro foi avaliado como positivo, mas ainda insuficiente, pois o salário segue sua linha de defasagem - os funcionários da CEF e BB vêm recebendo apenas os percentuais da política salarial até três mínimos. Entretanto, a reunião da semana passada caracterizou-se por avanços em outras questões fundamentais para a categoria, como as faltas não justificadas, promoções e alterações no manual de recursos humanos no item licença-prêmio.

O presidente da CEF aceitou a argumentação de que as faltas não justificadas (greve geral, greve de julho e greve de setembro) estão prejudicando os empregados funcionalmente. Assim, cada uma das faltas será compensada com uma hora de trabalho extraordinária, zerando as incidências sobre as férias, licenças-prêmio e promoções. As faltas durante o período da greve de setembro - **até a data do julgamento** - não precisam ser compensadas, pois foram consideradas justificadas, ocorrendo apenas o desconto pecuniário.

Também está em estudo alteração do manual de recursos humanos no referente à incidência de faltas na aquisição de licença-prêmio, adotando-se a mesma sistemática do Banco do Brasil. Agora, ao invés de zerar o tempo acumulado para aquisição, as faltas têm impacto na quantidade de dias de licença-prêmio. A cada cinco faltas não justificadas, o funcionário perde 15 dias de licença-prêmio.

Em relação à dívida da CEF com a Funcef, Álvaro Mendonça informou ter encaminhado ao Ministério da Economia uma proposta de solução definitiva do problema. Posteriormente deverá ser

tratada a questão do PREVHAB, mas Mendonça afirmou que não existe intenção de liquidar ou extinguir este órgão. Foi comunicado também que as promoções relativas ao período do ano base 91 serão efetuados em abril.

Intransigência e Salário

Duas propostas não foram aceitas pelos diretores da CEF - conversão de licença-prêmio em espécie e parcelamento do adiantamento de férias. Após muita discussão, a direção aceitou a utilização dos Apip's para pagamentos de dívidas junto à Caixa. Esta medida beneficia, principalmente, os empregados com menos de cinco anos, que não adquiriram o direito a licença-prêmio. A proposta apresentada pela Executiva em setembro passado era de parcelar o adiantamento de férias em até cinco vezes, sem correção. A direção se dispôs, apenas, manter este item em negociação. Mendonça se mostrou intransigente no que se refere à readmissão dos demitidos na greve de setembro. O assunto será mantido na pauta de negociações.

A questão salarial permanece como o principal ponto de reivindicação da Executiva. Agora, serão contatadas as demais Executivas dos empregados de bancos federais. O objetivo é conseguir uma audiência com o ministro Marcílio. A tentativa é de reverter o quadro de arrocho salarial que atinge cada vez com maior intensidade a categoria, especialmente os funcionários de bancos estatais. A livre negociação acima da faixa de três mínimos representa para as empresas estatais federais o direito do governo não negociar e arrochar ainda mais nossos salários. Afinal, não existe instrumento legal que garanta a negociação.

Jurídico

Banco Mercantil do Brasil terá de pagar a URP

Depois de três anos, os 18 colegas do Banco Mercantil do Brasil - agência Caxias poderão receber os 26,05% referentes à URP (Unidade de Referência Padrão) de fevereiro de 1989. O Departamento Jurídico do Sindicato informa que os cálculos já estão prontos.

O processo está em fase de execução, mas qualquer uma das partes envolvidas (sindicato ou patrão) poderá apresentar impugnação dos números. Os valores que não foram pagos pelo banco serão corrigidos monetariamente pelo índice da poupança e pela TRD (Taxa de Referência Diária).

Esta é a primeira vitória das cerca de 200 ações que tramitam no Ministério do Trabalho. Existem ainda seis processos referentes às perdas de vantagens salariais durante os planos econômicos do governo. A demora das ações, segundo os advogados do Sindicato, deve-se ao grande número de processos que rolam no Ministério.

A banca de advogados do Sindicato atende gratuitamente aos bancários das 9h às 18h. São três advogados em Caxias e outros sete, que atuam entre Porto Alegre e Brasília, para acompanhar as ações desde o município até os Tribunais Regional e Superior do Trabalho. Venha procurar seus direitos.

VOZ DO BANCÁRIO

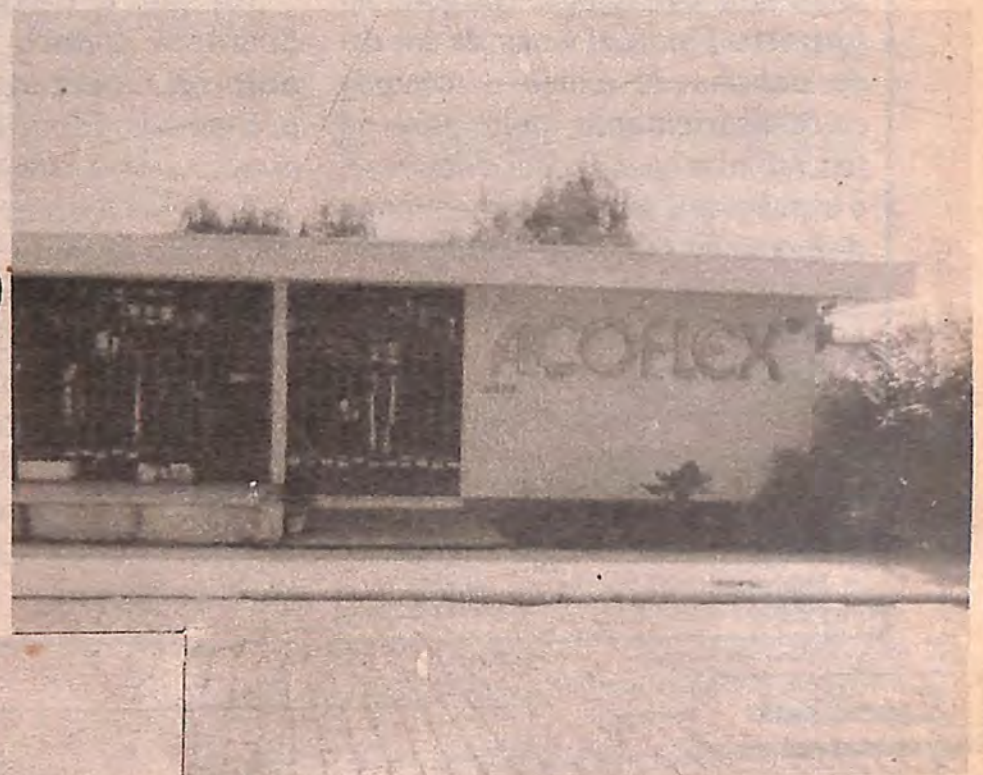
Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - RS

Abril de 1992

VOCÊ EMPRESTARIA

CR\$ 573 MILHÕES A ESTA EMPRESA? POIS O BB SIM!



O movimento sindical tem um compromisso com a defesa do patrimônio público e a moralidade administrativa que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe. Este é um dos motivos pelos quais o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região denuncia a utilização de recursos do Banco do Brasil em um empréstimo de altíssimo valor - Cr\$ 573,7 milhões, segundo consta na cédula de crédito - a uma empresa cujo porte não justifica tal ação. O empréstimo também considerado de altíssimo risco, foi liberado através da agência centro do BB de Caxias. Ao que consta, o deferimento teria vindo de altos escalões do governo federal. A empresa em questão é a Açoflex - Cadeiras para Escritório Ltda, propriedade do senhor

Léo Osmar Danna.

Algumas coincidências nem tão sutis despertaram a atenção. Uma pesquisa de parte da direção do Sindicato confirmou as suspeitas de favorecimento:

- a empresa Açoflex está sem crédito na praça;
- conforme dados obtidos em cartórios, o número de títulos protestados é bastante considerável;
- a empresa não tem conseguido cumprir com as obrigações trabalhistas. Até a época do empréstimo, estava há três meses sem pagar os salários de seus empregados;
- o empréstimo foi concedido a uma empresa que já possui três pedidos de falência e quatro ações executivas movidas contra ela;

- os juros são de 1% ao mês, ou seja, muito inferior à prática do mercado financeiro;

- a gerência do banco afirma que a empresa ofereceu garantias maiores do que normalmente acontece nas solicitações de empréstimos. Os fatos, contudo, conforme documentação fornecida pelos cartórios de registro de imóveis locais indicam o contrário;

- o prazo dado pelo banco para pagamento do empréstimo é de um ano, com seis meses de carência. E isso concedido a uma empresa que não tem porte para suportar os empréstimos que vêm sendo renovados.

A preocupação exposta pela direção do Sindicato dos Bancários ao promover esta denúncia é com a política de lisura da aplicação de recursos, como o do Pasesp, beneficiando empresas que efetivamente gerem novos empregos e colaborem no desenvolvimento econômico e social.

Com o objetivo de obter maiores esclarecimentos sobre essa questão - que certamente não é o único caso de favorecimento utilizando-se recursos de estatais - vários cidadãos estão se mobilizando para propor uma ação popular contra o diretor presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho.

As evidências estão claras. Não podemos nos furtar a exigir esclarecimentos e justiça.

Editorial

Planejando para fortalecer

A direção do Sindicato dos Bancários está propondo um programa de atividades cujo agente e fim principais é a categoria bancária. Encontra-se em andamento a **Reforma Estatutária**, que visa alterar a configuração institucional e funcional do Sindicato a partir dos conceitos de liberdade, autonomia e democracia sindical.

A diretoria executiva tirou como proposta a devolução à categoria do **Imposto Sindical** (valor de um dia de trabalho de março descontado compulsoriamente pelo governo federal), mas quer discutir a natureza, o significado político e o mecanismo de funcionamento desse imposto e ver se há a aprovação de devolução aos bancários sindicalizados.

Será deflagrada, no início de maio, uma ampla e inovadora **Campanha de Sindicalização**, com premiação para novos sindicalizados e sindicalizadores. O objetivo é fortalecer a representatividade da entidade e

sua capacidade financeira para responder às demandas políticas e sindicais da categoria.

Nos dias 9 e 10 de maio, será realizado um **Seminário de Planejamento**, para traçar orientações e objetivos a curto e médio prazos nas áreas de: organização, administração, política intersindical (CUT e movimentos sociais), formação, comunicação, esporte e cultura.

Por fim, a Executiva Nacional dos Bancários aprovou uma **Campanha Salarial Emergencial** para maio, com a chamada **ESQUENTANDO O OUTONO PARA GARANTIR O INVERNO**.

As reivindicações: reposição integral das perdas passadas, reajuste mensal dos salários, auxílio alimentação unificado, custeio de educação, auxílio creche até sete anos, **SOS Salário Mínimo**.

Para implementar o programa, a diretoria está agendando uma série de assembleias na base. Para o êxito do projeto, é fundamental a participação ativa da categoria.

Página Dois

Volei

Atenção esportistas, dia 17 de maio inicia o VII Campeonato Bancário de Voleibol Misto/92. As equipes devem providenciar sua inscrição até o próximo dia 7, no Sindicato. Após este prazo, não serão aceitas quaisquer modificações. Neste mesmo dia, às 18h, acontece uma reunião com os representantes das equipes já inscritas, quando será elaborado o carnê dos jogos a serem disputados no Ginásio de Esportes da AABB de Caxias do Sul. A fusão será permitida entre agências que tiverem menos de 40 funcionários. A exceção refere-se às agências dos municípios vizinhos de Caxias, integrantes da base territorial do Sindicato.

Som e Carro

Agora o Sindicato possui sua própria aparelhagem de som e com potência que atende às suas necessidades em passeatas, atos e chamamentos à categoria. A aparelhagem de som com 700 watts de potência foi adquirida em março, fazendo-se um investimento de Cr\$ 3.629 mil. Para complementar esta aquisição, está sendo providenciada a compra de uma pick up, pois o atual veículo do Sindicato não comporta a instalação do som.

Xerox

O investimento em patrimônio feito pela direção de nossa entidade incluiu a compra de uma nova máquina Xerox, que pode tirar 22 cópias por minuto, coloridas ou não, fazer ampliações e reduções. Esta aquisição permite maior independência em relação a gráficas para a produção de boletins e convocatórias, entre outras vantagens. Para complementar o atendimento, foi adquirido um balcão maior.

Reservatório

O reservatório de água da entidade também foi incluído nas melhorias do patrimônio. Construiu-se uma cisterna de três mil litros, ficando o reservatório com uma capacidade total de seis mil litros d'água. O objetivo é o de sanar os problemas decorrentes das constantes faltas de água, o que prejudica, principalmente, o atendimento odontológico.

Rádio Bancários

Bancários de São Paulo têm o primeiro programa feito por um sindicato de trabalhadores. A "Rádio Bancários" está no ar desde 6 de abril, na Gazeta AM (890 KHz). Tem humor, toca rock, Sócrates comenta esportes e o piloto Gil de Ferran fala de Fórmula 1. Para pôr o programa no ar, o sindicato vai gastar Cr\$ 40 milhões todo mês - Cr\$ 16 milhões pela compra do horário na Gazeta, de segunda a sexta, e Cr\$ 24 milhões para a produtora VBC. O gasto equivale a 5,4% da receita mensal do sindicato (Cr\$ 730 milhões). Para fazer um jornal diário, com tiragem de 120 mil exemplares, o sindicato desembolsa mensalmente Cr\$ 115 milhões. "Nossa categoria é jovem e alegre como o programa", afirma o presidente da entidade, Gilmar Carneiro. A idade média dos 93 mil bancários sindicalizados é de 25 anos, numa categoria de 140 mil.

Expediente

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região.

Diretoria

Ansélio A. Brustolin
Pedro J. Incerti
José Alex B. Tappia
Arquimedes De Rocco
Rita Formolo
Vilmar José Castagna
Ademar H. Bellini
Lendro A. König
Wilson A. Steinmetz
Mauro Luis Ceccon
Vaine T. Andreguette
Carlos A. Bellissimo
Carlos José Sandi
Iara T. de Azevedo
Edmundo V. Brandão
José Ricardo de Oliveira
Sônia B. dos Santos
Adriana Fioreze
Gelso F. Marcon
Albano Voltz
Liane Mari Zambelli
Sidnei Jacques

Base territorial

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553 - Fones: 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223-2166 - CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500 exemplares - Composição: VS Assessoria de Comunicação - Fotolito e Impressão: Folha de Hoje.

Edição

Suzana Diefenbach

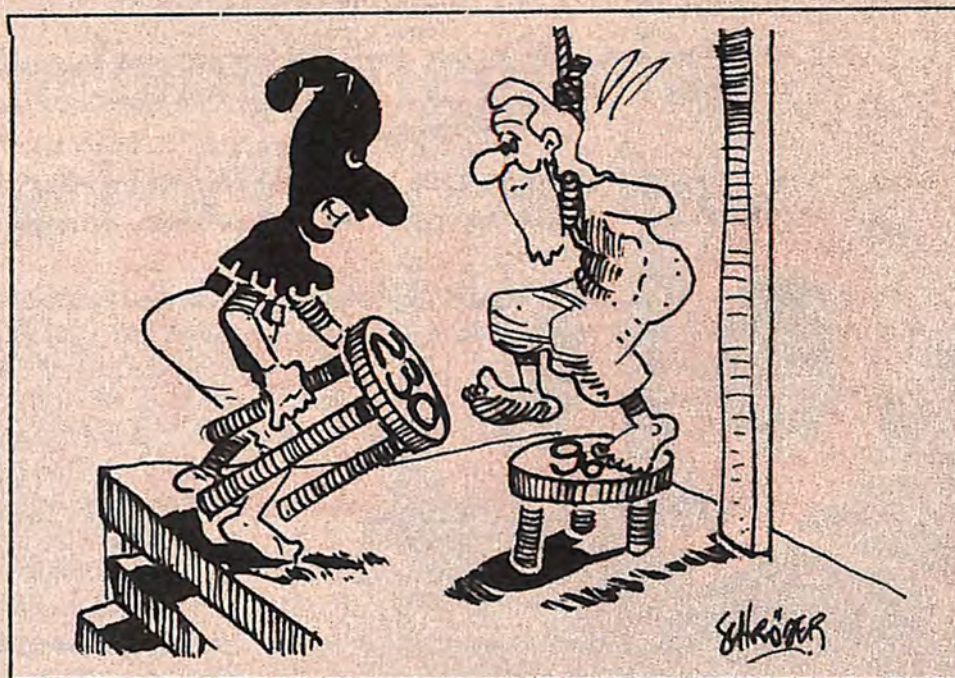
(Reg. Prof. 6.610)

Diagramação

Volmir Ferreira

Fotos

Mauro Ceccon



Um Salário Mínimo

No Brasil, 27 milhões de pessoas sobrevivem com um único salário mínimo.

Mesmo assim, a cada divulgação de seu novo valor, a iniciativa privada reforça a preocupação de deixar claro o fato de que paga mais. A razão é óbvia: se o recebesse hoje, e não na primeira semana de junho, o assalariado já precisaria de quase dois mínimos para comprar o cesto básico em Porto Alegre, de Cr\$ 444.671,21.

No governo do Estado, o menor salário, hoje, é de Cr\$ 123.517,00.

(Zero Hora - 22/04/92)

Influência

Qual é o grupo financeiro mais influente do país, nos dias de hoje? Quem responder que é o Banco Econômico, não estará errado. Além de um de seus proprietários, o ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Caimon de Sá, estão no governo seus diretores licenciados: Álvaro Mendonça, que era diretor da região sul, sediada em Porto Alegre, e hoje é presidente da Caixa Econômica Federal; o presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho; o presidente do Banco do Estado da Bahia, Paulo Viana; o presidente do Banco do Estado de Pernambuco, Paulo Henrique Lopes; e o presidente do Banco do Nordeste, Jorge Lins Freita.

(Pioneiro - 14/04/92)

Qual deve ser o horário dos bancos?



É negativo. Quanto mais tempo estiver aberto, menor será o fluxo de pessoas no banco. Tem-se a impressão que diminuiu o número de funcionários.

Eunice G. Oliveira, 32, professora

Se reduzir o horário ficará pior. Agora já se enfrentam grandes filas e, às vezes, tem poucas caixas. Que fique como está, ou passe a abridas 9h às 17h.

Zelanir da Rosa Nunes, 41, doméstica

Tem de aumentar o horário. Faltam funcionários e está muito demorado. Chega-se a ficar duas horas na fila.

Edemar Borges Batalha, 39, comerciante

Seria melhor se abrisse das 9h às 17h. Folga mais, pois que vai ao banco sempre está com pressa e, em alguns, faltam funcionários.

Luiz Bueno, 58, aposentado

Os banqueiros querem reduzir para lucrar mais

Os banqueiros atacam novamente e põem em pauta o horário de atendimento bancário. Querem reduzir para cinco horas o atendimento ao público - das 12h às 17h. O movimento sindical contra-ataca. Defende a ampliação, sem prejuízo à atual jornada de trabalho de seis horas. Proposta: atendimento das 9h às 17h, duas horas a mais.

A redução do horário de atendimento implica: mais demissões, mais horas-extras não pagas, filas ainda mais longas, péssimo atendimento ao público, esgotamento físico e emocional dos bancários.

A ampliação do horário implica: mais empregos, menos horas-extras, melhor atendimento, melhores condições de trabalho.

Pela milésima vez, os banqueiros provam que sua fúria lucrativa não têm limites.

A Central de Atendimento ao Trabalhador já funciona em horário diferenciado - das 7h às 16h - tendo autorização especial da Prefeitura. Certamente não haverá interferência, se o horário dos bancos for alterado.

Darwin Ortigara, Supervisor da CAT

Vai ficar péssimo. Abrindo às 10h já é ruim, porque às 11h já estão só em três caixas. Dia desses, ficamos três horas na fila.

Cecília Fin Guidini, 52, pensionista

Os donos dos bancos estão errados. Os funcionários deveriam ter dois turnos. Quanto mais horas ficar aberto melhor, pois aí não tem tanto tumulto.

Joana Rech Andreatta, 69, aposentada

Deveria abrir das 8h às 16h. Quem trabalha tem só um pequeno intervalo para vir ao banco.

Amato Roncarelli, 58, aposentado



1º DE MAIO

Nada a comemorar

A comemoração do 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho lembra um episódio sangrento ocorrido no século passado, na luta pela jornada de 8 horas diárias. Era a grande luta que mobilizava operários americanos e europeus há muitas décadas, forçados normalmente a trabalhar de 14 a 16 horas por dia.

Em 1827 ocorreu a primeira greve nos Estados Unidos pela redução da jornada de trabalho, dos carpinteiros da Filadélfia. O resultado das primeiras batalhas é que o governo norte-americano, em 1840, reduziu a jornada dos funcionários públicos. Com isso a luta ganha impulso.

A Federação dos Grêmios e Unões Organizadas dos Estados Unidos e Canadá, em 1884, aprova a proposta de greve geral para que todos os assalariados conquistassem a redução da jornada, "sem distinção de sexo, ofício ou idade". A data escolhida foi de 1º de maio de 1886, pois era quando a maioria das categorias operárias dos EUA renovavam seus contratos coletivos de trabalho com as empresas.

O chamamento foi aten-

dido pela maioria do operariado. Sentindo a disposição de combate, muitos empresários cederam. No mesmo dia 1º, 125 mil assalariados obtiveram o direito reivindicado. Em maio, outros 200 mil foram beneficiados e, antes do término de 1886, cerca de um milhão de trabalhadores já faziam 8 horas.

A luta não foi tranquila.

115 feridos.

Não se esclareceu a origem da bomba, mas o governo implantou clima de terror. Decretou Estado de Sítio e toque de recolher, inúmeros sindicatos foram fechados e cerca de 300 lideranças grevistas foram presas e torturadas no interrogatório. No final, os principais líderes operários de Chi-

cago foram detidos e levados a julgamento: o anarquista **Hess**, o sindicalista **Auguste Spies**, o sindicalista **Michael Schwab**, **Adolph Fischer**, **Albert R. Parsons**, **Oscar Neebe**, **Louis Lingg**, **Samuel Fielden** e **George Engel** - "Os Oito de Chicago".

O julgamento foi uma grande farsa. Spies, Parsons, Fielden,

Schwab, Fisher, Lingg e Engel são condenados à morte e Neebe a 15 anos de prisão. Pouco depois, a pena de Schwab, Fielden e Lingg é transformada em prisão perpétua.

Mas a luta não foi em vão. Em 1º de maio de 1890, o Congresso dos EUA dobrou-se à exigência operária e regulamentou a jornada de oito horas diárias no país.

Fonte: Revista Debate Sindical

HOMENAGEM E PROTESTOS

Em homenagem a seus heróis, a Federação Norte-Americana do Trabalho, em dezembro de 1890, instituiu o 1º de maio como dia de luta e protesto. Em 1891, a Segunda Internacional dos Trabalhadores decidiu em seu congresso de Bruxelas que "no dia 1º de maio haverá uma demonstração única para os trabalhadores de todos os países, com caráter de afirmação da luta de classes e reivindicação das oito horas de trabalho. O cumprimento da convocação de Bruxelas não foi fácil no Brasil. A primeira comemoração foi em Santos, em 1895. As primeiras manifestações em praça pública ocorreram em 1906. Outros primeiros de maio marcantes foram os de 1912, onde a palavra de ordem era contra a carestia e pela livre organização sindical; em 1913, contra a lei Adolfo Gordo, que determinava a expulsão dos trabalhadores estrangeiros, atingindo a maioria dos líderes sindicais; em 1914, contra a carestia; em 1915 e 1917, contra a I Guerra Mundial.

Atualmente, seguem-se as manifestações nesta data. Afinal, muitas são as razões para levantarmos nossas bandeiras de protestos neste 1º de maio.

A burguesia formou milícias armadas, compostas por marginais e ex-presidiários, para agredir os grevistas. Em Chicago, segunda cidade americana em importância, os choques foram mais agudos e sangrentos. A greve estendeu-se, pois os patrões não cediam. No dia 4, durante uma manifestação dos grevistas, uma bomba explode, matando um policial e deflagrando um grande conflito - 38 operários mortos e

Congresso do DNB cria Confederação para atacar imobilismo da Contec

Representando mais de 80% dos bancários de todo o país, realizou-se em São Paulo, de 28 a 30 de março, o 3º Congresso Nacional do Departamento Nacional dos Bancários (DNB). Dos 417 delegados inscritos, participaram 415.

CNB/CUT: nova estrutura para os bancários

Uma das principais polémicas deste Congresso foi a criação da Confederação Nacional dos Bancários/CUT, proposta defendida pela Articulação Sindical, posição majoritária no encontro. Embora os setores de esquerda tivessem posição contrária (inclusive os delegados de Caxias do Sul), o Congresso aprovou a organização do CNB/CUT com a alegação de que não podemos continuar convivendo com a Contec, "reduto de pelegos anti-democratas".

Sabemos da trajetória da Contec e de sua história de compromisso com os banqueiros. Entretanto, não podemos negar que isso fere a organização da própria CUT, que surgiu para ser uma Central de sindicatos e não de federações e confederações, as quais, geralmente, têm sido instrumentos do imobilismo e da burocratização do movimento.

Por outro lado, os que defendem a nova confederação afirmam que este é um passo decisivo para "construir uma estrutura sindical mais democrática e apoiada na realidade dos locais de trabalho", segundo Ricardo Berzoini, primeiro presidente da CNB/CUT, que ainda depende de análise e aprovação da Plenária da CUT marcada para o início de julho deste ano.

Não ao governo Collor

Além de nortear a ação dos bancários para o próximo período, o Plano de Ação aprovado aponta para a deflagração da **Campanha Nacional por Uma Vida Melhor - Contra o Arrocho, a Recessão e a Fome**.

"Fora Collor" ou Não ao governo Collor"? Esta discussão cujos projetos parecem iguais têm conteúdos diferenciados: o primeiro propunha campanha visando encaminhar a renúncia de Collor, com imediata convocação de eleições gerais, enquanto que a segunda - que foi a vitoriosa - indica a "necessidade de difundir o NÃO AO GOVERNO COLLOR", levando à opinião pública a possibilidade de ampliação de forças, unindo esforços que visem implementar as propostas cutistas.

Os delegados que representaram nosso Sindicato no Congresso foram Rita Formolo, Anselmo Brustolin e José Alex Tappia - eleito membro do Conselho Nacional da nova Confederação.

Esquentando o Outono para Garantir o Inverno

Como o governo não está nem aí, vamos ter de nos mexer novamente. Assim, em maio, os bancários dão início a uma Campanha Salarial Emergencial.

A atual política salarial, às vezes e para alguns, dá a impressão de ser razoável, porque reajusta os salários a cada dois meses. Mas essa impressão não resiste à mais simples análise matemática e, principalmente, à realidade do dia-a-dia no supermercado, loja, farmácia, escola, universidade, aluguel... A começar pelo fato de que o reajuste é até a faixa de três salários mínimos. Acima dessa faixa, é o "fundamento da

livre negociação". Como se fosse possível em momento de recessão e desemprego!

Ao colocar os números no papel, pode-se constatar o dinheiro que perdemos com a atual fórmula de reajustes. A saber, 50% do INPC no bimestre e reposição integral no quadrimestre, sempre até três salários mínimos. E o pior é que essa "grana" não volta mais. Fica como nossa "cota de sacrifício" para a inflação baixar e o país "melhorar".

Mas, como para o governo *miséria pouca é bobagem*, o **Martírio** - o diplomata metido a economista - acaba de preparar novo projeto de

política salarial, estabelecendo um mínimo de Cr\$ 230 mil para maio e a mesma fórmula de reajuste da atual política salarial, apenas aplicando o Fator de Atualização Salarial (FAS). Há, portanto, uma mudança. Evidentemente, para pior.

Razões para uma Campanha Salarial não faltam. Estas são as reivindicações:

- * reposição integral das perdas
- * reajuste mensal
- * auxílio alimentação unificado
- * custeio da educação
- * auxílio creche até sete anos
- * SOS Salário Mínimo

As regras do cálculo do FAS

O Fator de Atualização Salarial - FAS - introduzido no projeto de lei da nova política salarial, é um instrumento para reduzir eventuais ganhos reais de salários em trajetória de inflação em queda; e reduz a perda real caso a inflação seja crescente.

O cálculo do FAS é feito da seguinte forma. Supondo-se uma inflação no quadrimestre janeiro-abril de 25,92%, 24,48%, 21,62% e 20,50% (as três primeiras referem-se ao INPC de janeiro, fevereiro e março e a última representa uma estimativa de INPC para abril), têm-se uma taxa acumulada nos quatro meses de 129,71% e uma taxa média de 23,11%. Para chegar ao fator, conforme exemplo elaborado pelo secretário de política econômica, Roberto Macedo, divide-se a taxa de inflação do último mês (no caso abril, 20,5%) pela taxa média de inflação do quadrimestre 23,11%. Como trata-se de número índice, a divisão é feita da seguinte maneira: 1,2050 por 1,2311 que resulta no Fator de Atualização Salarial de 0,9788. Esse fator é multiplicado pela inflação acumulada nos quatro meses (2,2971 x 0,9788), produzindo o reajuste que será dado ao salário no final do quadrimestre: 124,84%. Portanto, 4,87 pontos percentuais a menos que a taxa acumulada dos quatro meses.

Em um cenário de inflação ascendente, mantendo os mesmos percentuais distribuídos de modo diferente: 20,5% em janeiro; 21,62% em fevereiro; 24,48% em março e 25,92% em abril. Seguindo o mesmo procedimento, o Fator de Atualização Salarial seria de 1,0228 que, multiplicado pela inflação acumulada nos quatro meses de 129,71%, resultaria num reajuste salarial ao final do quadrimestre de 134,95%. Ou seja, 5,24 pontos percentuais a mais que a taxa acumulada de inflação no período. Esse ganho não seria, necessariamente, real, mas apenas evitaria uma perda maior como produto da inflação crescente.

(FONTE: GAZETA MERCANTIL - 23/04/91)

Como fica seu salário em maio pelo projeto do governo

	Março/92 Cr\$	Maio/92 Cr\$
Portaria	257.032,29	446.259,19
Escriturário	359.842,36	624.757,03
Anuênio	7.453,84	12.941,45
Aux. Alim. (6h)	2.850,00	4.942,54
(8h)	4.275,00	7.413,82
Grat. Caixa	89.962,73	156.194,72
Compensador	19.093,09	33.149,73
Aux. Funeral	257.000,00	444.830,29
Aux. Desl. Not.	15.315,47	26.672,04
Aux. Creche	71.170,00	123.563,96

*Índice de reajuste do quadrimestre: 124,84%

*Menos antecipação de 29,5% em março = 73,62%

*Aplicado sobre o salário de março até 3 mínimos

*Acima de 3 SM: valor fixo de Cr\$ 776.402,97 e livre negociação

*Cálculos com um INPC estimado de 20,5% em abril e salário mínimo de Cr\$ 230 mil a partir de 1º de maio.

Bancos mantêm lucros elevados

O sistema bancário brasileiro, em 1991, um ano péssimo para a economia nacional, conseguiu manter uma rentabilidade de fazer inveja a outros setores da economia. Os 84 bancos listados ao lado conseguiram apurar um lucro líquido de Cr\$ 1,665 trilhão, representando uma rentabilidade média sobre o patrimônio líquido de 9,39%, apesar dos efeitos da correção complementar referente aos balanços de 1990. Consequência da lei 8.200, que aprovou uma distorção nos balanços, os lucros diminuíram por força de despesas de depreciação e o patrimônio líquido cresceu.

Os bancos enxugaram sua estrutura, com o avanço da informatização, o fechamento de agências com baixo retorno ou deficitárias e a demissão em massa de bancários - somente seis bancos reduziram em 50

mil os postos de trabalho e as despesas administrativas e com pessoal foram reduzidas em torno de 10%.

Aliado à aceleração da inflação a partir de maio/91, os bancos alargaram os seus "spread", com a liberação de cruzados, altas taxas de juros pagas pelo governo devido à necessidade do governo de colocar títulos públicos, ressurgiu a especulação com a ciranda financeira, através do aumento de operações. Somente o banco Safra, com pouco mais de três mil funcionários, conseguiu um lucro de Cr\$ 60 bilhões.

Nem o fim do overnigth, o quadro recessivo da economia, a queda do crescimento industrial, a redução das vendas no comércio e as ameaças de inadimplência generalizada ameaçaram o lucro dos bancos em 1991. O lucro dos bancos é sagrado!

Lucro dos Bancos em 1991

BANCO	LUCRO LÍQUIDO BILHÕES CR\$	PATRIMÔNIO LÍQUIDO BILHÕES CR\$	RENTABILIDADE %
BANCO DO BRASIL	269,33	4.991,59	5,39
BRDESCO	173,91	2.168,82	8,01
ITAÚ	159,30	1.714,10	9,29
BANESPA	98,98	1.113,30	8,89
SAFRA	64,50	260,16	24,79
UNIBANCO	50,64	567,64	8,92
BANCO DE CRÉDITO NACIONAL - BCN	41,80	351,44	11,89
ECONÔMICO	35,39	455,12	9,20
BAMERINDUS	33,71	634,88	5,31
REAL	30,20	347,60	8,68
ESTADO DO PARANÁ - BANESTADO	29,70	176,41	16,83
NACIONAL	29,70	307,21	9,66
MULTIPLIC	26,37	141,01	18,70
EST. DE MINAS GERAIS - BEMGE	18,84	120,14	15,68
MERCANTIL DE SÃO PAULO	18,57	524,24	3,54
ESTADO DE SANTA CATARINA - BESC	18,16	73,06	24,85
BOZANO SIMONSEN	13,98	60,01	23,29
MERIDIONAL	13,78	238,07	5,79
MERCANTIL DO BRASIL	13,15	185,54	7,08
CITYBANK	11,58	192,24	6,02
CONTINENTAL	11,35	28,24	40,20
MERCANTIL DE CRÉDITO - BMC	10,05	57,57	17,45
RURAL	9,93	34,12	29,10
NOROESTE	9,49	100,06	9,49
EXCEL BANCO	9,37	34,91	26,84
BANCO DE BOSTON	9,04	19,76	45,77
BANCOCIDADE	7,98	53,92	14,80
HOLANDÊS	7,71	32,84	23,49
SULAMÉRICA	7,64	22,87	33,40
BANDEIRANTES	7,30	89,75	8,14
ITAMARATI	7,21	47,90	15,07
REGIONAL DE BRASÍLIA - BRB	6,91	114,77	6,02
VOTORANTIN	6,82	37,09	18,41
BBA - CREDITANSTALT	6,59	30,44	21,67
GERAL DO COMÉRCIO	6,55	49,94	13,12
BIC	6,36	53,94	11,79
SUDAMERIS DO BRASIL	5,97	200,10	2,98
AMÉRICA DO SUL	5,71	170,37	3,35
INVESTECRED	5,47	26,80	20,43
CCF	5,34	43,99	12,14
PROGRESSO	5,13	51,11	10,04
NORDESTE DO BRASIL - BNB	5,11	219,00	2,33
BANORTE	4,60	100,79	4,57
CHASE MANHATTAN	4,30	100,90	4,26
SOGERAL	4,17	30,59	13,64
BMG	3,65	43,15	8,47
NORCHEM	3,55	33,25	10,67
IOCHPE	3,54	13,44	26,34
FRANCÊS E BRASILEIRO - BFB	3,46	234,80	1,47
BRASEG	3,45	16,14	21,39
DIBENS	3,38	14,44	23,42
CRFISUL	3,38	58,02	5,83
INTERATLÂNTICO	3,33	27,12	12,28
BANRISUL	3,11	180,16	1,73
EST. DO RIO DE JANEIRO - BANERJ	3,05	127,12	2,40
CREDIBANCO	3,01	67,79	4,44
MORGAN GUARANTY	2,93	18,65	15,70
BANCESA	2,56	16,74	15,32
BCSP	2,51	20,52	12,22
MULTIBANCO (BANK OF AMÉRICA)	2,16	16,98	12,75
CACIQUE	2,14	12,30	17,39
TÓKIO	2,10	54,11	3,89
BOAVISTA	1,88	42,93	4,38
ESTADO DE GOIÁS - BEG	1,80	39,90	4,51
GARANTIA	1,68	118,80	1,41
ARBI	1,90	14,12	13,50
ANTÔNIO DE QUEIROZ	1,61	12,47	12,96
ROYAL BANK OF CANADA	0,95	15,18	6,28
PONTUAL	0,86	11,97	7,18
DIGIBANCO	0,85	21,87	3,88
MONTEALBANK	0,84	69,34	1,21
ESTADO DO CEARÁ - BEC	0,83	40,87	2,04
ESTADO DO MARANHÃO - BEM	0,65	29,09	2,26
SUMITOMO	0,48	57,04	0,84
LLOYDS BANK	0,47	111,65	0,42
AGRIMISA	0,40	20,36	2,00
BNL	0,38	24,40	1,56
BANCO DA BAHIA	0,35	8,31	4,22
FENÍCIA	0,29	5,10	5,68
GULINVEST	0,28	5,97	4,75
HÉRCULES	0,26	5,25	5,02
FIBRA	0,18	9,19	1,97
ESTADO DO AMAZONAS - BEAM	0,13	21,40	0,13
BEAL	0,07	32,27	0,02
TOTAL	1.665,47	17.722,56	9,39

FONTE: BALANÇOS DIVULGADOS PELOS BANCOS E JORNAL GAZETA MERCANTIL

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - RS

Edição Especial

23 de abril
Dia Nacional
de Luta

REPOSIÇÃO INTEGRAL DAS PERDAS REAJUSTE MENSAL NÃO ÀS DEMISSÕES

Passados quatro meses do ano novo, onde o novo ficou na esperança e as velhas armadilhas do governo é que prevalecem, estamos tomando nossos postos, iniciando a luta pela sobrevivência de nossos salários e de nossos empregos.



A realidade que se apresenta para os trabalhadores é bem diversa daquela vivida nos amplos salões do governo. Em um jogo de vai-e-vem de corrupção, falsos discursos e com a presença de figuras do conhecido autoritarismo, um único perdedor: o assalariado.

Você não acha que já é tempo de dar um basta?

Nossa luta está começando e você é indispensável. Participe!

Para refletir

Com um falso discurso de modernidade, o governo vem se utilizando de uma chamada política salarial, que nem sequer repõe as perdas dos nossos salários. Para amenizar, insiste na existência de uma "livre negociação". Você já se deparou com ela?

O que temos assistido frente a nossos olhos, driblando nossas calculadoras e arrasando nossos bolsos, são percentuais vergonhosos disfarçados de reajustes salariais.

Na verdade, um nivelamento por baixo nos salários. E não se vislumbra perspectivas de uma política salarial melhor, nem mesmo para o mínimo.

Está em estudo, sob pressão das centrais sindicais, o reajuste do salário mínimo. Informações divulgadas pela imprensa indicam que o mínimo deverá ir para Cr\$ 230 mil, valor que não recupera as perdas. Essa discussão nos interessa, pois vai determinar a aplicação da lei salarial 8.222 (reposição integral em maio até a faixa de três mínimos). Caso se confirme este novo valor para o mínimo, quem recebe até Cr\$ 690 mil teria as perdas salariais de janeiro a abril deste ano zeradas, representando um reajuste em torno de 90%.

Porém, a maioria de nossa categoria tem salário superior a três mínimos e terá mantida a defasagem de seus rendimentos. É fundamental nossa mobilização, juntamente com todos os trabalhadores, para pressionar o governo e os patrões a aplicarem percentuais reais nos reajustes.

Reajuste necessário de set/91 a abril/92

BANRISUL

Escr. P	82,52%
Escr. GA	108,97%

PRIVADOS

Escr.	84,64%
-------	--------

MERIDIONAL

Escr.	82,52%
-------	--------

BANCO DO BRASIL

E1	107,26%
E12	236,84%

CAIXA ECON. FEDERAL

Ref. 18	98,99%
Ref. 95	240,55%

* Cálculos do Dieese incluindo estimativa para abril e descontadas as antecipações.

Enquanto lutamos **PELA REPOSIÇÃO INTEGRAL DAS PERDAS**, os banqueiros driblam a recessão, garantindo altos lucros. Pode-se comprovar isso analisando a tabela dos lucros e nosso quadro de perdas.

Para os banqueiros, parece que não há crise. E eles sempre encontram formas de manter seus ganhos. Demonstrando total falta de compromisso com seus clientes, encaminham proposta de redução no horário de atendimento ao público. Quem sairá perdendo? Os clientes e os funcionários, pois esse projeto representa demissões e reduções na estrutura de atendimento.

Por tudo isso e muito mais, vamos levantar nossas bandeiras de lutas.

LUCRO DOS BANCO\$ EM 1991

Banco	Lucro Líquido Bilhões Cr\$	Patrimônio Líquido Bilhões Cr\$	Rentabilidade %
BANCO DO BRASIL	269,33	4.991,59	5,39
BRADESCO	173,91	2.168,82	8,01
ITAU	159,30	1.714,10	9,29
BANESPA	98,98	1.113,30	8,89
SAFRA	64,50	260,16	24,79
UNIBANCO	50,64	567,64	8,92
BANCO DE CRÉDITO NACIONAL	41,80	351,44	11,89
ECONÔMICO	35,39	455,12	9,20
BAMERINDUS	33,71	634,88	5,31
REAL	30,20	347,60	8,68
ESTADO DO PARANÁ - BANESTADO	29,70	176,41	16,83
NACIONAL	29,70	307,21	9,66
MERCANTIL DE SÃO PAULO	18,57	524,24	3,54
MERIDIONAL DO BRASIL	13,78	238,07	5,79
MERCANTIL DO BRASIL	13,15	185,54	7,08
CITYBANK	11,58	192,24	6,02
SULAMÉRICA	7,64	22,87	33,40
BANDEIRANTES	7,30	89,75	8,14
ITAMARATI	7,21	47,90	15,07
GERAL DO COMÉRCIO	6,55	49,94	13,12
BIC	6,36	53,94	11,79
SUDAMERIS DO BRASIL	5,97	200,10	2,98
AMÉRICA DO SUL	5,71	170,37	3,35
FRANCÊS E BRASILEIRO	3,46	234,80	1,47
BANRISUL	3,11	180,16	1,73
MORGAN GUARANTY	2,93	18,65	15,70
TOKIO	2,10	54,11	3,89
LLOYDS BANK	0,47	111,65	0,42
BANERJ	3,05	127,12	2,40

FONTE: Balanços divulgados pelos bancos e jornal Gazeta Mercantil

Redução do nº de bancários empregados nos principais bancos

BRADESCO	23.286
ITAU	11.432
BANCO DO BRASIL	6.420
BAMERINDUS	4.751
MERCAPAULO	1.822
MERIDIONAL	1.168

Expediente

Voz do Bancário - Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petropolis, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 574 - Caixa Postal 553 - Fones: 223-2166 e 223-3119 Fax: 223 - 2166 - CEP 95020 Caxias do Sul - RS.

Produzido pela Secretaria de Comunicação. Composição: VS Assessoria de Comunicação

Jorn. Resp.:

Suzana Diefenbach (Reg. Prof. 6.610)

Diagramação: Volmir Ferreira.

VOZ DO BANCÁRIO

FILIADO À CUT

BANCO
DO BRASIL

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul - RS

"Quem sabe faz a hora, não espera acontecer!"

"Precisamos de salário e salário deve nos ser dado. Não se pode ficar nessa visão simplista. O banco não vai resolver o problema da gente. Nossa força está no movimento sindical."

Um início duro para uma palestra. Assim foi que o representante funcional Luiz Oswaldo Santiago de Souza iniciou sua conversa com os bancários de Caxias do Sul no dia 14 deste mês. Mas a conversa não transcorreu neste clima. Luiz Oswaldo falou bastante forte, disse coisas que fizeram pensar e que emocionaram. Porém, tudo por meio de muita poesia. Suas mensagens foram passadas também pelos versos de Geraldo Vandré, Chico Buarque, João Bosco, Aldir Blanch e Vinícius de Moraes.

A cidadania foi o primeiro ponto levantado e, segundo ele, o funcionalismo do banco viveu muito distanciado da sociedade durante muito tempo. Hoje, a imagem dos bancários do BB está muito desgastada e a população custa a acre-

ditar quando se diz que o arrocho também os atinge. Não poucas vezes, os comentários são no sentido de ironia, como que se deslumbrando com a situação daqueles que sempre pareceram tão superiores pelas condições de trabalho que lhes eram oferecidas.

"No dia 20 tínhamos garantido nosso pagamento, não nos interessávamos pelo restante. Nosso salá-

rio nos permitia colocar o filho na melhor escola, gozar de férias, trocar de carro todo ano. Agora, desemos muitos degraus e não temos a solidariedade daqueles que se acostumaram a nos ver em um pedestal."

Luiz Oswaldo seguiu sua explanação com um retrato do Brasil, refletindo sobre a história aparente e a história que esta por trás.



Auditório lotado para ouvir e se emocionar com Luiz Oswaldo. Das agências centro e Lourdes, 75 pessoas presentes.



A reunião também movimentou os colegas do Cesec, que ouviram com muita atenção e tiveram mais tempo de debate.

Relembrou como a Globo trabalhou a campanha presidencial através das mensagens de duas novelas: O Salvador da Pátria e Que Rei Sou Eu? Nesta última, passou a imagem de que os marajás eram os funcionários das estatais.

Passando pela história brasileira, ele analisou o desmonte do BB, sendo esvaziado em suas atribuições e com sua imagem sendo abalada. "A sociedade ia acumulando ódio contra nós. Temos de reverter a imagem da instituição na sociedade." Luiz Osvaldo destacou a questão do concurso, defendendo que os escândalos devem ser divulgados, pois nesse caso houve punição e a imagem do BB saiu bem. "Pôr a mão na ferida é a única maneira de curá-la", enfatiza.

Ainda no processo de desmonte, foram atingidos os salários, pois o funcionalismo ainda resistia. E os funcionários foram sendo atingidos. Alguns índices alarmantes: o número de suicídios entre funcio-

nários do BB aumentou consideravelmente de 1990 para cá; mais de 10% do funcionalismo tirou licenças para doenças mentais e stress; não se desfrutaram mais as férias, pois o período de descanso está sendo vendido.

Na análise de Luiz Osvaldo, o desmonte do funcionalismo se acentua com a criação de divisões entre colegas: uns lutam e outros recebem os benefícios.

EXISTE ESPERANÇA! Mas temos de determinar o que é essa esperança. Sentar, esperar o dia mudar, para depois cantar quando o dia mudar... - não é assim -

O DIA NÃO VAI MUDAR SOZINHO, A GENTE TEM DE PARTIR EM BUSCA DA MUDANÇA!

Queremos o mínimo de vida decente, casa, educação, saúde, alimentação, vestuário, lazer, prazer...

Algumas medidas foram propostas na CPI para melhorar a situação do BB:

- O BB assumir as funções do antigo BNCC; criou-se a Gerência de Crédito Cooperativo e assim o banco poderá recuperar seu social;

- a cidadania deve ser uma preocupação do funcionalismo;

- automatização: o banco foi forçado ao atraso por uma política de desmonte;

- participação nos lucros: para isso, precisa haver transparência e isso se dá com participação na gestão. É preciso que cada ponto do banco comece a se preocupar em socializar as discussões.

"Uma coisa é certa: se não trabalharmos para salvar a instituição, não salvaremos nosso salário. O único modo de se contrapor é se organizar antes que acabe nosso salário e a empresa."

TEMOS DE DESCOBRIR JUNTOS COMO FAZER!



Eleito pelos funcionários, Luis Osvaldo Santiago de Souza ocupa o cargo de diretor representante do funcionalismo junto aos Conselhos de Administração e de Direção do Banco há um ano. Através do Boletim Garef (Gabinete do Representante Funcional), ele repassa as informações obtidas e pretende que esta seja uma mão de dois sentidos, recebendo também informações de dentro das agências.

EXPEDIENTE

Informativo a partir da reunião dos funcionários do BB com o representante funcional.

Edição: Suzana Diefenbach (Reg. Prof. 6.610)

Diagramação e Montagem: Volmir Ferreira

Fotos: Mauro Luiz Ceccon
Composição: Folha de Hoje

"Os bóias-frias quando tomam uma birita, espantando a tristeza, sonham com bife a cavalo, batata-frita e a sobremesa é goiabada cascão com muito queijo.

Depois, café, cigarro e um beijo de uma mulata chamada Leonor ou Dagmar."

(João Bosco/Aldir Blanch)

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à **CUT**

Órgão de divulgação dos Bancários de Caxias do Sul e Região - RS

Edição Especial

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E AS NOSSAS LUTAS

Atravessamos mais um processo eleitoral.

Certamente ainda estão bem presentes em nossa memória os vários que nestes últimos anos vivemos. Amadurecemos politicamente. Já sabemos que as eleições não são o barco da salvação. Em uma democracia representativa aos moldes da brasileira ainda imperam o abuso do poder econômico, as falsas promessas, a discrepância entre os discursos de campanha e as ações no exercício efetivo do poder, a manipulação dos setores mais carentes da população, o oportunismo, a demagogia, o salvacionismo. Porém, se de um lado sabemos de tudo isso, por outro, verificamos que há partidos políticos e homens públicos comprometidos com as transformações sociais desejadas pelos setores organizados da sociedade, principalmente dos trabalhadores assalariados e das minorias discriminadas; que há partidos políticos que primam pela coerência entre discurso e ação, que realmente visam a moralização da política e da vida pública, que procuram integrar ao processo político decisório as maiorias excluídas.

As eleições municipais de 92 revestem-se de grande importância. Primeiro, pela profunda crise política, econômica e social na qual o governo Collor e os partidos que lhe dão sustentação jogaram o país. Nessas eleições podemos manifestar explicitamente nossa posição em relação a essa crise. Em segundo lugar, embora os principais problemas que nos afetam só possam ser resolvidos por políticas de abrangência nacional, percebe-se que o poder municipal, dada sua proximidade, pode

ser mais sensível aos problemas da cidade e encaminhar soluções adequadas a muitos deles. Por último, as eleições municipais de 92 são importantes porque já é hora de votarmos em partidos políticos e candidatos que mostrem, através do discurso e da ação, o desejo de criar uma nova cultura política, baseada em princípios éticos e procedimentos político-administrativos que sintonizem com os verdadeiros anseios da maioria da população, principalmente daquela que vive excluída do processo social e político.

Enquanto sindicalistas, não temos direito de, através do sindicato, propor que os bancários votem neste ou naquele partido político, neste ou naquele candidato. Evidentemente que como cidadãos e através de outros meios temos esse direito. Porém, aqui, na condição de sindicalistas, temos o dever de sugerir aos bancários que votem em partidos políticos e candidatos que, na prefeitura e na câmara de vereadores, ampliarão as lutas que travamos em nível sindical; que, pelo seu passado e presente, sintonizem com as propostas que procuramos implementar cotidianamente; que estejam comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, solidária, com justiça social e econômica. Através das eleições municipais, nós, bancários, poderemos ocupar novos espaços para o desenvolvimento de nossas lutas, fortalecer posições, reavivar esperanças. Essa é a nossa mensagem, enquanto sindicalistas.

Confira quem são os Bancários Candidatos

CAXIAS DO SUL

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA (Juca Oliveira)

Bradesco e Sindicato dos Bancários

Candidato a vereador pelo PT

GELSO FERNANDO MARCON

Banco Real e Sindicato dos Bancários

Candidato a vereador pelo PPS.

ODIR FRIZZO

Banco do Brasil

Candidato a vereador pelo PSDB

NAURO RODRIGUES RIBEIRO

Banestado Aposentado

Candidato a vereador pelo PDS

VERANÓPOLIS

LUIZINHO ZARDO

Banco do Brasil

Candidato a prefeito em Fagundes Varela pela aliança PDS-PMDB.

FARROUPILHA

PAULO AFONSO SCHNEIDER

Banco do Brasil

Candidato a vereador pelo PT

PAULO BACH

Banco do Brasil

Candidato a vereador pelo PDS.

GERRY MACAGNAN

Meridional

Candidato a vereador em São Valentim do Sul pelo PMDB

PAULO DAL SOCHIO

Banrisul

Candidato a prefeito pela UDF (PDT-PDS-PFL.

GARIBALDI

MAGDA SANTA ROSA

Banco do Brasil

Candidata a vereadora pelo PFL

PAULO SALVI

Meridional

Candidato a vereador pelo PT

CANELA

MARINO MIGUEL DE BRITO

Banco do Brasil

Candidato a vereador pelo PMDB

NOVA PETRÓPOLIS

ROBERTO KEHL

Banco do Brasil

Candidato a vereador pelo PMDB.

ALBANO VOLTZ

Meridional

Candidato a vereador pelo PDT.

FLORES DA CUNHA

MAURO POLIDOR

Banrisul

Candidato a vereador pelo PDT.

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul - RS

Maio de 1992

A agonia de nosso salário tão mínimo

Enquanto os brasileiros e brasileiras tentam digerir um indigesto valor aprovado para o salário mínimo e mantêm-se sedentos frente às perdas salariais que se acumulam, em outro andar deste país Brasil, um cardápio especial: buffet incluindo salada, maionese, camarão ensopado, filé, arroz branco e creme de espinafre. Era a comemoração pela aprovação do mínimo de Cr\$ 230 mil. Vitória do governo no projeto que reajusta o salário mínimo por 229 votos contra 197 e um jantar em homenagem ao ministro-chefe da Secretaria do Governo, Jorge Bornhausen, transforma-se em grande festa de comemoração. A festa contou com a presença do ministro da Economia, Márcio Marques Moreira.

"Entre 21h e 0h30 da quarta-feira, dia 6, o PFL viveu,

na residência do empresário e deputado Osório Adriano (DF), um clima de euforia que não alcançava o partido desde alguns bem-sucedidos embates com a esquerda durante a fase final da Constituinte, há quase quatro anos." (Zero Hora, 08/05/92)

A grande festa teve momentos curiosos, como o desmaio da deputada Fátima Pelas (PFL-AP), que passou mais de meia-hora se recuperando em um parte mais reservada da casa, descendo depois para o jantar. No dia seguinte, o médico da parlamentar diagnosticou um processo de stress e recomendou descanso.

Realmente, os dias próximos à votação do salário mínimo foram muito tensos. Afinal, na madrugada de 30 de abril, o placar da Câmara dos Deputados registrou 233 votos

favoráveis ao projeto governista contra 215 dos opositores e cinco abstenções. Em um plenário já mais esvaziado, foi derrotada por uma margem de 29 votos a emenda do deputado petista Paulo Paim, a qual garantia os Cr\$ 280 mil para o mínimo.

A vitória do governo na Câmara dos Deputados foi conseguida às custas de 24 votos obtidos no PMDB, 13 votos do PSDB e seis votos do PDT. Contra a emenda apresentada por Paim votaram nove deputados do PMDB, sete do PSDB e dois do PDT. Foi o que garantiu novamente a maioria para Collor.

Abaixo, a lista dos deputados gaúchos que votaram contra e a favor do mínimo de Cr\$ 230 mil. Ao lado, a proposta para os salários dos bancários e o quadro de perdas.

Proposta da FENABAM para Maio/92

(Atualizada com o INPC de Abril)

VALORES DE ABRIL	REAJUSTE SOBRE ABRIL
- PISOS E VERBAS	77,88%
- ATÉ Cr\$ 373.105,03	77,88%
- DE Cr\$ 373.105,03 a Cr\$ 903.900,00	75,85%
- DE Cr\$ 903.900,00 a Cr\$ 1.023.295,70	Valor Fixo de Cr\$ 685.608,15
- Acima de Cr\$ 1.023.295,70	67,00%

BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

REAJUSTE EM MAIO PELA LEI SALARIAL

VALORES DE JANEIRO	REAJUSTE SOBRE JANEIRO
- ATÉ Cr\$ 690.000,00	130,36%
- ACIMA DE Cr\$ 690.000,00	Valor Fixo de Cr\$ 899.484,00

Dep. Adão Pretto	PT
Dep. Adilson Motta	PDS
Dep. Amaury Müller	PDT
Dep. Antônio Britto	PMDB
* Dep. Arno Magarinos	BLOCO
* Dep. Carlos Azambuja	PDS
Dep. Carlos Cardinal	PDT
Dep. Carrion Júnior	PDT
* Dep. Celso Bernardi	PDS
Dep. Eden Pedrosa	PDT
Dep. Fernando Carrion	PDS
Dep. Fetter Júnior	PDS
Dep. Germano Rigotto	PMDB
Dep. Ivo Mainardi	PMDB
Dep. João de Deus Antunes	PDS
Dep. Jorge Ueque	PSDB
Dep. José Fortunati	PT
Dep. Luís Roberto Ponte	PMDB
Dep. Mendes Ribeiro	PMDB
Dep. Nelson Jobim	PMDB
Dep. Nelson Proença	PMDB
Dep. Odacir Klein	PMDB
Dep. Osvaldo Bender	PDS
Dep. Paulo Paim	PT
Dep. Raul Pont	PT
Dep. Telmo Kirst	PDS
Dep. Valdomiro Lima	PDT
* Dep. Victor Faccioni	PDS
Dep. Wilson Müller	PDT

Os deputados com nome em destaque votaram com o governo pelo salário mínimo de Cr\$ 230 mil

PERDAS DESDE SET/89 ATÉ SET/91

Bancos	Resíduo de Set/90 (1)	Resíduo Set/91 (2)	Resíduo de Set/90 e Set/91 (1) + (2)
Privados			
- Escriturários	43,50%	10,07%	57,95%
- Comissionados	84,54%	10,07%	103,12%
Meridional			
- Escriturários	27,58%	10,07%	40,43%
Banrisul			
- Escr. P	14,64%	10,07%	26,18%
- Escr. GA	32,89%	10,07%	46,27%
Banco do Brasil			
- E1	94,58%	13,16%	120,19%
- E12	94,58%	43,31%	178,87%
CEF			
- Ref. 18	99,48%	-	94,18%
- Ref. 95	99,48%	43,19%	185,64%
Pelo ICV - DIEESE			Elaboração: DIEESE

Placar da campanha: 68 novos sindicalizados

Editorial

Miséria, Corrupção e Champagne

Não poucas vezes ouvimos e comentamos que a grande responsável pela tragédia brasileira é a elite econômica, política e social governante. Ao longo da história, ela nunca foi capaz de elaborar projetos nacionais próprios. Os projetos que teve e tem sempre foram importados e nunca orientaram-se pelas necessidades e anseios da maioria da população, aquela que, de fato, produz as riquezas. Os projetos econômicos e políticos aqui implementados sempre resultaram da imposição das circunstâncias internacionais e seus centros de decisão. Primeiro, Portugal; depois, Inglaterra e, hoje, Estados Unidos via Banco Mundial, FMI e Clube de Paris.

Isso, porém, não significa dizer que a elite brasileira não é criativa. Suas façanhas não têm limites. Exemplos não faltam. Após a votação da atual política salarial no Congresso Nacional, fixando salário mínimo de Cr\$ 230 mil e reajustes quadrimestrais até três mínimos,

foi realizada uma grande festa. Enquanto milhões de brasileiros não sabem o que fazer para continuarem vivos, os ministros Jorge Bornhausen, Marcílio e outros bem como secretários de governo, deputados e empresários comemoravam com champagne e whisky importados e nacionais dos bons a eficiência na distribuição de favores com o dinheiro público e na compra de votos no Congresso Nacional, resultando na vitória da política salarial proposta pelo governo Collor. O “agito” foi tanto que houve até desmaio de uma deputada. Só não é de conhecimento público se a causa do desmaio era “avassaladora felicidade” ou descomedimento nos comes e bebes.

O escárnio, a humilhação é total. Imaginem! Como seria monótona, enfadonha, chata, “brega”... a vida social da elite brasileira sem a miséria e a corrupção para serem festejadas!

O Sindicato denunciou e a imprensa divulgou. A censura também esteve presente, mas se garantiu espaços para exigir explicações sobre um empréstimo irregular.

As matérias reproduzidas nesta página são dos jornais: Folha de Hoje, Pioneiro e Folha de São Paulo. Outros veículos tinham a informação mas silenciaram. As rádios de Caxias cumpriram com sua função na cobertura deste assunto. Abaixo, também, cópia de uma parte do contrato do empréstimo BB/Açoflex. Confira!

R.6 - em 8 de abril de 1.992.

HIPOTECA: Registrada em 4º lugar a 4ª matrícula e sem concorrência de terceiros.

CEDULA DE CREDITO INDUSTRIAL: Emitida pelas do Sul, e registrada sob nº 4.268.

EMITENTE: ACOFLEX CADEIRAS P/ESCRITORIO, rua Antonio Ribeiro Mendes, 2975 CGCHF.

CREDOR: BANCO DO BRASIL S/A, com agência 000/0089.23,

AVALISTAS: LEO OSMAR DANNA, CPF 003.571.80-950/72, brasileiros, nesta cidade.

INTERVENIENTE GARANTE: RODOVIARIA S/A, com sede nesta cidade, CGCHF 88.612.700-00.

RILEN MARIA SERAFINI DANNA, brasileira.

VALOR DO CREDITO: Cr\$573.700.000,00 e setecentos mil cruzeiros.

DATA E PRAZO: Em 6 de abril de 1.992.

Banco.

JUROS: Sobre a média dos saldos devedoratórios à taxa nominal de 25,26% ponderados a 13.93.0% pontos percentuais à taxa ANBID mais sobretaxa de 0,5% dos pelo método hamburguês, com base comercial: serão debitados e exigidos cimento e na liquidação da dívida do Banco, desde que não pagos no dia de juros será repactuada a cada ou em outro prazo que o Banco considerar para captação na modalidade vigência desta cédula, a exigibilidade de cada mês, exclusivamente calculados e debitados em conformidade com a cláusula, exceder à variação da taxa à variação cumulada da taxa nominalizada para pagamento juntamente aos seus valores nominalmente os juros da vigência desta cédula os juros da vigência desta cédula continua no

AV.7 - em 8 de abril de 1.992
ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
tantes da hipoteca antes registrada
com a mesma no que segue: VENCIMENTO
de comum acordo, resolvem acordar
da para o dia 6 de abril de 1992
vencimento acima mencionado, com
prazo de 12 meses incluídos no
da dívida resultante da cédula
mensais Iguais e sucessivas
rência, em 06.11.92 e as demais
brigando-se o Financiador, a
todas as responsabilidades
cordado que os pagamentos
ados exclusivamente nas datas
com eventuais antecipações
TUALIZAÇÃO DA DÍVIDA: O valor
os encargos previsto s no
em situação de normalidade
do não cumprimento das obrigações
o financiador cobrar a diferença
plemento inserida no título
dido entre o vencimento

ODER
 1. ZONA
 JUN
 COBR
 CARTÓRIO DE 1.º DISTRITO DE
 OLYNTHO INOMES DE CASTILHO
 OFICIAL
 IVANA ROSATO DE CASTILHO
 ATE. DO OFICIAL

Expediente

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do
Sindicato dos Bancários de
Caxias do Sul e Região.

Diretoria

Anselmo A. Brustolin
 Pedro J. Incerti
 José Alex B. Tappia
 Arquemedes De Rocco
 Rita Formolo
 Vilmar José Castagna
 Ademar H. Bellini
 Lendro A. König
 Wilson A. Steinmetz
 Mauro Luis Ceccon
 Vaine T. Andreguette
 Carlos A. Belissimo
 Carlos José Sândi
 Iara T. de Azevedo
 Edmundo V. Brandão
 José Ricardo de Oliveira
 Sônia B. dos Santos
 Adriana Fioreze
 Gelso F. Marcon
 Albano Voltz
 Liane Mari Zambelli
 Sidnei Jacques

Base territorial

Caxias do Sul, Antônio
Prado, Canela, Farroupi-
Iha, Flores da Cunha,
Garibaldi, Gramado, Nova
Petropolis, São Marcos e
Veranópolis.

Sede: Borges de

Medeiros, 574, Caixa Postal 553 - Fones: 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223-2166 - CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500 exemplares - Composição: Fotolito e Impressão: Folha de Hoje.

Edição

Suzana Diefenbach

(Reg. Prof. 6.610)

Diagramação

Imir Ferr

Fotos

Página Dois

Meridional:
privatização à vista

Para o Ministro Chefe da Secretaria do Governo, Jorge Bornhausen, estão muito lentas as vendas das empresas estatais. Recentemente, chegou a citar nomes de empresas que gostaria de ver sob controle privado. Uma delas é o Meridional. Bornhausen, que é, no momento, o ministro mais influente no governo Collor, não entende porque o Meridional ainda não foi privatizado. O interessante é que o ministro questiona o ritmo das privatizações, mas não o seu retorno financeiro, que até o momento tem sido ridículo, absolutamente inexpressivo.

O Ranking das Rescisões

O Bradesco continua liderando o ranking das demissões. No primeiro quadrimestre deste ano, demitiu 22 bancários somente na agência centro; dois na Imigrante e dois na Pio X. O segundo lugar está sendo disputado palmo a palmo entre o Itaú Centro e o Unibanco, com cinco rescisões homologadas. Figuram também entre os primeiros colocados do ranking o BCN, o América do Sul e o BIC, com três rescisões cada. De forma irresponsável, os banqueiros mantêm a prática de garantirem seus lucros reduzindo o quadro de pessoal, confirmando um total descomprometimento social.

Em defesa do Sistema Financeiro Gaúcho

Conforme deliberação do Conselho de Delegados Sindicais, foi aberta uma conta corrente na agência central Porto Alegre do Banrisul com a finalidade de arrecadar fundos para a campanha em defesa do Sistema Financeiro Gaúcho. A UFRGS teve 90 dias para fazer o estudo sobre a reforma financeira do estado. Em decorrência desta análise, deverão ocorrer muitas alterações estruturais e o funcionalismo estará submetido inclusive a fechamento de agências. O dinheiro arrecadado nesta campanha será utilizado para veiculação de material informativo em rádios, jornais e TV, pois os sindicatos não têm condições de arcar com essas despesas. O debate tem de ser levado para a sociedade. Até agora, o governo tem implementado suas medidas, sem discutir com a sociedade e o funcionalismo. Para quem quiser colaborar com a manutenção do sistema financeiro estadual o número da conta é **06.202815.0-8**.

Bancários levam ação contra BB no Fórum local

No início da próxima semana o Sindicato dos Bancários, através de seus advogados Vanius Corte e Walmer Witek, vai impetrar no Fórum local a ação popular contra o Banco do Brasil por favorecimento à Acoflex Cadeiras para Escritórios Ltda, num empréstimo de Cr\$ 573,7 milhões efetuado no início do mês de abril. Segundo denúncia do Sindicato, houve favorecimento por parte dos altos escalões do governo federal a uma empresa...

do imóvel objeto desta... de 1.992, em Ca-... 2 Livro 3-Aux... sede nesta cidade, a... 158/001.40... cidade, CGCHF 00 000 -... MARCELO DANNA, CPF 354... ENIENTOS PARA O TRANSPORTE... LEO OSMAR DANNA e MA... cidade... e setenta e tres milhões... as do Sul, na agência do... rios incidirão juros remu... percentuais ao mês, corres... lhos ao ano (correspondentes... Referidos Juros, calcula... proporcional diária (mês... de cada mês, no ven... ser capitalizados a critério... se tornarem exigíveis. A ta... de trinta/trinta e tres dias... vler a definir como m... Nos primeiros 6 meses de... encargos far-se-á no último... parcela positiva dos jros, que... o disposto no caput desta... TRD no período. A parcela re... encial Diária TRD será capita... parcelas de principal, proporci... os seis meses iniciais de vi... e debitados em conformidade com... continua no verso

certifico, que as partes contra... R.3, de comum acordo retifi... FINAL: O financiado e financiador... encimento final da cédula ora adita... DE PAGAMENTO: Sem prejuízo do... e financiador estabelecem o... de carência para a amortização... tada, que será paga em 6 parcelas... a primeira após o período de ca... qual dia dos meses subsequentes, o... com a última prestação em 06.04.93... deste aditivo. Fica desde já a... dividida ora contratada serão efetu... no presente Instrumento, salvo se... venha a concordar o Banco. A... foi atualizado até esta data com... ora aditado, considerando-se como... a Cr\$153.1000.000,00. No caso... sendo a Cr\$153.1000.000,00, poder... assumidas pelo Financiador, poder... lizada com base na cláusula de inadim... inclusive para o período compreen... e até a data da assinatura deste... 115.04... continua a folhas

do Registro... Certifico que esta cópia fotostática... é reprodução do original do que fi... extrair... Caxias do Sul, 9.1.4.192... 933... 21/2

EMPRÉSTIMO

Sindicato acusa direção do BB de favorecer amigo de Collor

Da Agência Folha, em Porto Alegre

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul (RS) anunciou que vai entrar com uma ação popular contra o presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, acusando-o de...

Sindicato denuncia favorecimento a empresa

Bancários vão acionar a Justiça contra o BB para anular financiamento de Cr\$ 573 milhões. Eles alegam que empresa não tem como ressarcir

Antônio Feldmann
Editoria de Economia

Anselmo Brustolin, presidente do Sindicato dos Bancários.

O Sindicato dos Bancários vai entrar na Justiça para tentar anular um empréstimo concedido pelo Banco do Brasil à empresa Acoflex Cadeiras para Escritórios Ltda, na ordem de Cr\$ 573.700.000,00. Motivo: os sindicalistas alegam que houve favorecimento por parte dos altos escalões do governo federal a uma empresa que, segundo eles, está em estado pré-falimentar e não tem as mínimas condições de ressarcir o valor em questão. Munida de alguns documentos comprobatórios, a diretoria do Sindicato dos Bancários reuniu a imprensa na manhã de ontem para tornar pública a denúncia.

Segundo motivo — Em segundo lugar, o Sindicato levantou alguns dados para sustentar a tese de que a Acoflex não tem condições de ressarcir o valor que pediu emprestado. A empresa caxiense tem 1.288 títulos protestados somente no Cartório Plínio Backendorf. A estimativa do Sindicato dos Bancários é de que, somados, estes títulos chegam a Cr\$ 1 bilhão aproximadamente. Além do mais, oito pedidos de falência contra a Acoflex tramitam no Fórum local, sendo que um está concluso ao juiz.

Primeiro motivo — Em resumo, o Sindicato dos Bancários decidiu questionar judicialmente o empréstimo por dois motivos essenciais. Primeiro, eles entendem que os juros aplicados (Taxa Referencial mais 1% ao mês) é muito inferior à praticada no mercado financeiro. Esta é uma linha de crédito oriunda do PIS/PASEP. "Isso caracteriza ainda mais o favorecimento", entende...

Diretor admite ser amigo de Collor e nega financiamento

O Sindicato dos Bancários garante que o diretor da empresa Acoflex, Leo Danna, faz parte do círculo de amigos íntimos do presidente Fernando Collor. O próprio Danna admitiu e confessou ter conhecido Collor antes mesmo de ele chegar à presidência da República. heci o Collor em outras épocas, salientando que "ele nem me conhece mais", que tem a ver a amizade de com Collor? De acordo com Collor, isso poderia ter determinado o favorecimento à sua empresa de acordo com os interesses.



Não houve financiamento — Danna

tado com a atitude do Sindicato dos Bancários, o diretor da empresa Acoflex, Leo Danna, alega que não houve financiamento. "Foi uma renegociação espécie de rolagem", garante. Mas ao ser interrogado sobre o empréstimo, Acoflex entrou em uma questão pessoal e não revelou onde investiu o dinheiro que é meu", encurtou a conversa.

Advogados — O Sindicato dos Bancários faz questão de alertar ainda que a ação popular será contra o presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, e não contra a empresa Acoflex. Eles entendem que a infração, no caso, foi cometida pelo Banco do Brasil, embora em favorecimento à empresa. "Só o fato de haver títulos protestados é motivo para os bancos não concederem empréstimo", alega Vanius Corte, advogado do Sindicato dos Bancários, que está elaborando o processo em conjunto com o advogado Walmer Witek. O dinheiro que será impetrado a ação popular ainda não está definido, mas o foro competente é a Vara de Justiça Federal de Porto Alegre.

Sindicato vai à Justiça contra empréstimo do BB

O Sindicato dos Bancários aponta irregularidades em empréstimo de Cr\$ 573 milhões e vai recorrer à Justiça



DENÚNCIA
Empréstimo do BB pára na Justiça
PÁGINA 12

No último dia 6 de abril, o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul (RS) anunciou que vai entrar com uma ação popular contra o Banco do Brasil por favorecimento à Acoflex Cadeiras para Escritórios Ltda, num empréstimo de Cr\$ 573,7 milhões efetuado no início do mês de abril. Segundo denúncia do Sindicato, houve favorecimento por parte dos altos escalões do governo federal a uma empresa...

Brustolin, característica de favorecimento. Além de não ter sido feita a devida análise de crédito, a empresa Acoflex não possui condições de pagar o empréstimo. Segundo o Sindicato, a empresa não tem como ressarcir o valor emprestado. A empresa caxiense tem 1.288 títulos protestados somente no Cartório Plínio Backendorf. A estimativa do Sindicato dos Bancários é de que, somados, estes títulos chegam a Cr\$ 1 bilhão aproximadamente. Além do mais, oito pedidos de falência contra a Acoflex tramitam no Fórum local, sendo que um está concluso ao juiz.

Empresário não presta informações

O empresário da Acoflex, Leo Danna, não prestou informações sobre a situação financeira da empresa. Segundo o Sindicato dos Bancários, a empresa não possui condições de pagar o empréstimo.



Fábrica 2 da Acoflex queimou há alguns anos. Diretor reconhece que está passando por um momento difícil

Empresa acumula pedidos de falência

A situação financeira da Acoflex Cadeiras para Escritórios Ltda não é das melhores. O próprio diretor da empresa, Leo Danna, reconhece. "Estamos na crise como todo mundo e estamos lutando para sair", declarou Danna a **Folha**. Dados obtidos junto ao Cartório Plínio Backendorf, principal credor da empresa, a Acoflex possui 1.288 títulos, cada um abrangendo oito protestos. Aplicando a multiplicação, se chegaria facilmente ao resultado: 1.288 títulos foram protestados, sendo que 664 somente no período de 25 de outubro de 91 a 25 de março de 92. Alguns até de valores irrisórios, como o de Cr\$ 7.925,00.



Residência do diretor da Acoflex foi hipotecada como uma garantia

No Fórum, oito processos diferentes pedem a falência da empresa. Estes pedidos são feitos pela Fiabris Litas e Abrasivos, Pirex do Rio OCG Ferro e Aco, Induspluma S/A...

Gerente do BB desconhece empréstimo

Embora o Sindicato dos Bancários tenha isentado de qualquer culpa a administração local da agência Centro do Banco do Brasil, o gerente geral Ivanyr Tonietto declarou que não tinha nenhum conhecimento do empréstimo, a não ser por informações veiculadas pela imprensa no **Rádio Caxias**. Mas o Sindicato garante que o empréstimo, considerado de alto risco, foi liberado através da agência Centro do BB de Caxias do Sul. A cópia da hipoteca da casa do diretor da Acoflex, que serviu de garantia para o empréstimo e foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis Olyntho Mendes de Castilhos, também cita o Banco do Brasil como credor.



Sem conhecimento — Tonietto

Tonietto disse que certamente a assessoria jurídica do Banco do Brasil tomará as medidas cabíveis caso a denúncia seja levada à esfera judicial. Ele especificou que o banco possui uma linha de crédito que contempla juros de 1% ao mês mais a Taxa Referencial. Também o Sindicato dos Bancários admite conhecê-la. Em seu informativo mensal, o Sindicato dos Bancários coloca que "a gerência do banco afirma que a empresa ofereceu garantias maiores do que normalmente acontece nas solicitações de empréstimos. Os fatos, contudo, conforme documentação fornecida pelos cartórios de registro de imóveis locais, indicam o contrário".

Planejando o Sindicato

Mulher

Nos dias 8 e 9 de maio, a diretoria realizou um Seminário de Comunicação e Planejamento, visando dar coerência, dinamismo e qualificação política e organizacional às atividades do sindicato e da categoria. Conheça as principais propostas tiradas:

* O jornal VOZ DO BANCÁRIO terá edição quinzenal. Sairá com duas ou quatro páginas, conforme a necessidade.

* O Clipping Bancário, publicação dirigida contendo matérias publicadas na grande imprensa, também será editado quinzenalmente, intercalado com o jornal.

* Será estudada a possibilidade de publicação de uma revista ou jornal trimestral de formação e cultura.

* O Sindicato se empenhará na constituição de um Coletivo de Comunicação da CUT/Serra, visando aprimorar a imprensa sindical da região, dos pontos de vista formativo e informativo.

* Far-se-ão contatos com profes-

res e estudantes de história da UCS para realização do projeto de resgate e estudo histórico do movimento sindical na região e dos bancários em especial.

* Hoje, há empate entre receitas e despesas. Far-se-á um ajuste nas despesas e se incrementarão as receitas, desenvolvendo ampla campanha de sindicalização.

* Serão estudadas formas para melhor aproveitamento da sede campestre.

* A informatização do sindicato é um dos investimentos prioritários.

* Haverá reorganização do departamento jurídico, tornando-o mais funcional e eficiente na prestação de assessoria à diretoria e serviços à categoria.

* Concluir a reforma estatutária.

* Criar o Conselho Regional de Delegados Sindicais.

* Fazer reuniões sistematicamente nas cidades da base.

* Criar maior proximidade entre diretores sindicais e bancários

Áreas de Atuação

O Seminário de Planejamento também definiu responsabilidades.

Pela área de Administração e Finanças, ficaram responsáveis: Anselmo Brustolin, Arquimedes Rocco, Ademir Bellini e Mauro Ceccon;

Na área de Formação, Cultura, Comunicação, Esporte e Saúde, os diretores: Carlos Sandi, Rita Formolo, Vilmar Castagna, Wilson Steinmetz e a assessora de imprensa (Suzana Diefenbach);

Para a área de Organização: Ademir Bellini, Anselmo Brustolin, Carlos Sandi, Gelso Marcon, José Alex Tappia, José Ricardo de Oliveira, Pedro Incerti, Rita Formolo e Wilson Steinmetz.

Na área de Movimentos Sociais e Institucionais: Anselmo Brustolin, Gelso Marcon, José Alex Tappia e José Ricardo de Oliveira.

É bom frisar que todas as sugestões e críticas da categoria serão bem-vindas.

Pelo fim da violência contra a mulher

A violência contra a mulher é uma constante em nosso dia-a-dia e se manifesta de diversas formas, tanto nas ruas como nos locais de trabalho ou em casa. "Ela se materializa na dominação, na prepotência dos atos e palavras, na exploração econômica e sexual." Suas diversas faces de opressão variam desde as mais sutis, como a educação diferenciada até as mais violentas, como o espancamento, estupro e assassinato. É comum a violência nos lares, as cantadas nos locais de trabalho e a insegurança nas ruas, pois inúmeros são os casos de mulheres violentadas e estupradas até mesmo à luz do dia.

A sociedade repudia, as mulheres amedrontam-se e, no entanto, nenhuma providência é tomada no sentido de punir os opressores. É necessário que se cobre das autoridades a responsabilidade em estabelecer medidas de combate e prevenção à violência, prestando assistência às suas vítimas.

Com esse objetivo, foi criado o FÓRUM UNITÁRIO DE MULHERES, que reúne diversas entidades representativas da sociedade, nas quais as mulheres atuam e discutem medidas concretas para combater a violência específica sobre a mulher.

Entre as prioridades está a necessidade urgente de reativar a delegacia feminina em Caxias do Sul, nomeando uma delegada titular para tratar dos casos mais urgentes.

A aplicação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) é proposta concreta que deve ser cobrada das autoridades municipais.

A criação do albergue com acompanhamento médico, jurídico, assistencial e psicológico para as vítimas da violência e seus filhos, até que possam reestruturar suas vidas em sociedade.

É necessário, para tanto, a conscientização pública e mobilização social para que este problema comece a ser solucionado. Para isso, as mulheres devem participar desse processo de rompimento das barreiras convencionais, denunciando, lutando pela sua individualidade.

O Fórum Unitário de Mulheres, que reúne mulheres representantes de entidades ou não, sempre na última segunda-feira de cada mês, estará realizando um debate sobre a questão da saúde da mulher, envolvendo temas como métodos contraceptivos, climatério (menopausa) e sobre a implantação do Paism. O debate será dia 30 de maio, às 15h, no Sindicato dos Metalúrgicos, com a médica Dilma Tessari. É uma forma de discutir o problema em nível municipal.

Iara T. de Azevedo

Caxias do Sul/RS

Sindicato denuncia empréstimo suspeito

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul/RS denunciou no final de abril, o empréstimo de Cr\$ 573,7 milhões que a direção do Banco do Brasil fez à Açoflex. Para o Sindicato o risco é altíssimo, pois a empresa possui três pedidos de falência; quatro ações executivas movidas contra ela; está sem crédito na praça e conta com um número considerável de títulos protestados.

O favorecimento econômico é evidente neste empréstimo e alia-se a questão política. O dono da Açoflex, Léo Danna, foi cabo eleitoral de Collor na campanha presidencial e é fundador do PRN em Caxias.



Fonte: O Bancário - Jornal da Confederação Nacional dos Bancários Ano I - nº 1

Seminário da CEF

Reforma do sistema financeiro; questões específicas da CEF; organização do movimento e campanha salarial 92. Esses são os pontos de pauta do 6º Seminário a se realizar de 8 a 12 de junho, na Apcef de São Paulo. O seminário é preparatório para o Congresso Nacional dos Empregados da CEF, marcado para julho.

O critério de participação é de um delegado para cada 1000, com fração de 500, garantindo-se no mínimo um delegado por estado, todos eleitos em seminários estaduais. Cada entidade sindical e Associação de Pessoal também tem direito a um representante, participando, inclusive, funcionários aposentados da CEF.

show VINÍCIUS

Dia 19 de junho tem show de Vinícius no auditório do Sindicato.

Informe-se e garanta seu ingresso

Decisão do Volei neste domingo

Domingo, 31, é dia de decisão do Volei Bancário. Das 11 equipes que participaram do campeonato, seis se classificaram no domingo passado para a disputa final que acontece a partir das 9h30 no ginásio da AABB de Caxias do Sul.

A classificação foi a seguinte, de primeiro a sexto colocados: Unestado (três vitórias, saldo de 65 pontos positivos); Itaú (três vitórias, saldo positivo 31); BIC (duas vitórias, saldo positivo 39); Lloyds (duas vitórias, saldo positivo 29); AABB Flores da Cunha (duas vitórias com saldo positivo de cinco pontos) e BCN/Mercapaulo (uma vitória e saldo negativo de 21 pontos).

As duas chaves ficaram assim constituídas: Chave D: Unestado, BIC e AABB Flores da Cunha; Chave E: Itaú, Lloyds e BCN/Mercapaulo.

No dia 31, haverá jogos dentro da própria chave. O primeiro colocado de cada chave disputará o título de campeão e vice do campeonato; os segundos colocados das chaves D e E, disputam terceiro e quarto lugares.

A avaliação feita durante a fase classificatória indicam o Unestado como favorito. A equipe do Banestado (bicampeã 90 e 91) está fortalecida este ano em decorrência da fusão com o Unibanco. A equipe do Unestado neste campeonato destacou-se nas disputas, sem tomar conhecimento dos adversários e vencendo todos os sets. Correndo por fora nesta disputa e com chances de chegar ao título, as equipes do BIC e do Lloyds.

Encontro prepara a campanha salarial 92

O Encontro Estadual dos Bancários, mostrando-se representativo, reuniu 245 bancários credenciados e mais observadores, dirigentes e convidados, em Santa Maria, no dia 16 de maio. Participaram também o presidente da Confederação Nacional dos Bancários (entidade em processo de formação, substituindo o DNB) Ricardo Berzoini, e da Contec, Lourenço do Prado.

A participação no evento demonstrou um determinado grau de mobilização para a campanha salarial deste ano no nível dos dirigentes sindicais. No entanto, faltou aprofundar a discussão sobre a política de enfrentamento ao projeto do governo Collor.

A estratégia de campanha não fugirá muito da empregada ano passado. As reivindicações dos trabalhadores em bancos privados e estatais será novamente unificada. A categoria propõe também uma livre negociação de fato, sem o ajuizamento do dissídio na Justiça do Trabalho. Na pauta de reivindicações, que deverá ser apresentada na forma de minuta mínima, constam a reposição total das perdas salariais desde o início do governo Collor, piso de igual valor ao salário mínimo do Dieese e reposição mensal da defasagem salarial.

A existência de uma mesa única de negociações não impede que ocorram negociações em separado, atendendo as peculiaridades de cada banco.

Os bancários da rede privada devem realizar novo encontro estadual antes de setembro para discutirem formas de organização da categoria.

No Encontro realizado em Santa Maria, decidiu-se que a Executiva da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul definirá uma proposta de reestruturação das diversas regionais do estado, buscando maior agilidade e autonomia entre elas. Além disso, deliberou-se a participação da categoria gaúcha no Encontro Nacional dos Bancários, que deve acontecer nos dias 21 e 22 de junho em Brasília.

O evento contou com uma dinâmica com painéis e debate durante a manhã, seguindo-se trabalhos em grupos à tarde. O presidente da CNB enfatizou a importância de os diretores das entidades sindicais estarem em permanente contato com a base, evitando assim que as reivindicações levadas à mesa de negociações seja diferente dos anseios do conjunto dos bancários. Berzoini lembrou que os bancários se constituem na categoria que mais avançou em termos de ter uma negociação de dissídio em âmbito nacional. Porém, muito existe para se fazer. Uma das preocupações dos sindicalistas se relaciona à preparação dos bancários no que se refere ao ajuizamento do dissídio no TST. Deve-se ter clara a postura do Tribunal e estar preparados se houver novo enfrentamento com TST.

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - RS

Junho de 1992

Basta. Impeachment Já!

O rei está nu

Haroldo Maranhão

Folha de São Paulo - 08/06/92

Preciso explicar que não pertencio a partido político e jamais a qualquer deles pertenci. Incluo-me porém, entre os brasileiros perplexos e indignados, quando é o próprio irmão do presidente da República que procura a imprensa para imputar-lhe crimes que levariam à cadeia um cidadão comum. Há quem receie o pior, a implosão das instituições e o retrocesso.

Ao contrário. O retrocesso justamente é uma possibilidade com o presidente brincando com o seu mais caro brinquedo, que é governar um país. O brinquedo é movido a nitroglicerina e está a um nada de ir pelos ares. Algum aventureiro pode lançar mão dele, sim: e isso a qualquer momento. Meu saudoso amigo Alvaro Lins, que foi chefe da Casa Civil de Juscelino, contou-me o ouvido dele que no Brasil presidente da República dorme presidente e pode acordar deposto, em jejum e de pijama.

O senhor Fernando Collor de Mello tem sido clamorosamente inerte em face da avalanche de fatos - gravíssimos - que enxovalham o Brasil e os brasileiros. Mandar abrir inquérito, ele manda, que logo empacam. Ludibriou seus eleitores com enganosa plataforma eleitoral em que, precisamente, acenava com o expurgo da rapinagem nas práticas de governo. O candidato jurou em cadeia nacional de televisão tudo o que, logo logo, atos e omissões do presidente desmentiriam.

Nunca na história republicana um homem prometeu tanto e falseou tanto. Alapardou a poupança da classe média e dos mais humildes,

que garantira não confiscar, traindo-os quando ainda espocavam os foguetes da posse. Nomeou um ministério pífio para cinco anos, que foi o que foi, de zélias & magris & cabrais & alcenires e mais e mais. Em tempo algum a corrupção mergulhou tão fundo. Há um festival de falcaturas atordoando a nação. Os crimes atropelam-se, de tal sorte que os do dia apagam os da véspera. A brutal sangria da LBA por exemplo, envolvendo a primeira-dama e a família desta, aquela gente de Canapi - quem se lembra mais? Com quem a dinheirama ficou? Os escândalos vão ficando por isso mesmo. O enriquecimento ilícito crescentemente se aceita como natural. Frauda-se a grosso e a varejo. Os que podem, levam muito. E os que não podem, vão levando o que é possível. A Receita Federal aperta as cravelhas da classe média.

Vamos preenchendo nossas declarações de renda sabendo que bicheiros e doleiros e outros marginais são inimputáveis e isentos de impostos. Os canalhas não pagam ao fisco. Não há Imposto de Renda, há é confisco de renda. E os mais pobres espicham também o seu Imposto de Renda (Millor Fernandes) na loteca, na Sena, na Raspadinha e demais jogos que assolam o país. A roleta não vem aí, já está aí. Essa malta dos maltas propriamente ditos e de aventureiros outros, de PCs Farias ontem de bolsos

Suma, presidente Collor. Embarque num dos jatos de seu amigo PC Farias e instale-se no Caribe

furados e hoje miliardários nem mais é um mar de lama, mas de merda mesmo. Um mar de merda atola o país. E agora estamos todos a bordo de um navio bêbado comandado por um insensato.

Só existe uma saída minimamente honrosa para esse pobre presidente da República: é a renúncia. Vá embora, faça-nos essa felicidade. Suma. Não volte aqui nunca mais. Embarque num dos jatos do seu amiguinho PC e instale-se numa praia do Caribe para voar de jet-ski. Compre uma casa em Paris. Outra em Nova York, outra em Madri, em Portugal, na Côte d'Azur, numa das ilhas gregas, em Marrocos, nos Alpes para seus esportes de inverno. Vá de aliança ou vá sem aliança, pouco se nos dá. Leve todos os estoques de t-shirts do país.

embora, faça-nos essa felicidade. Suma. Não volte aqui nunca mais. Embarque num dos jatos do seu amiguinho PC e instale-se numa praia do Caribe para voar de jet-ski. Compre uma casa em Paris. Outra em Nova York, outra em Madri, em Portugal, na Côte d'Azur, numa das ilhas gregas, em Marrocos, nos Alpes para seus esportes de inverno. Vá de aliança ou vá sem aliança, pouco se nos dá. Leve todos os estoques de t-shirts do país.

Viva o vidão que pediu não sei se a Deus ou ao diabo. E já, logo, agora, imediatamente. O metrô da história não espera. Afinal, meu senhor, já chegou a presidente da República! Quem diria? Quando que papá imaginou? E o vovô Lindolfo? E a Dinda? O que deseja mais?

Que assumo o mineiro Itamar, de quem nada sei e poucos sabem. É bom? É ruim? Pior não pode ser. Se não for tolo, passará à história como o competente síndico desta massa falida. E que não governe com seu partido, nem com os outros - mas acima de todos eles. Convoque para um mutirão nacional, onde estiverem, homens de honradez provada, de notável saber, de reputação ilibada, tal se exige para o ministro do Supremo, varões de Plutarco. Mas haverá varões de Plutarco, não a granel, porém o suficiente para organizar um governo desgovernado. E que o novo titular saiba respeitar os demais poderes. Não faça

procurar deputado e senador para conchavos, esse jogo de leva se votar comigo. Sendo honrado o governo, o Congresso não lhe poderá negar sustentação legislativa, e até lhe aprimorar projetos de lei e não medidas provisórias, sob pena de desqualificar-se como poder.

Minha gente: o rei está nu. Em plena praça dos Três Poderes ele está nu. O neto do dr. Lindolfo vai fazer um favor-mãe ao povo brasileiro: vai sumir, vai embora, para muito além de Canapi. E de onde estiver, Canapi lhe parecerá o que sempre foi e é, salvo nesta hora brasileira muito errada, ou seja, nada mais que um cocô de mosca no mapa do Brasil.

Haroldo Maranhão, 63, escritor, é autor de "Memorial do Fim - A Morte de Machado de Assis" e "Cabelos no Coração", entre outros romances.

Zero Hora - 23/06/92



Bancários falam sobre: corrupção, privatização, mulher
leia na página 3

Editorial

Um crime anunciado...

Quem se deu ao trabalho de analisar o patético pronunciamento do presidente Collor no domingo, dia 21, certamente não ficou surpreso. A velha fórmula populista de apresentar o "caudilho, o mandatário dos interesses nacionais" como vítima de conluios e conspirações não engana mais ninguém. Ao contrário, evidencia a verdadeira face de um governo corrupto e desmoralizado. Sempre é bom lembrar que os mesmos atores, que ressurgem à cena como guardiões da moral e da ética política, são os mesmos que há pouco tempo eram companheiros e confidentes, lucupletando-se com as benesses do poder.

O maestro da rapinagem, **PC Farias**, é lançado hoje à arena como

inimigo nacional, como se fosse o único responsável pela orgia nas finanças públicas, pela corrupção e pelo nepotismo que sempre caracterizaram esse governo. Quem não lembra do escândalo das mais de três mil nomeações de servidores em Alagoas no mandato do então governador Fernando Collor de Mello, tão debatidas na campanha presidencial de 1989? PC Farias, Pedro Collor, Renan Calheiros, Marcos Coimbra, Fernando Collor de Mello, Alcení Guerra, Zélia, são todos farinha do mesmo saco. Não há saída para o Brasil senão a abreviação do mandato de Collor e o afastamento de todos aqueles que tenham, por mais distante que seja, alguma relação com o mar de lama e indignidade em que o governo mergulhou o país...

Tem encontro do Banrisul em Caxias

Caxias sediará no dia 25 de julho o Encontro Nacional do Banrisul, conforme deliberação do Conselho de Delegados Sindicais do banco. Na pauta, preparação da campanha salarial de setembro e discussão sobre uma campanha emergencial. Antes disso, acontece o Encontro Regional, preparatório ao nacional e com tirada de

delegados.

Estão sendo agendadas reuniões nas agências de Caxias e demais cidades da base. Nestes encontros, serão feitos relatos das últimas negociações com o banco, ações na Justiça e discutido o encaminhamento dos encontros regional e nacional.

Neste último período, as negociações com o banco não têm avançado no que se refere a

promoções, prêmio de desempenho, conquistas cassadas, contínuos, entre outros pontos. A direção do banco tem mandado uma postura de sempre receber o comando dos funcionários, mas protelar as discussões, não dando retorno. Assim, precisamos preparar uma ampla mobilização. O funcionalismo tem de estar preparado, sabendo exatamente o que quer.

Página Dois

Pérolas do Lafaiete

Em recente "Mensagem do Presidente" dirigida aos funcionários do BB, Lafaiete Torres Coutinho afirmou ter "absoluta consciência da situação" por que passa o funcionalismo. Definiu-se como um homem coerente e fiel às diretrizes que traçou para a sua administração. Foi categórico quanto a aumento de salários e correção do Plano de Cargos e Salários (PCS): "se o Banco não ganhar mais dinheiro, não haverá novos ganhos para os funcionários". E até deu a receita: produzir os recursos necessários e atacar a inadimplência. Responsabiliza gerentes e superintendentes omissos por terem acostumado mal os inadimplentes.

Convenhamos! Cinismo tem hora! Isso é um atentado à inteligência do corpo funcional do BB!

Todos sabem que a principal causa da inadimplência e outros males são os favorecimentos políticos, os apadrinhamentos de toda natureza, as autorizações de crédito que ignoram pareceres técnicos. Se a produtividade está baixa e a inadimplência alta, não é por causa do funcionalismo.

Quem autorizou empréstimo para Açoflex, Usineiros, Mendes Júnior e outros milhares de caloteiros? Quem compra votos de deputados e senadores no Congresso Nacional com dinheiro do BB? Quem é que contrata a preços superfaturados os jatinhos do PC?

Dessa forma, nem milagre faz os lucros e a produtividade aumentarem e a inadimplência baixar. E quanto ao PCS, vai continuar descendo a ladeira.

Lafaiete, Mendonça e a Guilhotina

Apadrinhados notórios do mafioso Paulo César Farias (o PC) e de Antônio Carlos Magalhães (o Toninho Malvadeza), os presidentes da CEF, Álvaro Mendonça, e do BB, Lafaiete Coutinho, estão em maus lençóis. O BB e a CEF foram acusados de garantir 90% do faturamento das empresas de taxi aéreo do PC. E o "Toninho Malvadeza" dá sinais de que já não quer sustentar aliados tão desgastados. A guilhotina pode baixar... e cabeças rolares.

Expediente

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Diretoria

Ansélio A. Brustolin
Pedro J. Incerti
José Alex B. Tappia
Arquimedes De Rocco
Rita Formolo
Vilmar José Castagna
Ademar H. Bellini
Leandro A. König
Wilson A. Steinmetz
Mauro Ceccon
Carlos José Sandi
José Ricardo de Oliveira
Sônia B. dos Santos
Gelso Marcon
Sidnei Jacques
Vaine T. Andreguette
Carlos A. Belissimo
Iara T. de Azevedo
Edmundo V. Brandão
Adriana Fioreze
Albano Voltz
Liane Mari Zambelli

Base territorial

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553 - Fones: (054) 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223-2166 - CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500 exemplares

Composição: VS Assessoria de Comunicação - Fotolito e Impressão: Folha de Hoje

Edição

Suzana Diefenbach
(Reg. Prof. 6.610)

Diagramação

Volmir Ferreira

Fotos

Mauro Ceccon

Volei bancário é destaque

Encerrado o VII Campeonato Regional Bancário de Voleibol Misto, atletas representando o Sindicato dos Bancários também marcaram presença nos Jogos Interclubes da Semana de Caxias. Disputando a final com a equipe da Universidade de Caxias do Sul, os atletas Volmir Puhl, Rafael Kramer, Marcelo Zambon, Alexandre Gollo, Mirco Vergani, João Osório, Carlos Bonone, Volnei

Rizzotto, Heitor Geremia, Dari P. Júnior, Jaime Bonato, Jocemário Dartora, Rogério Boff, Elúcio Pereira e Marcelo Longo trouxeram o título de campeão para a entidade. A final foi no dia 11 passado.

Campeonato Regional

Quem gosta de volei também teve oportunidade de lazer e integração no VII Campeonato Regional



Vôlei - uma das propostas de integração bancária



Seleção do Sindicato passou bem pela UCS na final

Bancário de Voleibol Misto, promovido pelo departamento de esportes do Sindicato. O Lloyds Bank, enfrentando a equipe do Bicanco, conquistou o título, impedindo o tricampeonato do Banestado, que se apresentava como favorito, em sua fusão com o Unibanco.

O resultado final do campeonato: Lloyds Bank, Bicanco, Unestado e Itaú centro. O jogo final a equipe do

Lloyds venceu por dois sets a zero, com parciais de 15-12. A direção já começa a preparar o Campeonato de Futebol de Salão, previsto para iniciar em julho.

Ei, você que não joga nem volei nem futebol, apresente suas sugestões de outras atividades de lazer. Seu sindicato lhe aguarda.

Palavra de Bancário

Acho que ele é responsável. A justiça deve punir todos os corruptos. Se ficar comprovado que ele tem culpa, acho que tem, deve renunciar. (R.B., 41 anos)

Talvez ele não esteja diretamente envolvido, mas faz parte de toda esta lama. As evidências estão aí. Todos os acusados têm, ou já tiveram, envolvimento com ele. Punição tem de haver e nisso o Congresso Nacional desempenha papel fundamental. Collor é muito arrogante para renunciar, mas talvez se houver pressão... (V.S., 31 anos)

Collor é um dos maiores responsáveis. Só a renúncia não resolve. Mas sendo presidente, ele escapa de muitas punições. Ele teria de renunciar primeiro para depois ser punido. (A.M., 27 anos)

Você acha que Collor é responsável pela corrupção instaurada no Brasil? Se for, o que deve ser feito?

Ninguém pode dizer que ele não foi eleito legitimamente. Se o povo estava iludido... Para mudar, a lei tem de ser cumprida. Ela reprime outros. Renúncia não é a solução. (V.R., 24 anos)

Collor é conivente e conhecedor do que está acontecendo. Não o único responsável. Ele deveria renunciar em prol da moralidade pública. (R.B., 34 anos)

Se não é o responsável, tem o poder de verificar o que está ocorrendo. Renúncia não resolve muito. Tem de se apurar os fatos e punir culpados, senão, continua tudo igual. (L.B., 33 anos)

O homem tá com o rabo preso. Não sou a favor disso de impeachment. O Congresso teria de antecipar o parlamentarismo. Tem de haver participação do povo no processo, talvez convocar eleições gerais. (E.L.F., 29 anos)

Collor é conivente, tá junto e sabe, mas não é o responsável. Tem de ser apurado os culpados e, então, punidos. A renúncia do presidente é outra coisa. Ele sai, entra outro e pode continuar na mesma. Se a CPI apurar que ele é culpado e se fosse um país sério, ele deveria sair. (R.M., 32 anos)

Não me deixem só

Atolado no pantanal da corrupção e completamente demoralizado, Fernando Collor dá uma de criança inocente e discriminada e relembra o inesquecível "Não me deixem só, eu preciso de vocês".

Perseguido Robin Hood dos descamisados?

Já se sabe que não.

Louco desesperado?

Se for, o desfecho final do "Brasil Novo" é imprevisível.

Uma coisa é certa: se depender da maioria da população, vai ficar só para sempre. Basta saber aonde!

PRIVATIZAÇÃO DO MERIDIONAL

O que pensam os funcionários

Os dirigentes sindicais já têm posição definida. Mas o que pensa o funcionalismo do Meridional sobre a privatização? Eis algumas falas de várias agências:

"Não sou favorável à privatização. Provavelmente, o banco será vendido por baixos valores, como tem sido feito com as outras estatais. E também com a privatização certamente haverá demissões." (T.R.M.)

"Sou favorável, porque haveria uma modernização do banco. Teria maior facilidade de captar dinheiro no mercado." (F.B.)

"Acredito que não vai ser uma boa. Já trabalhei em banco privado e sei como funciona. Certamente, haverá fechamento de agências e demissões de funcionários." (E.G.)

"Como funcionária, acho que vai ser ruim. Nosso emprego estará na mão de quem comprar o banco. Os funcionários com maior tempo de instituição provavelmente seriam demitidos. Entraríamos no sistema de metas, que deveriam ser atingidas a qualquer preço. Não que eu tenha medo de trabalhar com metas. Porém, o alcance delas nem sempre depende de nossa vontade. Há também outros fatores que influenciam. E, por fim, há a questão de saber em que medida a credibilidade do banco seria atingida em caso de privatização." (S.S.)

"Fica difícil saber se é bom ou ruim. Atualmente, as coisas estão muito complicadas, incertar no país, dificultando um posicionamento mais claro. Seria favorável à privatização se houvesse um fundo privado do funcionalismo do Meridional que ficasse com o controle acionário. Preocupa-me, também, a questão da credibilidade dos clientes em relação ao banco." (L.M.)

"Acho ruim para os funcionários e para os clientes. Todos lembram da experiência do Sul Brasileiro. Como funcionários, temos uma série de benefícios que os bancários da rede privada não têm. E a garantia de emprego, que é mínima, deixará de existir completamente." (J.L.T.)

"Penso que não seria bom para o funcionalismo. Primeiro, porque o tão sonhado Plano de Carreira iria por água abaixo. Segundo, com a privatização, a estabilidade que temos hoje, embora alguém do desejado, deixaria de existir." (V.M.)

"Para mim, depende de quem compra. Se for um grupo que já atua no mercado financeiro, pode ser ruim para o funcionalismo, pois haveria fusão de agências e, por conseguinte, adequação do quadro funcional. Se for um grupo empresarial que ainda não atua nesse ramo, pode ser bom, haverá mais autonomia para os negócios, menos burocracia, não haverá mais necessidade de licitações para..." (E.L.)

Mulher

A mulher e o trabalho

"Se há alguns anos se acreditava que as formas de expansão do capitalismo industrial no Brasil implicariam uma crescente exclusão das mulheres do mercado de trabalho industrial, hoje esta hipótese não se sustenta." A história operária é rica até mesmo durante o período inicial da industrialização do Brasil, durante a Velha República. No período compreendido entre 1890 e 1930, o capitalismo industrial já utilizava um contingente maciço de mão-de-obra feminina, chegando a representar 78% do trabalho assalariado nas fábricas, segundo o censo industrial da época.

Esses fatores determinaram o crescimento da luta feminina no movimento operário. Contudo, apesar de influenciado pelas idéias anarquistas e socialistas, atuou no sentido de fazer com que a mulher se deslocasse da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Sua participação no movimento sindical, nas entidades de classe e no próprio espaço da produção foi obstaculizada, demandando o seu retorno à vida doméstica e o exercício da função de reprodutora e mãe.

Entre 1970 e 1985, a PEA feminina brasileira triplicou, o que pode ser explicado pelo crescimento industrial e urbano associado a uma política de arrocho salarial no período pós-1964, que acabou por modificar os modos de vida das famílias.

Mas, a divisão sexual do trabalho, determinada pela educação diferenciada entre homens e mulheres, fundada nas diferenças biológicas entre os sexos acabou por discriminar esse contingente feminino de mão-de-obra, que sempre percebeu salário inferior ao salário do homem.

O que parece mais difícil é o rompimento do círculo vicioso da desvalorização do trabalho feminino, desqualificado pelo fato de ser realizado por mulheres. Essa desqualificação nos remete a desigualdades ainda mais profundas, nos diversos setores e na qualificação das tarefas, quase que impossibilitando a competição com os homens, por cargos melhores. Além disso, as mulheres jamais se livraram das tarefas domésticas, o que as obriga cumprir uma dupla jornada de trabalho.

Assim, para uma modificação nesse quadro, é necessário que se articule família e trabalho, para entender o comportamento das trabalhadoras, e iniciar um processo de rompimento dessas barreiras, passando a valorizar o trabalho feminino e apostar na capacidade das mulheres, nas diversas categorias profissionais.

Iara T. de Azevedo
Banrisul

Tempo de lutar pelo nosso salário!

Campanha Salarial 92 foi o principal ponto de pauta do Encontro Nacional dos Bancários, realizado em Brasília nos dias 21 e 22 deste mês. Realizado em um momento muito delicado e grave para o país, no encontro discutiu-se conjuntura e eixos de luta para enfrentar Collor.

Quatro temas principais foram trabalhados em grupos: Organização e Plano de Lutas; Sistema Financeiro e Sociedade; Saúde e condições de trabalho; Contrato Coletivo e Justiça do Trabalho. Participaram do Encontro, 428 delegados e 33 observadores, representando 20 estados. A exposição sobre conjuntura ficou a cargo da equipe do Dieese.

Crise

Denúncias de corrupção e tráfico de influências no âmbito do governo federal mostram à nação que uma verdadeira quadrilha de empresários e funcionários do governo está promovendo a destruição do patrimônio público. A instalação da CPI apenas não basta. O desafio é apurar os fatos e punir os verdadeiros culpados. Está-se encampando a proposta da Executiva Nacional da CUT de uma campanha com os eixos: Contra a corrupção, CPI prá valer e Impeachment de Collor. Acredita-se que uma forte campanha possa impedir acordos de gabinete com o objetivo de colocar "panos quentes" na questão.

Acompanhando a crise política, o impasse na área econômica permanece. Arrocho e desemprego impostos aos trabalhadores. Essas crises desgastam ainda mais o governo Collor, cujos índices de popularidade vem despencando.

Em função dessa crise de credibilidade, o governo foi obrigado a reduzir a velocidade de algumas questões, como a regulamentação do sistema financeiro e o programa de priva-

tizações. No entanto, devemos ficar atentos. Uma pequena alteração da conjuntura e estes processos podem sofrer nova aceleração.

Por isso, precisamos nos fortalecer. Nossa campanha salarial deste ano tem de armar a categoria para sair vitoriosa no confronto com os banqueiros, além de se fortalecer para combater o governo Collor.

O desafio é encontrar eixos que unifiquem os diversos segmentos da categoria bancária, reforçando a unidade da campanha. A atual lei gerou um quadro de perdas diferenciadas, cabendo as maiores perdas ao setor dos bancos federais. Busca-se, ainda, a unificação com outras categorias, visando fortalecer nosso movimento. No início do segundo semestre, também os petroleiros e os petroquímicos têm sua database. A hora de unir forças e lutar. Assim manteremos conquistas de anos anteriores e avançaremos em nossas reivindicações.

Acompanhe os eixos de luta no quadro em destaque.

COLLOR PEDE ENTUSIASMO



Tem antecipação em julho!

Antecipação salarial não inferior à média geométrica do IRMS - Índice de Reajuste do Salário Mínimo, referente ao bimestre maio-junho

Duas da Contec

Que a CONTEC tem histórias escabrosas todo mundo já sabe! Entretanto, esperava-se que, com o tempo, tivesse adquirido alguns pruridos. Depois de passar por cima do congresso do BB e destituir a EXECUTIVA NACIONAL, depois de ter ficado com o desconto assistencial, recebendo juros e não repassá-los aos sindicatos, esperava-se o respeito aos CONGRESSO UNITÁRIO DA CATEGORIA, dias 21 e 22 de junho, em Brasília. A Contec, com a desculpa da participação paralela da CNB e das FETEC's, negou-se a participar do encontro nacional, mesmo tendo participado da reunião da Executiva Nacional dos Bancários, em São Paulo, no mês de maio, e tendo concordado na oportunidade com todos os critérios ali estabelecidos para a escolha de delegados ao Encontro.

Os três delegados que participaram, em nome do nosso sindicato, no Congresso Nacional, em março, do Departamento Nacional dos Bancários (DNB), discordaram da criação da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS - CUT, até porque fere os princípios de organização da própria Central. Contudo, com tantas "aprontadas" da Contec - velha conhecida de todos os bancários, acostumada a muitos acordos "na calada da noite", a idéia da criação de uma nova confederação, mais representativa e democrática, começa a ganhar força no seio da categoria.

UMA ABELHA SÓ NÃO FAZ PRESSÃO



VÁ VOANDO SE SINDICALIZAR

SINDICATO DOS BANCÁRIOS CAXIAS E REGIÃO CUT

Eixos para a campanha

- REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS - o objetivo é resgatar os níveis salariais vigentes antes da posse de Collor. Devemos trabalhar destacadamente com os 84,32% do Plano Collor e com as perdas do período (set/91-ago/92);

- REAJUSTE MENSAL DOS SALÁRIOS - criar mecanismo que proteja os salários da corrosão inflacionária. Devemos trabalhar com o ICV (Índice do Custo de Vida - Dieese);

- GARANTIR A ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO - eleição e reconhecimento de representantes sindicais, cipas, comissões de saúde, fortalecendo a presença do sindicato no local de trabalho;

- PISO SALARIAL DO DIEESE - garantir que nenhum bancário receberá menos que o salário mínimo do Dieese (estimativa para setembro: Cr\$ 2,2 milhões);

- GARANTIA NO EMPREGO - devemos trabalhar com a garantia de estabilidade que possa se contrapor à onda de demissões que atinge a categoria;

- NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES - este eixo deve contemplar também o não à terceirização e a democratização e controle da sociedade sobre o SFN;

- Reafirmar a resolução da executiva nacional da CUT sobre - "BASTA DE CORRUPÇÃO, CPI PRÁ VALER, IMPEACHMENT PARA COLLOR".

Placar: 291 novos sindicalizados

Collor E AS PERGUNTAS QUE NÃO QUEREM CALAR

É praticamente impossível condensar e descrever o mega-escândalo COLLOR-PC. Até mesmo a CPI, que tem condições humanas e técnicas para tanto, pediu a prorrogação do prazo para a entrega do relatório final.

Assim, ao invés de relatar todos os fatos levantados pela CPI, torna-se mais instigante e elucidativo colocar algumas perguntas que não foram respondidas e que incriminam o presidente da República.

1 - Embora Cláudio Vieira assuma a responsabilidade pelos pagamentos, por que PC depositou dinheiro na conta de Ana Acioli, como afirma sua própria secretária Rosinete Melanias.

2 - Por que o empréstimo que Cláudio Vieira teria obtido no Uruguai não aparece em sua declaração de rendimento?

3 - Por que Najun Turner, segundo Vieira o aplicador dos recursos do empréstimo obtido no Uruguai, precisa de "depositantes-fantasmas" para abastecer a conta de Ana Acioli?

4 - Por que todos os "depositantes-fantasmas" apresentam ligação direta com PC? Todos eles apresentaram como endereço no cadastro bancário a firma EPC, de PC Farias. Além disso, os "fantasmas" Carlos Alberto da Nóbrega e José Carlos Bonfim seriam, na verdade, Jorge Bandeira de Mello, sócio de PC na Brasil-Jet. Os "fantasmas" Flávio Maurício Ramos, Rosalinda Cristina Menezes, Manuel Dantas Araújo, Jurandir Castro Menezes e Rosimar Francisca de Almeida seriam Rosinete Melanias, secretária de PC.

5 - Por que o Fiat Elba, placa FA-1208, do presidente Collor, foi pago pelo "depositante-fantasma" José Carlos Bonfim? Segundo o ex-deputado Sebastião Curió, este nome era usado por Jorge Bandeira, sócio de PC.

6 - Por que Rosane Collor recebia US\$ 20 mil por mês da EPC? Como é possível que Collor, o marido, desconhecesse esses depósitos?

7 - Qual a razão dos depósitos regulares do "correntista-fantasma" Manoel Dantas de Araújo na conta de Lilibeth Monteiro de Carvalho, ex-mulher de Collor que detém a guarda dos dois filhos do presidente?

8 - Como o dinheiro do empréstimo, em cruzados novos, foi transferido do Uruguai para o Brasil?

9 - Como Collor, que ganha Cr\$ 10,8 milhões, e Vieira, que recebe em torno de Cr\$ 2 milhões, podem pagar um empréstimo de US\$ 3,75 milhões?

10 - Por que Vieira escolheu para aplicar o dinheiro do empréstimo um corretor suspeito de operações irregulares no mercado?

11 - Por que Vieira demorou tanto a apresentar sua versão, deixando Collor exposto ao desgaste?

12 - Por que empresas de PC efetuaram depósitos em contas de Rosane Collor, Leda Collor, Cláudio Vieira, do ex-porta-voz da Presidência Cláudio Humberto e de Elizabeth Luporini, ex-secretária do secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra?

13 - Como Ana Acioli, que tem salário de Cr\$ 2.228.078,26, conseguiu movimentar em maio mais de Cr\$ 240 milhões, quantia mais de cem vezes superior ao seu salário?

14 - Cláudio Vieira saiu do governo em março. Se era ele quem provia a conta de Ana Acioli, como afirma a secretária de Collor, como o movimento de sua conta chegou a Cr\$ 240 milhões em maio, dois meses após o afastamento de Vieira?

15 - Por que o Opala Diplomata placa SC-5555, utilizado por Ana Acioli, era alugado pela empresa Brasil-Jet, de PC?

16 - Como PC conseguiu expandir seu patrimônio, sendo proprietário atualmente da maior concessionária Fiat do Nordeste, a Favel; da Brasil-Jet Táxi-Aéreo, que comprou neste ano um avião de US\$ 10 milhões; a EPC e a empresa de Comunicação "Tribuna de Alagoas", com investimentos de US\$ 5 milhões, se, em 90, ele tinha apenas duas empresas: a Tratorial e uma fazenda de plantação de cocos, que dava prejuízo?

17 - Qual a finalidade dos vôos de jatos da Brasil-Jet para paraísos fiscais como as Antilhas Holandesas e Barbados?

18 - Por que os filhos do presidente usavam até junho um Opala de placa VY-2745, registrado em nome da empresa EPC, de propriedade de PC Farias?

19 - Se Collor não mantinha nenhum contato com PC há dois anos, como afirmou o presidente em seu pronunciamento, como o presidente comprou um terreno do empresário em fevereiro de 91, intermediado por Paulo Otávio?

20 - Quem pagou a reforma da Casa da Dinda feita pela empresa Brasil's Garden e avaliada em US\$ 1 milhão?

21 - Por que empresas de PC efetuaram pagamentos de quase US\$ 1 milhão à Brasil's Garden, mesmo valor da reforma da Casa da Dinda?

22 - Por que 15 grandes empresas do país pagaram cerca de Cr\$ 15 bilhões (atualizado) entre abril de 90 e junho deste ano à EPC a título de assessoria fiscal, dado que a empresa não é especializada no ramo?

23 - Como, com apenas 12 funcionários, a EPC consegue prestar a estas empresas assessoria em áreas tão distintas como legislação fiscal, avaliação de minas de diamante, e projetos de desenvolvimento de transportes coletivos?

24 - Quem pagou a decoração do apartamento de Collor em Maceió?



Editorial

Um fim anunciado

Quem não lembra do atletismo dominical do presidente Collor?

Usando camisetas com mensagens, slogans, frases de efeito para mandar recados aos adversários, inimigos e à nação brasileira. Lembremos de duas: "O tempo é senhor da razão" e "Só não vê quem não quer". Hoje, vemos que tais recados revelaram-se muito mais que jogadas de marketing. Eram profecias. E se cumpriram. Ou seja: Collor profetizou a sua tragédia, o seu fim. O tempo como senhor da razão revelou a verdade; e a maioria que relutava em ver ou que era impedida de fazê-lo, agora pode ver cristalinamente, ao vivo e em cores, mais colorido do que nunca.

O caçador de marajás revelou, através de seus atos, desejar ser o maior de todos os tempos da história brasileira. Aquele que prometeu prender os corruptos deveria ser preso imediatamente por revelar-se imbatível, o maior de todos. Aquele que dizia combater as mordomias gasta milhões de dólares reformando a Casa da Dinda e seus jardins, com dinheiro resultante da corrupção. Aquele que prega a necessidade de sacrifícios à população,

que prega austeridade fiscal e contenção de déficit público, "lava" e deposita dinheiro em paraísos fiscais.

Collor perdeu a legitimidade. Não pode mais governar. Seu governo é imoral, incompetente e de ninguém alguma coisa pode exigir, a ninguém pode conduzir. A não ser ao PFL, PDS, PTB, PRN, ao ultrapassado e conivente Leonel de Moura Brizola, às organizações Globo, a Antônio Carlos Magalhães, a Luiz Antônio de Medeiros e à Força Sindical, ao empresariado corrupto e corruptor. Da maioria da população brasileira, merece o repúdio e o desejo de que seu governo acabe imediatamente.

Se Collor não renunciar, se no Congresso Nacional não passar o pedido de impeachment, caberá às classes trabalhadoras, às entidades representativas da sociedade civil, aos partidos políticos de esquerda, progressistas e democráticos, pressionar pela renúncia de Collor.

Temos de dar consequência àquilo que é um desejo, uma necessidade e praticamente uma unanimidade nacional: o fim do governo Collor.

Solidariedade/Valores Devolvidos

Os valores arrecadados no final do ano passado com o objetivo de sustentar a liberação do companheiro Anselmo Brustolin, presidente do Sindicato, face a sustação desta prerrogativa por parte do BB, foram devolvidos. Com a negociação realizada em fins de dezembro, restabeleceu-se a liberação até 31 de agosto, oportunidade em que se instaura novo dissídio e sua possibilidade de renovação.

Naquela oportunidade, foi constituída uma LISTA DE RESISTÊNCIA entre os companheiros do BB e da CEF com finalidade de pagar o salário do presidente da entidade. O dinheiro arre-

cadado foi depositado na agência Lourdes do BB, em nome dos colegas Gazzana/Lineu/Joel, agora restituído aos colaboradores, devidamente corrigidos, pelos titulares da conta.

A essa demonstração de solidariedade, o Sindicato dos Bancários, e especialmente seu presidente, manifestam seu agradecimento. Ao Lineu, ao Joel e ao Gazzana, a quem coube a tarefa da devolução destes valores, e a todos os que demonstraram que a solidariedade entre os trabalhadores é um gesto extremamente significativo, o aplauso de todos nós.

Projeto extingue contribuição sindical

A contribuição sindical, imposto cobrado do trabalhador no valor de um dia/ano de trabalho, e que vem sendo devolvido aos bancários pelo Sindicato há dois anos, pode chegar ao fim. Projeto do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) propõe a extinção dessa contribuição. Apresentado em 1989, o projeto foi recentemente aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara, com parecer favorável do relator, deputado Paulo Rocha (PT-PA).

O projeto tramitará, ainda, pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, para depois ir a plenário. Se aprovado, os descontos passam a ser de 20% ao ano, durante cinco anos, até a extinção total da contribuição sindical. O projeto não contempla os trabalhadores rurais.

Rompimento do açude da sede

As intensas chuvas caídas nos 10 dias anteriores a 5 de julho provocaram o rompimento da barragem localizada na área da sede campestre do Sindicato. O açude já existia antes da aquisição do terreno por nossa entidade. As águas provocaram alguns estragos no campo do Madri e a direção do clube amador caxiense tentou obter indenização do Sindicato.

Consultado a respeito do assunto, o Departamento Jurídico, amparado na legislação, considera que "por causas fortuitas" o Sindicato não deve nenhum tipo de indenização. Registramos o fato para conhecimento da categoria.

16 equipes disputam o título do futsal bancário

Está em andamento o Campeonato Regional de Futsal dos Bancários - edição 92, contando com a participação de 16 equipes, divididas em duas chaves. Na primeira fase, os jogos serão na forma de um contra todos, classificando-se os dois primeiros colocados de cada grupo. Na fase final, as quatro equipes classificadas também jogarão na forma de um contra todos, sagrando-se campeã a equipe que obtiver o maior número de pontos desta fase.

Em 30 jogos, de um total de 62, foram marcados 228 gols, com uma média de 7,6 gols por jogo. Das 16 equipes participantes, apenas quatro continuam invictas na competição: AABB Flores da Cunha, A Banerj, Itau centro e CEF Caxias. Se competição terminasse hoje, essas seriam as equipes que passariam para a próxima fase. Além de estarem invictas na competição, são as equipes que lideram em número de pontos nos dois grupos.

Os jogos, que tiveram início em 7 de julho, acontecem a partir das 20h das segundas-feiras no Ginásio de Esportes Pedro Carneiro Pereira e, aos sábados pela manhã, com início às 8h30, no Ginásio de Esportes da AABB de Caxias do Sul.

Conecef repudia a postura da Contec

Os delegados presentes ao VIII Conecef aprovaram uma moção de repúdio à postura pelega da Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Crédito (Contec), que desrespeitando as instâncias democraticamente construídas pelos bancários da CEF, constitui uma comissão fantasma para negociar com a empresa. Tal manobra desconsidera toda nossa estrutura organizativa, ignorando o Acordo Coletivo em vigor, onde a direção da CEF reconheceu nossa Executiva como a instância de representação dos empregados nas negociações coletivas.

Essa postura da Contec já é conhecida. O mesmo expediente foi utilizado com a Executiva Nacional do BB e o resultado, desastroso. Confusão na categoria, desgaste do movimento e campo aberto para Lafaiete implementar o arrocho salarial e sua política de favorecimentos no BB.

Por isso, reafirmamos a Executiva Nacional da CEF como nossa representante nas negociações com a empresa e repudiamos mais este golpe da Contec...

CUT filia-se à CIOLS

A filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOLS) constituiu-se em uma das principais definições da 5ª Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizada entre 15 e 17 de julho, em São Paulo. Participaram 197 delegados eleitos em todo o país, representando mais de 16 milhões de trabalhadores das 1837 entidades sindicais filiadas à CUT.

A Plenária decidiu por uma maioria de 62% de votos encaminhar o pedido de filiação da CUT à CIOLS. O argumento mais poderoso a favor da filiação era este: em um contexto de aguda internacionalização da economia, trata-se de inserir a CUT na central sindical mundial de longe, atualmente, a mais representativa. Pesa também o fato de que a CGT e a Força Sindical já têm suas filiações aceitas pela CIOLS.

Expediente

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Diretoria

Anselmo A. Brustolin
Pedro J. Incerti
José Alex B. Tappia
Arquimedes De Rocco
Rita Formolo
Vilmar José Castagna
Ademar H. Bellini
Wilson A. Steinmetz
Mauro Ceccon
Carlos José Sandi
José Ricardo de Oliveira
Sônia B. dos Santos
Gelso Marcon
Sidnei Jacques
Vaine T. Andreguette
Carlos A. Bellissimo
Iara T. de Azevedo
Edmundo V. Brandão
Adriana Fioreze
Albano Voltz
Liane Mari Zambelli
Leandro A. König

Base territorial

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553 - Fones: (054) 223-2166 e 223-3119 - Fax: 223-2166 - Telex: 542420 EBCT - CEP 95020 - Caxias do Sul - RS - Tiragem: 2.500 exemplares - Composição: VS Assessoria de Comunicação - Fotolito e Impressão: Folha de Hoje

Edição

Suzana Diefenbach

(Reg. Prof. 6.610)

Diagramação

Volmir Ferreira

Fotos

Mauro Ceccon

Campanha Salarial 92: A hora é agora

A Campanha Salarial 92 apresenta o marco político geral de um lado, profunda crise política do governo Collor; de outro, uma tentativa desesperada dos diversos setores da burocracia nacional de preservar o status econômico: o neoliberalismo. Estes elementos são importantes à medida em que existe uma tendência a confundir a atual crise do governo com o quadro colocado em 89, no final do governo Sarney.

O primeiro problema concreto a ser enfrentado pelos bancários é a própria recessão econômica, que força um

rebaixamento geral dos salários e a redução no nível de emprego.

O arrocho salarial expresso na lei 8.222/91 diferenciou as perdas salariais, de tal forma que na rede privada é possível zerar a inflação para quase totalidade deste segmento, com o reajuste quadrimestral em setembro.

Nos bancos federais, o quadro é ainda mais complexo. À medida em que a média salarial é superior aos três salários mínimos, o chamado "efeito sanfona" destruiu completamente o Plano de Cargos e Salários nestas empresas, representando para a maioria

do quadro o mais violento arrocho salarial dos últimos tempos.

O zeramento da inflação do quadrimestre e a conseqüente elevação do valor nominal dos salários em 1º de setembro é outro fator importante uma vez que se não tivermos capacidade de desmontar este engodo, muitos bancários poderão se iludir com esta reposição parcial.

O fato de a Executiva Nacional ter apresentado a Minuta Mínima Unificada há mais de 20 dias à Fenaban e até hoje não ter recebido resposta demonstra claramente a intenção dos banqueiros.

Sob o ponto de vista salarial, estaremos discutindo com os banqueiros as perdas remanescentes, isto é, o que fica acima dos três salários mínimos.

Nos bancos federais, além das questões salariais, a transparência na utilização dos recursos aparece como um ponto fundamental.

Todos esses elementos exigirão de nossa categoria ousadia e criatividade para superação dos obstáculos colocados. Como em outras campanhas, temos certeza de que os bancários darão uma resposta à altura desses desafios.

BANRISUL Basta de faz-de-conta de negociação

Aproximadamente 250 banrಿಸು-enses participaram do Encontro Nacional realizado no dia 25 de julho, na sede do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. Na avaliação dos organizadores este foi um Encontro prestido de grande importância, principalmente porque trabalhou a estratégia de Campanha Salarial.

No momento da deliberação da pauta, diferentemente de outras campanhas, definiu-se que esta não se dará só em cima de índices salariais. Relacionou-se uma série de reivindicações no campo democrático e questões que extrapolam o âmbito salarial.

Infelizmente, constata-se que não houve avanços de setembro de 91 para cá. As negociações têm se caracterizado por um faz-de-conta, trazendo recuperações ao funcionalismo e alienando a necessidade de mobilização para garantir nossas conquistas obter avanços nesta luta.

Veja as reivindicações elencadas a partir do Encontro Nacional do Banrisul:

01 - Reposição integral das perdas salariais desde 01/09/89 até 31/08/92, do ICV/Dieese

02 - Retorno dos direitos suprimidos (ABA, Retorno de Férias e Férias Antigüidade): cumprimento das promoções correspondentes ao período de 90 e 91, conforme o Regulamento de Pessoal; pagamento obrigatório do Prêmio Desempenho, distribuído de forma igualitária

03 - Reajuste mensal do Cheque Rancho e Vale Refeição, corrigido pelo ICV/Dieese

04 - Diante das declarações da direção do banco de que não haverá demissões, reivindicamos estabilidade no emprego para todos os funcionários

05 - Saúde e condições de trabalho, de acordo com o texto aprovado no Encontro Nacional

06 - Gratificação de Caixa em percentual de 50% do valor da letra mais anuênios

07 - Delegados sindicais na proporção de um por cinquenta ou fração, garantindo, no mínimo, um por agência

08 - Direp/Corep: regulamentação da representação prevista na Constituição Estadual

09 - Obrigatoriedade do funcionamento dos postos de serviços e avançados com, no mínimo, a presença de um comissionado, independente do número de funcionários destes postos

Encontro
representativo
discutiu
estratégia
de campanha



11 - Gratificação de Compensador (que se cumpra o acordo da Fenaban)

12 - Concessão de uma Gratificação Jubileu ao funcionário não comissionado, que completar 25 anos de banco, equivalente ao menor valor da comissão de função, de forma permanente

13 - Negociações de dois em dois meses

14 - Automação: em caso de fechamento de CDs, agências e setores (banco e BPD), que os funcionários

disponíveis sejam realocados e reaproveitados em outras localidades com o acompanhamento de comissão sindical (representantes dos funcionários)

15 - Extra-quadro: imediato enquadramento na função de escriturário (quadro A), dos contínuos, funcionários de portaria e extra-quadros desempenhando funções administrativas e burocráticas, sendo considerado o tempo de atividade no banco e o nível salarial.

Conecef unifica a categoria e deflagra Campanha Salarial

Três dias de discussões sobre os problemas nacionais, Reforma do Sistema Financeiro e questões específicas da CEF. Assim decorreu o VIII Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado de 24 a 26 de julho, em Horizonte.

Aprovamos nossa pauta de reivindicações, elegemos a nova Comissão Executiva Nacional e definimos a estratégia da nossa campanha.

Na pauta de reivindicações, destacam-se:

- Reintegração dos 108 demitidos na greve de 91
- Recomposição das perdas desde a posse do governo Collor
- Recomposição da Curva Salarial
- Eleição do Diretor Representante (Direp)
- Manutenção e ampliação de todas as cláusulas sindicais
- Fim da locação de mão-de-obra
- Concurso público já

A estratégia aprovada pelo Conecef é a mesma do ano passado. Temos mesa única de negociações, pré-acordo e não pagamento de Dissídio Coletivo.

BB: Congresso define caminho

O 3º Congresso Nacional dos Funcionários do BB, em São Paulo, de 24 a 26 de julho, definiu os principais pontos da nossa campanha salarial. Exigir a legítima representação (isolar a Contec, sempre pronta a satisfazer as exigências do banco), cobrar as perdas havidas desde setembro de 89, restaurar o PCS, somando tudo isso ao cumprimento da lei salarial.

O percentual de perdas parte dos 105% (aproximadamente, dependendo da inflação de agosto) - índice do nosso piso inicial.

O Congresso aprovou ainda, no plano político, as palavras de ordem FORA COLLOR E FORA LAFIETE, reforçadas agora pelas sérias acusações que pesam sobre o presidente da

República. Lafaiete, além de ser nomeação do esquema PC, tem contra si denúncias de envolvimento com empréstimos de favorecimento (exemplo da Açoflex, em Caxias) por todo o país; de pressões exercidas na Previ para contratação de operação de 231 milhões de dólares para construções de hotéis - nível AA, único no país -, ao empresário Alcides Diniz. Aliás, o empréstimo só não saiu por causa das repercussões na imprensa do depoimento de Pedro Collor. A denúncia responsabiliza, também, toda a diretoria da Previ, que estaria já "comprada pelas comissões de 12%", oferecida para resolver as resistências internas.

A campanha deste ano tem desdobramento extremamente complexo que vai exigir dos

funcionários pela participação para entender todos os desdobramentos em jogo: além da Contec (que o Lafiete que como negociador), há a questão do Contrato Coletivo (ajuizamento ou não) e a apatia do funcionalismo até agora.

Não se trata de afirmar que a greve é a única saída, mas sim de nos fortalecermos nesta luta, pois ficar só olhando não resolverá nossos problemas.

É bom que nos lembremos: O SINDICATO É NOSSA ARMA. PORÉM, O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

Participaram do 3º Congresso, representando nosso Sindicato, os colegas Renato Gazana, da agência Lourdes, e Anselmo Brustolin, presidente da entidade.

Ganhadores dos prêmios Campanha de Sindicalização

Resultado pela Loteria Federal de 01/08/92

1º prêmio - nº 820 - Bicicleta Caloi Crusier
Márcio Rovertó Wingert - Banrisul/Gramado

2º prêmio - nº 990 - Agenda Eletrônica Sharp
Cláudia W. Flesch - BCN/Caxias

3º prêmio - nº 304 - Walkman Sony
João C. Goldani - Cesec/Caxias

4º prêmio - nº 926 - Rádio-relógio Toshiba
Luiz Carlos Hockele - Banrisul/Farroupilha

5º prêmio - nº 840 - não distribuído



Em Gramado, Márcio recebeu o 1º prêmio. Representando o Sindicato, o diretor Ademar Bellini.

Estatutos: um debate necessário

Um dos compromissos assumidos pela atual diretoria do sindicato, nas eleições de 1990, foi a reformulação estatutária. Ou seja: assumimos o compromisso de fazer uma estatuinte no Sindicato. Para facilitar o processo, em fevereiro de 1992, a diretoria apresentou a toda categoria um anteprojeto. Posteriormente, fizeram-se reuniões em todas as cidades da base e em Caxias do Sul para debater a reformulação estatutária.

Agora, já nos encontramos em fase adiantada dos debates, onde é necessário torná-los ainda mais profundos e abrangentes.

Há questões polêmicas, tais como: proporcionalidade na composição da diretoria do Sindicato; diretoria colegiada; democratização do processo eleitoral; diretoria de base etc. Precisamos entendê-las e sobre elas decidir.

COMO PARTICIPAR

Todos os bancários receberam o anteprojeto. É necessário lê-lo. Depois, enviar ao Sindicato sugestões, propostas, participar das reuniões e assembleias programadas e convocadas pela entidade.

Participe!

Confira os resultados da pesquisa Ibope/ZH sobre credibilidade, realizada no final de julho:

Credibilidade de Collor cai para 10%

Sindicatos e igreja católica têm melhores índices

Menos de dois anos e cinco meses depois de chegar ao Palácio do Planalto, Collor é visto com desconfiança por 86% dos porto-alegrenses, segundo a pesquisa. O primeiro presidente eleito por voto direto em 29 anos, depois de todas as suas "maracutaia", conseguiu deter o menor índice de credibilidade entre 13 políticos e instituições incluídos na pesquisa.

Apenas 10% dos 400 entrevistados dizem confiar em Collor. Os jovens e os que possuem maior grau de instrução são os que mais desconfiam de Collor: apenas 4% dos entrevistados entre 16 e 24 anos e 7% dos que têm escolaridade incompleta ou mais afirmam confiar nele. Os melhores índices de confiança no presidente estão entre os entrevistados dos 25 aos 39 anos e com grau de instrução médio, ambos com 12%.

O governador Collares também não desfruta da confiança da maioria da população com 16 anos ou mais em Porto Alegre. Ao contrário de Collor, o maior grau de confiança em Collares está entre os jovens dos 16 aos 24 (29%) e as pessoas com menor grau de instrução (33%). Os piores índices de confiança no governador estão na faixa dos 25 aos 39 anos (68%) e com instrução mais alta (77%).

(Fonte: Zero Hora - 03/08/92)

Placar

Em dois meses, 534 novos sindicalizados

Banco	Novos sindicalizados
Banco do Brasil	129
Banrisul	85
Bradesco	74
Caixa Econômica Federal	72
Itaú	32
Meridional	23
Bamerindus	18
Unibanco	18
Nacional	14
Safra	13
BCN	13
Real	13
Bandeirantes	6
Banespa	5
Econômico	4
Outros bancos	15

A campanha de sindicalização continua. A seguir 10 boas razões para você se sindicalizar:

- 1 - assistência judiciária
- 2 - assistência odontológica
- 3 - empréstimo do salão de festas
- 4 - empréstimo de salas
- 5 - participação em campeonatos de futsal, futebol sete e volei misto
- 6 - sede campestre (em obras)
- 7 - devolução do imposto sindical
- 8 - desconto assistencial diferencial para associados e não associados
- 9 - convênios com mais de 100 médicos, fisioterapeutas e psicólogos
- 10 - a luta. Este o motivo mais importante e verdadeira razão da existência do sindicato.

Está sendo elaborada uma publicação contendo a relação de todos os convênios novos e renovados. Entre os conveniados que renovaram estão Mariani (10% de desconto) e curso inglês CCAA (50% de desc. para alunos novos).

MURAL

Menos de uma semana depois que o motorista Eriberto Francisco França denunciou as contas de Ana Acio-li à CPI começou uma mobilização de amigos do Planalto para que Cláudio Vieira pudesse encher sua pasta cor-de-rosa de documentos. Lafaete Coutinho, amigo do peito de PC Farias, foi convocado para prestar o que um governador de Estado define como "assessoria bancária". Que o presidente do Banco do Brasil tenha se afastado de suas funções para assessorar a patrão é mais um ato a lustrar-lhe a biografia.

Na sexta-feira, a secretária Sandra Fernandes de Oliveira, funcionária do escritório de Cláudio Diniz, depois na CPI e fez um relato detalhado do esforço do empresário e do Planalto para engordar a pasta cor-de-rosa do ex-secretário do presidente. A secretária registrou diversos telefonemas de Marcos Coimbra, Lafaete e do próprio Cláudio Vieira ao escritório. Reunindo diversos detalhes, declarou-se convencida de que ali, nos escritórios da empresa de Cláudio, armou-se uma fraude, destinada a falsificar o contrato do empréstimo feito pela Alfa Trading.

RASPADINHA

A mesma empresa que teria liberado 5 milhões de dólares para o presidente Fernando Collor, via Cláudio Vieira, dispôs-se a esquentar no Uruguai o dinheiro de propinas de concorrência da Caixa Econômica Federal para a Loteria Instantânea, a Raspadinha. Um contrato acertado em São Paulo, em 1º de agosto de 1990, estabeleceu uma caixinha de 6% sobre os pagamentos líquidos que a fábrica de formulários Interprint recebesse da CEF, caso a empresa conseguisse mais de um terço da licitação.

Fonte Revista Veja - 05/08/92

Os funcionários de bancos privados reuniram-se no sábado, dia 8, na realização do III Encontro Estadual dos Bancários de Bancos Privados, tendo por local a Universidade do Trabalhador, em São Leopoldo. Na pauta, o ponto principal era Campanha Salarial, pois o momento é de se discutir mobilização e estratégia de luta. Na próxima edição do Voz do Bancário, relato mais aprofundado do que foi este Encontro.

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - RS

Novembro de 1992

Para que a história não se repita

O governo corrupto de Fernando Collor é página virada na história brasileira. Mas isso não significa o "happy end", o ponto final. Estamos apenas no ponto de partida. A grande tarefa agora é superar a estrutura e os mecanismos que permitiram a ascensão e assalto de Collor e sua quadrilha ao Estado brasileiro. Se essa tarefa for inglória, tudo poderá continuar igual ou pior, apenas com mais discreção.

A queda de Collor foi possível graças a uma série de fatores. Seus erros cavaleiros, a disposição de algumas forças políticas em moralizar a política brasileira e, porque não dizer, a preocupação de outras forças e personalidades em não sucumbir diante da opinião pública (Maluf, Quéricia, Jader Barbalho, setores do PFL, etc.). Mas indiscutivelmente o grande vetor foi o povo na rua, de modo especial os cara-pintadas, os jovens. Sem o povo na rua, tudo, como tantas outras vezes, teria acabado em pizza.

Certamente não será diferente quanto à grande tarefa a realizar, a saber, a superação da estrutura e dos mecanismos que geraram o fenômeno Collor. Grandes reformas institucionais são necessárias: reformar a legislação partidária a fim de eliminar os partidos fantasmas que permitem o surgimento de aventureiros, "salvadores da pátria";

reformular a legislação eleitoral que permite o abuso do poder econômico, a criação das famosas "caixinhas" gerenciadas pelos PCs e abastecidas por empresários que depois se locupletam em concorrências públicas fraudulentas; mudanças profundas de caráter democrático no sistema de governo (seja presidencialismo ou parlamentarismo o escolhido no plebiscito de 1993); legislação sobre Sistema Financeiro para que este não acoberte as falcaturas do tipo da "República das Alagoas"; legislação que crie mecanismos democráticos de controle social sobre os meios de comunicação social.

A agenda de mudanças é abrangente e profunda. É pouco provável que o eclético ministério de Itamar Franco e as forças em torno dele aglutinadas encampem essa agenda. Por isso, as forças políticas e sociais democráticas, verdadeiramente comprometidas com as reformas moralizadoras na vida pública brasileira, a sociedade civil organizada e o povo em geral precisam estar atentos, vigilantes, atuantes e prontos para pressionar com a intensidade necessária.

Se as reformas não ocorrerem, se as mudanças não forem tão abrangentes e profundas como a gravidade da crise brasileira requer, a história poderá se repetir. Assim, como tantas outras vezes na história republicana brasileira.



A mobilização popular determinou a queda do Governo Collor de Mello (Foto: Veja, 02/09/1992)

NESTA EDIÇÃO

BANCÁRIOS ASSINAM PRIMEIRA CONVENÇÃO

COLETIVA DO PAÍS - P.2

SINDICATO E CONVÊNIOS - P.2

PATRULHA A BANCOS:

SINDICATO DEFENDE CONTINUIDADE - P.2

AÇÕES COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - P.2

CAMPANHA SALARIAL 92: PROBLEMAS E AVANÇOS - P.3 e 4

ESPORTES: FUTSAL BANCÁRIO 92 E FUTEBOL SETE - P.4

Bancários assinam a primeira convenção coletiva do país

Os bancários de todo país, com exceção dos bancários de bancos federais, assinam a primeira Convenção Coletiva de Trabalho da história do Sindicato Brasileiro, na campanha salarial deste ano.

Assinam o instrumento 120 sindicatos, 7 federações e a Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). A CNB, antes Departamento Nacional dos Bancários - CUT, foi criada em março deste ano, e a ela estão vinculados os maiores sindicatos de bancários do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto

Alegre, Salvador, entre outras capitais, além de 3 federações que fazem parte da estrutura oficial e 3 federações cutistas (fetc's). A CNB representa cerca de 85% da categoria.

A Convenção será assinada em dois níveis: o nacional com cláusulas comuns a todos os bancários do país e a aditiva, que poderá ser regional ou estadual, e tratam das questões específicas dos trabalhadores de determinadas regiões ou Estado.

Este tipo de instrumento é bandeira da categoria bancária desde 1951, que, retomada nos anos 80, só foi conquistada neste ano. A cada ano a categoria bancária consolida a tradição de unificação em nível nacional e agora, com a assinatura da Convenção Nacional, os bancários estão a um passo do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho.

CONQUISTA

A conquista histórica da Convenção Nacional foi fruto do incansável processo de negociações entre bancários e banquei-

ros do setor privado, onde prevaleceu a livre negociação durante a campanha salarial 92. A Convenção inova as relações coletivas de trabalho vigentes, na medida em que busca estabelecer um processo de negociações mais direta entre patrões e trabalhadores, sem a interferência da Justiça do Trabalho. Este ponto é um dos pressupostos básicos para o Contrato Coletivo de Trabalho, do qual a categoria bancária está cada vez mais próxima.

O Contrato Coletivo de Trabalho é uma reivindicação da CUT desde a sua fundação em 1983. E aos bancários, os quais 85% estão nas bases dos sindicatos filiados a CUT, reivindicam este instrumento único nacional desde que consolidaram sua organização nacional com a unificação da data-base em 1982.

A concretização de um Contrato Coletivo de Trabalho pressupõe plena liberdade e autonomia de organização e representação sindical, o que não é garantido hoje pelos dispositivos legais. Para se efetivar um Contrato Coletivo é preciso, antes de

tudo, garantir a representação nos locais de trabalho; negociação permanente, plena autonomia sindical ou seja, não intervenção do Estado; direito de informações sobre a empresa e democracia nos locais de trabalho, como por exemplo o direito de reunião.

Os bancários, neste ano, conseguiram avançar neste sentido. Celebram o instrumento que fortalece a sua organização nacional. Um instrumento único para toda a categoria, contrato entre os representantes legítimos dos trabalhadores e das empresas, que vai reger as relações trabalhistas, durante o próximo ano.

Países, como Alemanha, Itália, Espanha, Argentina e Uruguai, entre outros, já adotaram o Contrato Coletivo de Trabalho. No Brasil, apesar do processo de negociações ser centralizado, ainda não implementou este tipo de contratação. Neste sentido, os bancários estão dando a sua contribuição, que serve como exemplo para os demais trabalhadores, na busca do Contrato Coletivo de Trabalho.

Expediente

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Diretoria

Ansélio A. Brustolin
Pedro J. Incerti
José Alex B. Tappia
Arquimedes De Rocco
Rita Formolo
Vilmar José Castagna
Ademar H. Bellini
Wilson A. Steinmetz
Mauro Ceccon
Carlos José Sandi
José Ricardo de Oliveira
Sônia B. dos Santos
Gelso Marcon
Sidnei Jacques
Vaine T. Andreguette
Carlos A. Belissimo
Iara T. de azevedo
Edmundo V. Brandão

Adriana Fioreze
Albano Voltz

Liane Mari Zambelli
Leandro A. Konig

Base territorial

Caxias do Sul,
Antônio Prado,
Canela, Farroupilha,
Flores da Cunha,
Garibaldi, Gramado,
Nova Petrópolis,
São Marcos e Veranópolis.
Sede: Borges de Medeiros, 574,
Caixa Postal 553
Fones: (054)223.2166 e 223.3119
Fax: 223.2166

Telex: 542420 EBCT
CEP 95020 - Caxias do Sul - RS
Tiragem: 2.500 exemplares

Composição:

Folha de Hoje

Fotolito e Impressão:

Folha de Hoje

Textor (org.): Wilson A. Steinmetz

Fotos: Veja e Vilmar Castagna

Patrulha a Bancos: Sindicato defende continuidade

Numa iniciativa do Sindicato dos Bancários junto ao Comando do 12º BPM, realizou-se, em 28.10.92 na sede social da AABB, reunião com as administrações das agências bancárias em Caxias do Sul para debater a continuidade do serviço de patrulhamento ostensivo a bancos. Depois de sua implementação pela Brigada Militar, reduziu-se consideravelmente o número de assaltos a bancos. Estabeleceu-se maior segurança para os funcionários e clientes. Esse serviço não pode ser desativado por falta de recursos.

Ações coletivas ajuizadas pelo Sindicato dos bancários

Tramitam, pelas diversas instâncias da Justiça do Trabalho, várias ações coletivas onde o sindicato atua como substituto processual dos componentes da categoria profissional.

No tribunal Superior do trabalho (Brasília) encontram-se ações referentes ao Plano Cruzado (1986) e ao Plano Verão (URP de fev/89). Com relação ao Plano Cruzado, os Tribunais vêm decidindo pela IMPROCEDÊNCIA das ações, dando ganho de causa aos bancos, havendo, no entanto, algumas decisões favoráveis aos empregados. Já em relação ao Plano Verão, existe um equilíbrio maior entre as decisões, tendo havido o julgamento definitivo de duas ações propostas pelo SEEB local (Banco Mercantil do Brasil e BANERJ) onde foi determinado o

pagamento.

As ações referentes ao Plano Bresser (IPC junho/87) foram propostas apenas para os bancos federais e estaduais, com exceção do Banerj que já havia conseguido tal reajuste em negociação coletiva. Estas tramitam pelas Juntas de Conciliação e Julgamento locais, não havendo nenhuma decisão até o momento. Os processos referentes ao Plano Collor (84,32% referente inflação de março de 1990), por sua vez, foram propostos contra todos os bancos, privados ou não, e aguardam julgamento pela Justiça do Trabalho local.

Ao todo, somam-se mais de uma centena de ações coletivas patrocinadas pelo Sindicato, sendo que, no próximo período, informaremos com mais detalhes a situação de cada uma delas.

Sindicato atualiza e divulga relação de convênios

O sindicato não tem entre suas funções o oferecimento de assistência médica e odontológica. Isso é um dever que cabe ao Estado. No entanto, o Estado tem se omitido. Por isso, a diretoria do Sindicato dos bancários de Caxias do Sul e Região - gestão 90/93 - está reestruturando e atualizando a área de convênios médicos, além da assistência odontológica que é oferecida na sede da entidade a sindicalizados e dependentes. Diversos convênios foram renovados, enquanto que outros estão sendo negociados. Os descontos ficam a critério do profissional. Para se utilizar dessas vantagens, basta ser sindicalizado e apresentar a carteira de sindicalizado.

Para facilitar o acesso dos bancários a esses benefícios o sindicato editou e está distribuindo, nas agências, um caderno com a relação dos convênios.

Bancários candidatos nas eleições municipais

Na base territorial do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e região, quinze (15) bancários concorreram nas eleições municipais de 1992. Elegeram-se prefeitos: em Farroupilha, o banrisulense Paulo Dalsochio (PDT-PFL-PDS); em Fagundes Varela, o funcionário do BB Luizinho Zardo (PDS-PMDB). Elegeram-se vereadores: em Caxias do Sul, o funcionário do BB Odir Frizzo (PFL-PTB-PSDB-PL); em Farroupilha, os funcionários do BB Paulo A. Schneider (PT) e Paulo Bach (PDT-PFL-PDS).

CAMPANHA SALARIAL 92: Problemas e Avanços

Avanços do acordo com a Fenaban

REAJUSTE SALARIAL - O reajuste salarial varia de 93,02% a 132,71%, conforme a faixa salarial. Essa variação ocorre devido ao fato de os banqueiros terem dado antecipações diferenciadas por faixas salariais, de set/91 a ago/92. O reajuste para cada faixa corresponde ao zeramento da inflação desse período, cujos índices variam de 83,83 a 121,63%, mais 5% de produtividade (aumento real), que deverá ser aplicado sobre o salário de set/91. Confira na tabela abaixo como ficam os salários e demais verbas.

POLÍTICA SALARIAL - O acordo alterou a política salarial estabelecida pelo governo Collor e que ainda se encontra em vigor em outras categorias. Não houve um grande avanço, mas só o fato de termos quebrado a política oficial, da qual os banqueiros não costumam fugir, já foi uma conquista importante. Para o reajuste bimestral, se a inflação atingir ou ultrapassar 25% (nos dois meses), os bancários que ganham até três salários mínimos recebem 85% da inflação apurada, e quem recebe acima de três mínimos receberá 80%.

A cada quadrimestre, quem ganha até 3 salários terá 100% da inflação e quem ganha acima disso terá 85% da inflação do período.

AMPLIAÇÃO DO AUXÍLIO-CRECHE - O auxílio-creche será ampliado para 83 meses (6 meses e 11 meses) e o auxílio-babá será estendido para os pais. O auxílio-creche é fruto da luta dos bancários, conquistado em 1.986 para os filhos de até 02 anos. Em 1.987, ele foi ampliado para até 67 meses e em 1.989 para 72 meses.

AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO UNIFICADO - Esta é uma antiga reivindicação da categoria bancária, que agora foi consagrada por este acordo. Com a unificação do valor em Cr\$ 18.000,00 houve um acréscimo de 56,56% para os bancários que fazem 6 horas. A partir de agora, toda a categoria passa a receber 22 tickets por mês, mesmo nas férias.

BANESPA

Os Avanços e a Questão dos Escriturários

Em função do grau de mobilização existente, o funcionalismo do BANESPA pode considerar-se vitorioso ao término dessa campanha salarial. Obteve os índices e a política de correção de salários propostos pela FENABAN. O auxílio creche foi estendido aos homens. Será realizada correção no quadro de carreira até março de 1993. Serão feitos novos estudos para a ampliação da complementação da aposentadoria.

A questão mais delicada é em relação aos escriturários, que no momento vislumbram poucas perspectivas profissionais de ascensão dentro do banco. Essa é uma das principais bandeiras de luta para o próximo período.

A questão mais delicada é em relação aos escriturários, que no momento vislumbram poucas perspectivas profissionais de ascensão dentro do banco. Essa é uma das principais bandeiras de luta para o próximo período.

CEF

108 Demitidos são reintegrados

Em reunião realizada no dia 06/10, entre o presidente interino Milton Luiz de Melo Santos com a Executiva Nacional dos Empregados da CEF, ficou acertada a reintegração de 108 demitidos na greve de setembro de 1991.

Essa é uma vitória importante

tíssima para o conjunto do funcionalismo da CEF. Esse acontecimento dificulta futuras arbitrariedades.

Apesar do acordo assinado entre a CONTEC e Álvaro Mendonça no apagar das luzes do governo Collor à revelia dos funcionários, a Executiva Nacional, com

O novo presidente do BB: uma vitória importante

A indicação de Alcir Augustinho Calliari para a presidência do BB é uma vitória do funcionalismo, da executiva dos funcionários e da bancada de deputados alinhados com a instituição. Depois de diversos nomes obstaculizados, obtivemos a nomeação de Calliari, funcionário de carreira, aposentado, que denunciou durante o governo Sarney a tentativa de destruição do BB, em palestras realizadas em inúmeros sindi-

catos pelo país. Cabe, agora, a Calliari confirmar sua trajetória de defesa do banco resgatando o seu papel dentro da economia brasileira.

A Executiva dos Funcionários do BB já solicitou audiência com o novo presidente visando a negociação de salários e a apresentação de propostas de recuperação das finanças do banco.

Cabe aos funcionários e aos delegados sindicais, desde logo,

promover discussões sobre os destinos do banco. Esclarecer o papel da CONTEC, que nunca denunciou o comportamento de Lafayette - ao contrário, até a última hora do governo Collor tentou fechar um acordo salarial espúrio, como o fez com a CEF -, é tarefa dos delegados sindicais, sindicatos, CNB-CUT e Executiva. Uma edição de "O Espelho" deverá circular nos próximos dias abordando todos estes assuntos.

MERIDIONAL

Discriminação em relação aos novos funcionários

Em Assembléias, o funcionalismo aprovou a assinatura do Aditivo ao Dissídio para o período 92/93. É consensual que a proposta do Banco não atende aos anseios do funcionalismo, principalmente na questão do salário ingresso. A direção do Banco se manteve intransigente nesta questão e não cedeu no sentido de pagar o mesmo salário recebido hoje

pelos funcionários aos que ingressarem a partir de agora. Estes receberão pisos da FENABAN.

A avaliação, também consensual, de que hoje não há perspectivas alguma de mobilização do quadro funcional levou à aprovação do Acordo, pois o simples fato da não assinatura não garantiria os salários de ingresso e colocaria

em risco conquistas anteriores, como reajuste mensal dos tickets, auxílio creche, Unimed, abono assiduidade, entre outros.

Quanto ao índice de reajuste e a política salarial são os acordados com a FENABAN.

A luta continua por melhores salários e condições de vida e, principalmente, contra a privatização.

BANCOS PRIVADOS

As conquistas têm o tamanho da luta

O acordo final fechado entre a FENABAN e a EXECUTIVA NACIONAL é fruto de um intenso processo de mobilização da categoria bancária, que durou cerca de 04 meses. Nos dias 20 e 21 de junho realizou-se, em Brasília, o

Encontro Nacional dos Bancários, com a presença de 428 delegados inscritos, representando 99 entidades (90 sindicatos, 08 federações e 01 confederação), com mais de 560 mil trabalhadores em suas bases. O Encontro definiu nossa pauta de reivindicações, que foi entregue aos banqueiros no dia 1º de julho, sendo que, no dia 25 de junho, já havíamos apresentado aos patrões uma proposta de pré-acordo em que procurávamos definir o calendário e as regras para o processo de negociação. A Campanha Salarial/92 enfrentou dificuldades de toda ordem, a começar pela quebra da unidade da categoria, em

virtude de a Contec ter se recusado a integrar o Comando Nacional dos Bancários.

Tivemos pela frente um quadro de recessão profunda, calçada no arrocho salarial e no desemprego crescente. E também uma crise política sem precedentes, que nos levou a sair às ruas, juntamente com outras categorias e os mais diversos setores da sociedade, para exigir o fim da corrupção no país e o impeachment de Collor.

Os bancários souberam entender a conjuntura e associaram a luta em defesa de suas reivindicações à mobilização geral da sociedade contra o governo Collor.

Banrisul e Banerj: A marca da intransigência

Banrisul. O movimento grevista dos funcionários do Banrisul que se estendeu por 12 dias buscava melhores salários, mecanismos de proteção ao poder aquisitivo, democratização na instituição e o retorno de todos os direitos suprimidos por esta administração.

Um movimento mais do que justo pois visava acabar com a humilhação a que estão sendo submetidos os empregados, na tentativa de estabelecer novas relações a partir do resgate da dignidade dos banrisulenses, seqüestrada por esta diretoria tirana que não respeita direito algum e que se alimenta do medo que provoca com suas ameaças de demissão.

Essa prática terrorista implementada pela diretoria e propagada por muitos gerentes associada à crise social por

que passa o país determinou, no nosso entendimento, um refluxo no movimento. Muitos dos nossos colegas, embora tivessem compreensão da necessidade da luta, não aderiram à greve, que acabou ocorrendo de forma localizada: POA, Santa Maria, Caxias e algumas unidades isoladas. Ao não obter a força suficiente para garantir negociações sérias com o banco, pode-se dizer que triunfou mais uma vez a intransigência nesta batalha.

Durante a greve, O Sr. Flávio Obino ocupou inúmeras vezes espaço na imprensa tentando confundir a opinião pública, no sentido de caracterizar a greve como eleitoreira, alegando de que ela ocorria somente nos bancos estaduais do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e que seria portanto contra o PDT. Além de outras mentiras escabrosas como a de que os funcionários esta-

riam recebendo participação nos lucros (o que não ocorre desde o início desta gestão), que são os bancários mais bem pagos do país e que as negociações transcorriam. De nossa parte, julgamos "MERA COINCIDÊNCIA" o desrespeito ao funcionalismo nestas duas instituições, onde no Banrisul se suprimem direitos históricos e no Banerj não se cumpre acordo de dissídio, e que declarações mentirosas - este jogo sujo - não nos surpreendem mais pois é a marca registrada desta gestão. Por outro lado, também temos ciência do esforço que empenhamos no sentido de buscar uma saída negociada para este impasse que não vingou porque a intolerância falou mais alto.

O que os funcionários podem esperar daqui para frente desta direção? NADA. temos a certeza que somente a organização poderá enfrentar estes

tiranos, arrancando na marra melhores salários, retorno de todas as conquistas, democratização e fundamentalmente o respeito àqueles que construíram e que permanecem na instituição.

Banerj. Até o fechamento desta edição de o "VOZ DO BANCÁRIO" tinha-se a seguinte situação: o TR do Rio de Janeiro havia acatado em favor do Sindicato e Federação do Rio reafirmando que o Banerj deve pagar os dias parados. Segundo o vice-presidente Rafael Pires Borges, 24 h após a publicação da sentença o Banerj pagaria. Aguardava-se, portanto, a publicação da sentença.

Na próxima edição deste jornal, será cobertura completa sobre a Campanha Salarial no Banerj e seus desdobramentos finais.

AABB Flores da Cunha é campeã do Futsal Bancário



Equipe campeã do Futsal Bancário/92

Durante os três meses de competição, foram realizados 62 jogos e foram marcados 492 gols, com uma média de 7.9 por partida.

A equipe da AABB Flores da Cunha disputou 10 jogos, perdendo apenas um jogo. No jogo final, venceu a A BANERJ pelo

placar de 6 x 3.

Para chegar a essa brilhante conquista, a AABB Flores da Cunha contou com os seguintes atletas: Airton da Silva, Alexandre Curra, Julio Cezar, Michel Gasperin, Miguel Barreiro, Moacir Baggio, Vitor Beazzutti, Renan Rossatto, Luciano Veadrigo,

Agenor Nery, Augusto Sgarioni e Paulo Carpeggiani.

O goleiro menos vazado da competição foi o atleta Airton da Silva da AABB Flores da Cunha e os goleadores foram Hélio da Rosa da A Banerj e Michel Gasperin da AABB Flores da Cunha com 23 gols cada.

A classificação final do campeonato bancário de FUTSAL/92 foi a seguinte:

- 1º AABB Flores da Cunha
- 2º A Banerj
- 3º Itáu Centro
- 4º Caixa Econômica Federal.

Participaram do FUTSAL/92, ao todo, 16 equipes.

Em novembro tem Futebol Sete

O Atlético bancário Caxiense, através do seu departamento de esportes e em conjunto com a diretoria do Sindicato dos Bancários, promoverá, no próximo mês de novembro, o Campeonato Bancário de Futebol Sete Edição/92. O campeonato terá como local a sede Campestre da AABB de Flores da Cunha e a reserva do campo foi feita para os dias 07, 14, 21 e 28 de novembro (sábados).

Melhorando o atendimento odontológico

Reformas no gabinete dentário

Um dos principais objetivos da diretoria é melhorar cada vez mais a qualidade dos serviços prestados aos bancários pelo sindicato. Nesse sentido, fizeram-se reformas no gabinete dentário. Pintaram-se e realizaram-se melhora-

mentos nos equipamentos. Fez-se pintura tipo epoxi na sala. Trocaram-se as cortinas. Essas melhorias visam a manutenção do gabinete e a criação de um ambiente agradável para o atendimento.

Pesquisa para avaliação do atendimento.

Em breve, através de uma pesquisa dirigida aos bancários usuários, será feita uma avaliação do atendimento odontológico. As falhas serão sanadas e os aspectos positivos reforçados.

Agora, marido de bancária é dependente

Em recente reunião da diretoria do sindicato, foi aprovada a proposta do Presidente Anselmo Brustolin de que marido de bancária fosse considerado dependente. Segundo Brustolin, já em 1988, a Constituição Federal eliminou a figura do chefe de família, a

possibilidade de dependência apenas da mulher em relação ao marido. Ela instituiu a reciprocidade de direitos e deveres entre ambos. Assim, é injusto que apenas a mulher seja considerada dependente do bancário sindicalizado para efeito dos serviços prestados pelo sindicato. Agora, marido de bancária também pode usufruir do atendimento odontológico.

VOZ DO BANCÁRIO

Filiado à CUT

Órgão de divulgação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul - RS

Dezembro de 1992

92 Um ano inesquecível e dois anos de gestão

Apesar dos pesares, há motivos para comemoração neste final de ano. A Era Collor está definitivamente encerrada, graças à mobilização popular. E, em 92, completam-se dois anos de gestão da atual diretoria do Sindicato dos Bancários. Alguns diretores avaliam esses dois anos de mandato sindical.

1992: Record de Sindicalizações

"Fazendo uma rápida análise destes dois anos de mandato, pode-se verificar profundas mudanças na estrutura de atuação política, social, intersindical do sindicato. Foram vários projetos realizados e outros tantos a serem executados no próximo ano."

Mauro L. Ceccon
Diretor de Patrimônio

"O mérito da atual gestão foi o bom volume de informação prestado aos bancários e a assídua frequência dos diretores sindicais nas agências. Isso aproximou o Sindicato de sua categoria profissional. Mas isso ainda é insuficiente. Precisamos tornar ainda mais intenso esse envolvimento entre sindicato e bancários. Os bancários têm de ver no sindicato uma entidade sua, necessária e da qual devem participar".

Wilson A. Steinmetz
Diretor de Relações Públicas

"A atual gestão imprimiu dinamismo na atuação do sindicato defendendo sempre propostas consequentes, mantendo a categoria bancária informada e estando nos locais de trabalho sempre que necessário. Além de administrar a entidade de forma transparente".

Ademar Henrique Bellini
Diretor de Relações Sociais e Trabalhistas

"Estamos passando por sérias crises econômicas, políticas e sociais e ainda não descobrimos um caminho ideal para que elas sejam superadas, pois isto depende da vontade do povo. Apesar disso, nestes dois anos, conseguimos transmitir um pouco de esperança garantindo a continuidade de um trabalho para um caminho mais justo para todos".

Arquimedes V. de Rocco
Tesoureiro

"Estamos chegando aos dois anos de mandato nesta diretoria. Neste período avançamos nos planos político e administrativo. Sem tirar do horizonte a luta por melhores dias, essência do movimento sindical, estamos trabalhando em nossa sede campestre, ambição de todos os associados. Porém, tanto no plano das lutas como no do social, dependemos da participação de todos os bancários".

Ansélio Brustolin
Presidente

"Foi um período de dificuldades para os trabalhadores de um modo geral. Enfrentamos desemprego, arrocho salarial, decorrente de uma política salarial, que empobreceu ainda mais o povo brasileiro. O movimento sindical procurou, neste período, reverter a situação. O primeiro passo foi dado: a saída de Collor. O nosso objetivo, de buscar maior justiça social, não para. Penso que foram dois anos positivos no trabalho desenvolvido pela diretoria, apesar da recessão que enfrentamos".

Pedro Incerti
Secretário Geral

Em 1992, a diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul desenvolveu uma forte campanha de sindicalização. Até um estímulo extra houve: premiação, através de sorteio da loteria federal, para sindicalizadores e sindicalizados. Até 10 de dezembro foram sindicalizados 620 bancários. Um record nos últimos 10 anos. Hoje, mais de 85% dos bancários são sindicalizados. Esses números são indicadores da representatividade e do grau de confiança depositado no Sindicato dos Bancários. O objetivo em 1993 é nos aproximarmos dos 100% de sindicalização.

Ansélio Brustolin, Presidente do Sindicato dos Bancários, e Ademar Bellini, Diretor de Relações Sociais e Trabalhistas, foram os que maior número de sindicalizações realizaram.

Quadro demonstrativo do nº de sindicalizações nos últimos 10 anos										
Ano	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986 *	1985	1984	1983
Número	620	393	330	383	390	505	587	602	373	398

* Ano em que os funcionários da CEE passaram de economários para bancários.

* Ano em que os funcionários da CEF passaram de economiários para bancários.

Bancos condenados a pagar o IPC de março de 1990 - 84,32% (Plano Collor I)

Através de sentença prolatada pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz do Trabalho Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Caxias do Sul, Cláudio Gilberto Aguiar Hoehr, os Bancos abaixo relacionados foram condenados a pagar a seus empregados o reajuste de 84,32%, referente ao IPC de março de 1990, o qual havia sido suprimido pelo malfadado "Plano Collor".

As ações, patrocinadas pelo Dpto. Jurídico do Sindicato, foram julgadas parcialmente procedentes, limitando a incidência do reajuste concedido à data base da categoria. Assim, no

cálculo dos valores devidos, seriam considerados os meses de abril a agosto de 1990, pois, no entender do prolator das sentenças, o dissídio coletivo desse ano recuperou as perdas sofridas.

Os Bancos reclamados, inconformados com a decisão, interpuseram Recurso Ordinário para apreciação do Tribunal Regional do Trabalho, em Porto Alegre. Da mesma forma, o Sindicato também recorreu, pleiteando que o reajuste concedido integre os salários dos empregados substituídos sem qualquer limitação ou compensação.

Os processos estão sendo remetidos ao TRT, de onde, espera-se, venha uma decisão favorável.

Bancos Condenados

- Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A
- Banco Mercantil do Brasil S/A
- Banco América do Sul S/A
- Banco Industrial e Comercial S/A
- Banco Geral do Comércio S/A
- Banco de Crédito Nacional S/A
- Lloyds Bank PLC
- Banco de Tokyo S/A
- Banco Econômico S/A

Previsão de Reajuste Salarial para janeiro de 93

Projetando-se uma inflação de 23% para dezembro, e tendo como parâmetro a Convenção Coletiva assinada em setembro, ter-se-ão os seguintes reajustes em janeiro de 1993:

- 65,05% para quem percebe até Cr\$ 5.281.866,00
- 50,77% para quem percebe acima de Cr\$ 5.281.866,00.

Esses índices incidirão sobre todas as verbas de natureza salarial.

OBS.: esses índices não são absolutos. São apenas uma previsão aproximada do reajuste que haverá.

LEIA NESTA EDIÇÃO

- Patrulha a bancos p. 2
- O Sindicato presta contas p. 2
- Encontro Nacional do BB p. 2
- Sede Campestre em Obras p. 2
- Lucro dos bancos p. 3
- A terceirização e o mundo do trabalho p. 3
- Os novos delegados sindicais do Banrisul p.3
- Plebescito 93: parlamentarismo x presidencialismo p. 4

Boas Festas! Que a esperança e disposição sejam ainda maiores em 93!

Sede campestre em obras

No mês de dezembro, foram reiniciadas as obras na sede campestre do Sindicato dos Bancários, situada na estrada Velha Caxias do Sul - Desvio Rizzo. Entre ornamentais e frutíferas silvestres foram plantadas mais de 170 árvores.

Depois de realizada a drenagem do terreno, inicia-se a terraplenagem para a construção do campo de futebol sete. O custo da terraplenagem está orçado em Cr\$ 28 milhões, cuja responsabilidade é da empreiteira Grifante Ltda. Cerca de 3 mil metros cúbicos de terra serão removidos para o local. Após o término da obra de terraplenagem haverá a plantação de grama. Até fins de 1993, o Sindicato dos Bancários deverá ter o seu próprio campo de futebol.



Terreno onde será feito o campo de futebol Sete

Expediente

Voz do Bancário

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Diretoria

Ansélio A. Brustolin
Pedro J. Incerti
José Alex B. Tappia
Arquimedes De Rocco
Rita Formolo
Vilmar José Castagna
Ademar H. Bellini
Wilson A. Steinmetz
Mauro Ceccon
Carlos José Sandi
José Ricardo de Oliveira
Gelso Marcon
Sidnei Jacques
Vaine T. Andreguette
Iara T. de Azevedo
Edmundo V. Brandão
Adriana Fioreze
Albano Voltz
Liane Mari Zambelli
Leandro A. König

Base territorial

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Borges de Medeiros, 574, Caixa Postal 553
Fones: (054) 223.2166 e 223.3119

Fax: 223.2166

Telex: 542420 EBCT

Caxias do Sul - RS

CEP 95020-310

Tiragem: 2.500 exemplares

Composição:

Folha de Hoje

Fotolito e Impressão:

Folha de Hoje

Textos (org.): Wilson A.

Steinmetz

Fotos: Mauro Ceccon

Patrulha a Bancos

É inquestionável a importância deste serviço prestado pela Brigada Militar. Representa mais segurança para bancários e clientes das agências. Por isso, o Sindicato dos Bancários, em conjunto com as administrações locais, tem se mobilizado para manter este serviço.

Assim, já na primeira reunião entre Sindicato, Brigada Militar e representantes das agências bancárias, realizada em 28 de outubro, formou-se a COMISSÃO DE SEGURANÇA BANCÁRIA. Esta, por sua vez, constituiu uma Comissão Coordenadora que ficará responsável pela arrecadação e repasse dos recursos, ao 12º BPM, em forma de equipamentos e combustível. A Comissão Coordenadora é formada pelos srs. Osni Cavagnoli (representante da rede privada), Irlany Sartori (representante dos bancos estatais estaduais), Maurício Oliveira (representante dos bancos estatais federais) e Ansélio Brustolin (representante da diretoria do Sindicato dos Bancários). A coordenação geral da comissão de segurança Bancária foi delegada ao Sindicato dos Bancários.

Quanto à arrecadação de recursos, têm havido algumas dificuldades administrativas. Mas já estão sendo tomadas medidas para



Reunião entre representantes da BM, SEEB e Agências Bancárias (28/10/92, na AABB - Caxias do Sul)

que sejam superadas. Neste sentido, por exemplo, abriu-se uma conta bancária, junto ao BB agência centro, em nome do Sindicato para solucionar, ao menos temporariamente, a necessidade que algumas agên-

cias têm de recibo de pessoa jurídica para registrar e justificar a contribuição financeira dada. No entanto, esses recursos continuarão sendo geridos pela Comissão Coordenadora acima mencionada.

Encontro Nacional do BB

Com 80 delegados credenciados (na proporção um por mil), o Encontro Nacional dos funcionários do BB, realizado nos dias 05 e 06 de dezembro, em Brasília, definiu uma série de medidas a serem encaminhadas:

1. Que a Executiva nacional faça uma defesa efetiva da CASSI.
2. Que se faça um movimento contra a intervenção da DIREC na CASSI.
3. Ficou definida uma comissão com representação da executiva, da PREVI, dos diretores deliberativos da CASSI e com a assessoria da USP para propor um novo sistema de saúde para o BB.
4. Estima-se que o passivo trabalhista do BB esteja, atualmente, em US\$ 5 bilhões. Será feito um levantamento junto às entidades ligadas à Executiva para tentar apurar mais dados sobre o assunto.
5. O Encontro decidiu que o movimento sindical terá uma participação efetiva no comitê de relações trabalhistas. Vários pontos foram pautados para a discussão nesse fórum: estrutura do banco, jornada de trabalho, CIC-Funci, ADF, PCC, terceirização e desenvolvimento das relações trabalhistas. Foram eleitos os seis representantes do funcionalismo para participar do comitê, a cargo dos sindicatos de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Belo Horizonte e Bahia.

Do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região participaram do Encontro dois delegados: Carlos Maciel representando os funcionários da base; e Ansélio Brustolin representando a FEEB-RS enquanto membro da Executiva dos Funcionários.

Demonstrativo da Receita e Despesa em 30 de novembro de 1992

RECEITA	
Contribuição Sindical	55.599.035,82
Mensalidades	443.624.517,16
Outras Rendas - Salão	645.900,00
Outras Rendas - Gab. Dentário	15.118.779,00
Aluguel de Imóvel	30.608.943,00
Juros de Depósitos	238.416.010,05
Juros s/ Empréstimos	767.508,00
Subvenções (INAMPS)	18.872.882,72
Rendas Diversas (Dissídio)	41.283.801,77
Eventuais (Seguros, Xerox, Viagem)	17.592.327,85
Total da Receita em 30/11/92	862.529.705,33
DESPESAS	
Rep. Conserv. da Sede	12.881.446,34
Rep. Conserv. Veículos	3.023.644,00
Rep. Conserv. Máq. e Aparelhos	7.243.412,00
Federação (Mensalidades)	13.000.147,00
C.U.T. (Mensalidades)	13.024.373,84
Assistência Dentária	94.440.321,00
Produtos Odontológicos	9.425.768,00
Assistência Judiciária	47.653.942,02
Finalidades Esportivas	8.648.344,00
Encontros Congre. Conferências	16.134.870,56
Restituição (Contr. Assist.)	30.229.389,01
Ordenados (Funcionários)	104.343.740,00
Jornal Informativo	4.780.792,60
Panfletos e Convocações	3.530.000,00
Plano de Saúde p/Funcionários	4.033.143,19
Artigos de Expediente	12.832.452,30
Previdência Social	32.995.647,78
Contrib. p/ FGTS	11.174.811,48
PIS	1.365.374,00
Desp. de Administração Geral	101.540.815,34
Total da Despesa em 30/11/1992	532.302.434,46
Resultado Positivo Receita - Despesa	Cr\$ 330.227.270,91

Caixa de Previdência e Caixa de Assistência do BB

O Sindicato dos Bancários está agendado um debate sobre estas duas instituições do funcionalismo do BB. Para este evento serão convidados representantes da PREVI e CASSI. A PREVI conseguiu livrar-se de US\$ 700 milhões em moedas podres (hoje, controla a Acesita), restando ainda US\$ 15 milhões, que deverão ser utilizados em futuros leilões de privatização. A CASSI está muito mal. As medidas para sua recuperação deverão surgir de um amplo debate entre os funcionários do BB. E não simplesmente aumentando o percentual de contribuição dos seus associados. Discutir de onde sairão os recursos é muito pouco. Há que se debater também sobre como eles serão geridos. A data deste evento será divulgada para todos os funcionários do BB tão logo seja marcada.

BB: Débito da mensalidade para o Sindicato por DCO

O Sindicato dos Bancários firmou convênio com a agência centro do BB (Caxias do Sul) para facilitar a vida dos associados interessados em ampliar o valor consignável, sem prejuízo de desvinculação com a entidade.

A partir de agora, o funcionário do BB pode autorizar, na sua agência, o débito da mensalidade por DCO. O setor de funcionalismo já recebeu orientação de como proceder. Em caso de dúvida, telefonar para 223.2166 e falar com Ansélio Brustolin ou Arquimedes Rocco.

Demonstrativo das Aplicações Caixa e Bancos em 30/11/92

Caixa	1.416.783,13
Banco do Brasil S.A. Pop.	13.909.909,10
Banco do Brasil Pou. Ouro	4.510.155,34
Banco do Brasil Pou. Ouro	56.136.316,90
Banco do Brasil C.D.B.	70.000.000,00
Banco do Brasil D. Pop 9.709-8	184.650,14
Banco do Brasil Fundo Ouro	21.325.470,23
Caixa Econ. Federal Pou. 23.408	1.291.308,82
Caixa Econ. Federal Pou. 61.134	45.895.674,39
Caixa Econ. Federal Pou. 20.674	36.931.348,71
Caixa Econ. Federal c/Cor. 27.6	14.096.965,04
Caixa Econ. Federal Op. C. Prazo	4.131.480,26
Caixa Econ. Federal c/Cor. 101.6	137.072,62
Caixa Econ. Federal C.D.B.	60.260.136,23
Total de Depósitos e Aplicações	330.227.270,91

Terceirização dos serviços: modernidade ou subemprego?

O empresariado brasileiro, sob o pretexto de diminuir custos e aumentar a produtividade, vem adotando a terceirização ou a parceria entre empresas (espécie de linha de montagem), fenômeno que consiste em transferir para terceiros (em geral pequenas ou microempresas, onde impera o subemprego) as atividades acessórias de seus empreendimentos, contribuindo com isto para o aumento do desemprego e a diminuição dos salários, além do enfraquecimento sensível dos sindicatos.

Com esse método de trabalho, copiado do Japão, as grandes empresas se concentram nas atividades-fins do empreendimento, naturalmente as mais rentáveis e de menores custos, e transferem para terceiros (empresas-satélites) as atividades complementares, formando uma rede de fornecedores de serviços e matérias-primas a preço baixo, livrando-se do que chamam pejorativamente de "passivo trabalhista", ou seja, do quadro de pessoal próprio. Inicialmente, a terceirização ou locação de mão-de-obra era restrita a algumas atividades e serviços, notadamente os de limpeza, vigilância, transporte, restaurante, seleção de pessoal, assistência jurídica e conservação de máquinas e equipamentos.

Agora o fenômeno chegou às fábricas e vem se alastrando de tal modo que parte expressiva da produção de equipamentos, peças, distribuição e montagem de algumas indústrias já foi inteiramente terceirizada.

Essa forma de trabalho, além de ilegal, porque a legislação proíbe a locação ou sublocação de pessoas ou empresas para a prestação de serviços, salvo se em caráter temporário ou obra por prazo certo, conforme dispõem as leis 6.019/74 e 7.102/83 e enunciado 256 do TST, ela também estimula e favorece o subemprego, contribuindo para agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, com reflexos na segurança social, sem contar a redução da capacidade de investimento do Estado, que decorrerá da total ausência de recolhimento de tributos pelas empresas-satélites, cuja maioria pertence ao que se denomina de economia informal. Esta, aliás, é a forma que os empresários, contando com a omissão do governo, têm utilizado para justificar a flexibilização de direitos, cuja consequência imediata será o dismantelamento dos sindicatos e a brutal redução de salários. Isto é o que os empresários, e, mais do que eles, o governo, chamam de Modernidade! (Boletim do DIAP, jul. 1992, p. 8)

Os novos Delegados Sindicais do Banrisul

No mês de novembro, realizaram-se as eleições para delegados sindicais no Banrisul. Miguel Angelo Barp, funcionário da agência de Antônio Prado, reelegeu-se delegado sindical, representando as agências de Flores da Cunha, São Marcos e Antônio Prado. Jozimar B. dos Santos, funcionário da agência de Ana Rech, elegeu-se delegado sindical, representando as agências de São Pelegrino, Lourdes e Ana Rech.

Gerson A. Toigo elegeu-se

delegado sindical, representando a agência centro de Caxias do Sul. Ricardo Sinott, funcionário da agência de Garibaldi, reelegeu-se e representará as agências de Veranópolis, Garibaldi e Farroupilha. Os novos delegados sindicais do Banrisul tomaram posse nos dias 11 e 12 de dezembro, durante encontro realizado na Federação dos Bancários do RS. Nesse encontro também se debateu sobre as funções, o papel, direitos e deveres dos delegados sindicais.



Lucro dos Bancos sobe 55% no 1º semestre de 1992

O lucro de 118 bancos aumentou 55%, em termos reais, no primeiro semestre de 92 em relação ao mesmo período de 91, segundo dados da Austin Asis Consultoria.

Alberto Borges Matias, 36, da USP e sócio da consultoria, explica este crescimento. Para ele, os motivos são os juros altos pagos pelos títulos públicos, a explosão na procura por empréstimos pelas estatais e o aumento da participação das tarifas bancárias (em prestação de serviços) na formação dos lucros.

As empresas privadas reduziram a procura por empréstimos de curto prazo (menos de um ano) em 33,4% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período de 91, atingindo valor real (em dólar) próximo ao de 89. Queda da produção e vendas fizeram com que as empresas reduzissem a procura por crédito.

O setor público aumentou 213% reais seus empréstimos de curto prazo, passando de US\$ 2,37 bilhões no primeiro semestre de 91 para US\$ 7,42 bilhões no mesmo período de 92. Foram empréstimos para suprir necessidades momentâneas

A expansão do setor financeiro no Brasil*

BANCO	ATIVO	PATRIMÔNIO	DEPÓSITOS	LUCRO
Nacional	38,3%	61,5%	43,6%	93,7%
Itaú	14,4%	79,8%	53,7%	94,7%
Bradesco	10,0%	79,2%	7,5%	73,0%
Unibanco	35,1%	42,3%	54,8%	23,9%

* Comparação entre o primeiro semestre de 91 e o primeiro semestre de 92

FONTE: Fundação Getúlio Vargas

(Fontes: Folha de São Paulo, 03 nov. 1992; O Globo, 26 set. 1992)

as de caixa, uma vez que os créditos para estatais com prazos superiores a um ano diminuíram de US\$ 10 bilhões para US\$ 9,4 bilhões.

Com o Plano Collor, as operações de mercado aberto (open market) reduziram-se de US\$ 15,7 bilhões no primeiro semestre de 89 para US\$ 2,2 bilhões no mesmo período de 91, saltando para US\$ 13,9 bilhões no primeiro semestre de 92.

Portanto, houve a volta da ciranda financeira. E os grandes

beneficiados com ela são os bancos. O primeiro semestre de 92 teve a seguinte configuração: empresas com prejuízos e bancos ganhando rios de dinheiro com a inflação. Este quadro também foi desenhado pelo centro de Estudos de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, a partir da análise dos balanços do primeiro semestre de 50 grandes empresas e dos dez maiores bancos do país. A maioria das empresas analisadas, 26, fechou o semestre no vermelho.

Plebescito no Meridional

No mês de dezembro, nas nove agências pertencentes à base do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, será realizado um plebescito sobre a priv-

tização do Meridional. O plebescito tem a finalidade de constatar qual é a opinião majoritária do funcionalismo sobre esta questão.

Além disso, está sendo planejada uma campanha televisiva, em nível estadual, contra a privatização do Banco Meridional.

Automação chega ao Real

A informatização, que chegou mais tarde ao banco Real do que em outros bancos, já começou a preocupar o seu funcionalismo. Com a reestruturação dos centros de processamento de dados, decorrente do processo de automação, chegaram também as demissões. Em Belo Horizonte, uma greve de 6 horas iniciada no dia 19 de outubro, conseguiu suspender 38 demissões até o dia 1º de novem-

bro. Enquanto isso, dirigentes sindicais e funcionários estão negociando com a direção do banco o remanejamento destas pessoas.

Os bancários e dirigentes sindicais propuseram ao REAL uma comissão partidária - composta por número igual de banqueiros e bancários - para acompanhamento da informatização, para garantir a transparência no processo de automação no Real.

Terceirização e demissões

O Banco do Ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Vieira, está entre os que mais demitem nos últimos tempos. Estão previstas para todo o país cerca de 2.000 demissões no próximo período.

Além disso, o Bamerindus vem investindo pesado na terceirização. Em alguns setores como limpeza, vigilância e telefonistas, os empregados bancários vêm sendo demitidos e são contratados serviços de terceiros. O Banco tam-

bém já estuda a terceirização da área de informática. As demissões já começaram neste setor.

Recentemente, os dirigentes sindicais do Bamerindus se reuniram e avaliaram a situação do banco, discutiram sobre as demissões e a situação dos comissionados. Também decidiram deflagrar, em breve, uma campanha contra o Bamerindus. A campanha dará conta de problemas como a automação, terceirização, demissões e segurança bancária, entre outros.

Parlamentarismo x Presidencialismo

Em 21 de abril de 1993, haverá plebescito. A população brasileira deverá optar pela forma de governo (República ou Monarquia) e o sistema de governo (Parlamentarismo ou Presidencialismo) que deseja.

Por enquanto, a confusão é geral. As informações são desencontradas. O debate mal iniciou. Mas o plebescito está próximo. Muitos alegam que nessas condições é difícil decidir-se por uma coisa ou outra. Muita gente está com medo de comprar gato por lebre.

A título de esclarecimento, reproduzimos aqui fragmentos de um texto do professor Dalmo de Abreu Dallari* (Universidade de São Paulo), onde são apresentadas as principais características do parlamentarismo e do presidencialismo. Na próxima edição de "Voz do Bancário" reproduziremos texto sobre monarquia e república.

Parlamentarismo

"Em linhas gerais, são as seguintes as características do parlamentarismo:

Distinção entre Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Chefe de Estado, monarca ou Presidente da República, não participa das decisões políticas, exercendo preponderantemente uma função de representação do Estado. Sendo secundária sua posição, em termos políticos, é normal nas repúblicas parlamentares que sua escolha seja feita por eleição no Parlamento e que seu mandato seja relativamente longo. É inegável, todavia, que o Chefe de Estado é uma figura importante, pois, além das funções de representação e além de atuar como vínculo moral do Estado, colocado acima das disputadas políticas, ele desempenha um papel de especial relevância nos momentos de crise, quando é necessário indicar um novo Primeiro Ministro à aprovação do Parlamento. Essa indicação é extremamente difícil, muitas vezes, nos sistemas pluripartidários, pois deve ser escolhido alguém que revele estar em condições de compor um gabinete que obtenha a aprovação da maioria parlamentar.

O Chefe de Governo, por sua vez, é a figura política central do parlamentarismo, pois é ele que exerce o poder executivo. Como já foi assinalado, ele é apontado pelo Chefe de Estado para compor o governo e só se torna Primeiro Ministro depois de obter a aprovação do Parlamento. Por esse motivo é que muitos consideram o Chefe do Governo, no parlamentarismo, um delegado do Parlamento, pois ele só pode assumir a chefia do governo e permanecer nela, como se verá em seguida, com a aprovação da maioria parlamentar. Como assinalou LOEWENSTEIN, não há como sustentar que no parlamentarismo se preserve a separação dos poderes.

Chefia do governo com responsabilidade política. O Chefe do Governo, aprovado pelo Parlamento, não tem mandato com prazo determinado, podendo permanecer no cargo por alguns dias ou por muitos anos, ambas as hipóteses já tendo ocorrido na prática. Há dois fatores que podem determinar a demissão do Primeiro Ministro e de seu Gabinete (ou a queda do governo, segundo a gíria política): a perda da maioria parlamentar ou o voto de desconfiança. Num sistema bipartidário, quando se realizam eleições para o Parlamento, a chefia do governo está sempre em jogo. Se o partido a que pertence o Primeiro Ministro conseguir manter a maioria parlamentar, ele permanece no cargo. Se, pelo contrário, o maior número de cadeiras for conquistado por outro partido, este, automaticamente, adquire a chefia do governo, devendo ser escolhido entre os seus membros o novo Primeiro Ministro.

Num sistema pluripartidário é preciso verificar se ainda subsiste a coligação majoritária, para que se mantenha o Primeiro Ministro. A coligação pode ser desfeita por desentendimentos entre os seus componentes, ou pode tornar-se minoritária em consequência do resultado de novas eleições. Em ambos os casos o Primeiro Ministro perde sua base de sustentação política e deve demitir-se. Outro fator que determina a demissão do Primeiro Ministro é a aprovação de um voto de desconfiança pelo Parlamento. Se um parlamentar desaprova, no todo ou num importante aspecto particular, a política desenvolvida pelo Primeiro Ministro, propõe um voto de desconfiança. Se este for aprovado pela maioria parlamentar, isso revela que o Chefe do Governo está contrariando a vontade da maioria do povo, de quem os parlamentares são representantes. Assim sendo, deve demitir-se. Às vezes, embora muito raramente, o Primeiro Ministro considerava o voto de desconfiança produto de um desentendimento ocasional ou secundário e não se considera obrigado a demitir-se. Nesse caso, o comportamento da maioria em novas votações é que decide se ele deve ou não continuar no cargo.

Possibilidade de dissolução do Parlamento. Uma característica importante do sistema inglês é a possibilidade de ser dissolvido o Parlamento, considerando-se extinto o mandato dos membros da Câmara dos Comuns antes do prazo normal. Isso pode ocorrer quando o Primeiro Ministro percebe que só conta com uma pequena maioria e acredita que a realização de eleições gerais irá resultar numa ampliação dessa maioria. Ou então, e isto se aplica mais aos sistemas pluripartidários, quando o Primeiro Ministro recebe um voto de desconfiança mas entende que o Par-

lamento é que se acha em desacordo com a vontade popular. Nesses casos ele pode pedir ao Chefe do Estado que declare extintos os mandatos e, pelo mesmo ato, convoque novas eleições gerais. Realizadas as eleições, seu resultado determinará a permanência do Primeiro Ministro, se continuar com a maioria, ou sua demissão, se contar apenas com a minoria dos novos representantes eleitos.

Em torno dessas linhas fundamentais surgiram inúmeros sistemas, mantida, entretanto, a diretriz básica representada pela atribuição de competência ao Parlamento para fixação da política do Estado. Em alguns casos admitiu-se que o Chefe do Estado também exercesse algumas funções políticas, razão pela qual alguns autores passaram a chamar de dualista esta última forma, denominando monista a primeira. Ainda em função das variações introduzidas no parlamentarismo, fala-se em regime de gabinete, quando o sistema é nitidamente monista e o executivo é como que um representante da maioria do Parlamento. Essa hipótese corresponde, na realidade, ao Estado Parlamentarista com um sistema bipartidário. Dá-se o nome de regime de assembleia aquele em que o executivo é uma espécie de delegado do Parlamentarismo num sistema pluripartidário (...)

Os defensores do parlamentarismo consideram-no, de fato, mais racional e menos personalista, porque atribui responsabilidade política ao chefe do executivo e transfere ao Parlamento, onde estão representadas todas as grandes tendências do povo, a competência para fixar a política do Estado, ou, pelo menos, para decidir sobre a validade da política fixada. Os que são contrários a esse tipo de governo argumentam com sua fragilidade e instabilidade, sobretudo na época atual em que o Estado não pode ficar numa atitude passiva, de mero vigilante das relações sociais. Já tendo passado dessa fase para a de participação ativa na organização da sociedade e, mais recentemente, para um período em que sua iniciativa é esperada e até exigida, o Estado precisa de mais dinamismo e mais energia, que não se encontram no parlamentarismo. E o reconhecimento dessa nova situação aliado ao desejo de preservar o regime, tem levado à construção de sistemas híbridos, que só com muito esforço poderiam ser considerados uma simples variação do sistema parlamentar.

Presidencialismo

Como características básicas do governo presidencial, podem ser indicadas as seguintes:

O Presidente da República é Chefe do Estado e Chefe do Governo. O mesmo órgão unipessoal acumula as duas atribuições, exercendo o papel de vínculo moral do Estado e desempenhando as funções de representação, ao mesmo tempo em que exerce a chefia do poder executivo. Esta última atribuição foi a que passou pelo processo de definição mais acentuado. Com efeito, no final do século XVIII o Estado era simples vigilante da vida social, razão pela qual se pensou no Presidente da República na condição de mero executor das leis que fossem aprovadas pelo legislativo. Entretanto, já no século XIX começaram a surgir novas exigências, obrigando o presidente a tomar decisões frequentes e rápidas sobre os mais variados assuntos. E essas necessidades aumentaram enormemente no século XX. Tudo isso deu ao presidente as características de verdadeiro Chefe de Governo, pois além das funções estritamente executivas ele desempenha atribuições políticas de grande relevância, numa autêntica função governativa.

A chefia do executivo é unipessoal. A responsabilidade pela fixação das diretrizes do poder executivo cabe exclusivamente ao Presidente da República. Naturalmente, por motivos de ordem prática, ele se apóia num corpo de auxiliares diretos, de sua inteira confiança, para obter conselhos e informações. Desde muito cedo, já na presidência de George Washington, esse corpo de auxiliares especiais passou a ser designado como Gabinete da Presidência, tendo crescido muito sua influência nos últimos tempos, a partir da II Guerra Mundial. Mas esse corpo de auxiliares não é previsto na Constituição e não compartilha da responsabilidade do presidente pelas decisões. Além disso, ele é demissível a qualquer momento, pois assim como o presidente não necessita da concordância do Congresso para escolhê-los, não depende também do legislativo para sua manutenção ou substituição. Acentuando-se o caráter unipessoal da presidência, verifica-se que o vice-presidente, escolhido juntamente com o presidente, não tem qualquer atribuição, só podendo tomar conhecimento dos assuntos do governo quando são públicos, ou quando o Presidente da República o permite.

O Presidente da República é escolhido pelo povo. Este aspecto exige especial consideração para ser bem entendido. Quando se discutiu a Constituição do Estado norte-americano, MADISON, num dos artigos de "O Federalista", destinado a esclarecer as bases do novo sistema, tratou especialmente do governo do novo Estado. Seu primeiro cuidado foi insistir no caráter republicano do governo, parecendo-lhe, conforme suas expressões, "evidente que nenhuma outra forma seria conciliável com o gênio do povo americano". Pareceu-lhe, no entanto, que seria indispensável fixar bem claramente as características da república, o que ele

faz em seguida, acentuando dois pontos básicos: a) é essencial que semelhante governo derive do grande conjunto da sociedade, não de uma parte inapreciável, nem de uma classe privilegiada dela; b) é suficiente para esse governo que as pessoas que o administrem sejam designadas direta ou indiretamente pelo povo (...)

O Presidente da República é escolhido por um prazo determinado. Para assegurar o caráter democrático do governo foi estabelecida a escolha por eleições. Entretanto, pouco adiantaria a adoção desse processo se o presidente, uma vez eleito, pudesse permanecer indefinidamente no cargo. Isto não passaria de uma forma de monarquia eletiva. Para que isso não aconteça, o chefe do executivo, no regime presidencial, é eleito por um prazo fixo predeterminado, findo o qual o povo é novamente chamado a escolher um novo governante.

O Presidente da República tem poder de veto. Orientado-se pelo princípio da separação dos poderes, os constituintes norte-americanos atribuíram ao Congresso, composto de Câmara e Senado, a totalidade do poder legislativo. Entretanto, para que não houvesse o risco de uma verdadeira ditadura do legislativo, reduzindo-se o chefe do executivo à condição de mero executor automático das leis, lhe foi concedida a possibilidade de interferir no processo legislativo através de veto. Os projetos aprovados pelo legislativo, a não ser que se trate de uma das raras hipóteses de competência exclusiva do poder legislativo, devem ser remetidos ao Presidente da República para receberem sua sanção, que é a manifestação de concordância. Se considerar o projeto inconstitucional ou inconveniente, o presidente veta-o, negando-lhe sanção e comunicando o veto ao legislativo. Este deve, então, apreciar o veto do presidente mediante votação especial. Se o acolher, o projeto está rejeitado, mas se, pelo contrário, houver rejeição do veto, o projeto se considera aprovado, mesmo contra o desejo expresso do chefe do executivo. Em muitos Estados considerou-se insuficiente essa participação do Presidente da República no processo legislativo, tendo-se-lhe concedido a possibilidade de enviar projetos de lei ao poder legislativo, ficando este obrigado a discutir e votar o projeto.

O regime presidencial tem sido preferido nos lugares e nas épocas em que se deseja o fortalecimento do poder executivo, sem quebra da formal separação dos poderes. A seu favor argumenta-se com a rapidez com que as decisões podem ser tomadas e postas em prática. Além disso, cabendo ao Presidente da República decidir sozinho, sem responsabilidade política perante o parlamento, existe unidade de comando, o que permite um aproveitamento mais adequado das possibilidades do Estado sem a necessidade de transigências e adaptações que alteram qualquer atitude política. Por último, alega-se que o presidencialismo assegura maior energia nas decisões, pois sendo o responsável pela política e tendo os meios para aplicá-la, o Presidente da República, naturalmente interessado no êxito de sua política, tudo fará para que o Estado atue com o máximo de suas possibilidades. E essas três características, a rapidez no decidir e no concretizar as decisões, a unidade de comando e a energia na utilização dos recursos do Estado, tudo isso é considerado altamente vantajoso numa época em que se procura aumentar a eficiência do Estado, não enfraquecê-lo.

O principal argumento que se usa contra o presidencialismo é que ele constitui, na realidade, uma ditadura a prazo fixo. Eleito por um tempo certo e sem responsabilidade política efetiva, o Presidente da República pode agir francamente contra a vontade do povo ou do Congresso sem que haja meios normais para afastá-lo da presidência. O *impeachment*, geralmente previsto nos sistemas presidenciais, é uma figura penal, que só permite o afastamento do presidente se ele cometer um crime. E é perfeitamente possível que o presidente, adotando uma política inadequada, mas sem praticar qualquer ato delituoso, cause graves prejuízos ao Estado, não havendo, nessa hipótese, como retirá-lo da presidência e impedir a manutenção da política errônea. Além disso, como o presidente necessita de base legal para os seus atos mais importantes, sobretudo para efetuar despesas, é indispensável que ele mantenha relações com o legislativo. E a prática tem demonstrado, segundo se argumenta, que o executivo, mais forte do que o legislativo, obtém deste o que quiser, agindo como verdadeiro ditador. E se o legislativo, na prática, tiver meios para se sobrepor ao executivo, este ficará totalmente cerceado, não podendo agir com eficácia, do que resulta a ineficiência do Estado."

* DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 15. ed. São Paulo, Saraiva, 1991. p. 195 - 201.

Atendimento Odontológico: Quem é dependente do associado?

Para efeito de atendimento odontológico, são considerados dependentes do associado: cônjuge e seus filhos solteiros com até 18 anos.